

Ano
20
23



Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidadas



pedrogão grande
município

Bruno *89*
R.
an form *Adriano*
J

MUNICÍPIO DE PEDRÓGÃO GRANDE

**RELATÓRIO DE GESTÃO E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

Ano de 2023

(de acordo com a Resolução n.º 6/2022, de 05 de janeiro do Tribunal de Contas)



Índice

I.	RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO.....	3
1.1	Introdução.....	
1.2	Enquadramento e Principais Atividades Desenvolvidas	9
1.3	Definições.....	15
1.4	Grupo Autárquico e Perímetro de Consolidação.....	16
1.5	Entidades Excluídas da Consolidação.....	20
1.6	Método de Consolidação	22
1.7	Atividade Consolidada.....	26
1.7.1	Indicadores Económico-Financeiros.....	26
1.7.2	Demonstrações Financeiras Consolidadas	27
1.7.3	Comparabilidade.....	28
II.	BALANÇO CONSOLIDADO.....	29
2.1	Análise do Balanço Consolidado	30
III.	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO	32
3.1	Demonstração das Alterações no Património Líquido - Consolidado	33
IV.	DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS.....	35
4.1	Análise da Demonstração de Resultados Consolidada	36
V.	FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS.....	38
5.1	Notas ao Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidados	39
VI.	DEMONSTRAÇÃO EXECUÇÃO RECEITA	41
VII.	DEMONSTRAÇÃO EXECUÇÃO DESPESA.....	42
VIII.	DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL	43
IX.	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	44
X.	RELATÓRIO DE GESTÃO & CONTAS, CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO DA APIN	46
XI.	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO.....	47



J. P.
Oley

J. P.
Ana Loura
Alice

J. P.

I. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO



1.1 Introdução

Nos últimos anos, os municípios têm vindo a recorrer a formas organizacionais de diversa natureza, nomeadamente empresarial, desenvolvendo as suas atribuições e competências numa lógica de grupo municipal.

Este fenómeno, tem conduzido a uma situação em que a simples prestação e apreciação das contas individuais de cada entidade seja insuficiente, tendo em conta a necessidade de avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas e a necessidade de transparência e objetividade da informação pública. A análise das contas individuais não permite uma visão global da situação financeira do grupo municipal.

A consolidação de contas nos municípios surge, assim, como um passo necessário para melhorar a informação contabilística prestada pela administração local.

Esta ferramenta de Gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo ainda, o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. Tal deriva do n.º 1 do Art.º 75º, onde se refere que ***"sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas"***, designando-se ao abrigo do n.º 2 do referido artigo, por entidades consolidantes, significando deste modo, que o Município de Pedrógão Grande,



1
não tem de consolidar contas com associações de municípios ou com a comunidade intermunicipal.

De acordo com o preconizado no n.º 3 do mesmo artigo, as entidades a incluir no perímetro de consolidação, são aquelas em que se possua a maioria do capital social (ou equivalente) e/ou se detenha poder de controlo sobre as mesmas, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade, a fim de beneficiar das suas atividades, sendo que o Município não se inclui nesta situação, dada a não verificação dos pressupostos que a seguir se elencam:

- Serviços municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente, total ou maioritária, atendendo, no último caso, ao critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- De natureza empresarial, a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- De outra natureza, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado, com base, designadamente numa das seguintes condições:
 - a) De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;
 - b) De resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.

E ainda se se verificar, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

- Faculdade de vetar orçamentos;



- A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões do órgão de gestão;
- A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

Devem também, nos termos do n.º 6 do Art.º 75º, as empresas locais que integrem o sector empresarial local, ser consolidadas, na proporção e independentemente da participação ou detenção do município, enquadrando-se o Município de Pedrógão Grande, desde o ano de 2019 nesta condição, resultante da criação e integração na APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., entidade detida na totalidade por Municípios, detendo o Município de Pedrógão Grande 5,54%.

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2023 do Município de Pedrógão Grande foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP), onde os interesses em outras entidades são regulados pelas seguintes normas:

- Norma de Contabilidade Pública (NCP) 21 – Demonstrações Financeiras Separadas:
O objetivo desta Norma é prescrever os requisitos de contabilização e divulgação aplicáveis aos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos, ou associadas quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas;
- NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas: O objetivo desta Norma é prescrever princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades;
- NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos: O objetivo desta Norma é prescrever o tratamento contabilístico dos investimentos em



associadas e empreendimentos conjuntos e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial no tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos;

- NCP 24 – Acordos Conjuntos: O objetivo desta Norma é prescrever os princípios de relato financeiro das entidades com interesses em acordos controlados conjuntamente (ou seja, acordos conjuntos).
- Adicionalmente, podem ainda aplicar-se as seguintes normas: NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras; NCP 16 – Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio; - NCP 18 – Instrumentos Financeiros; - NCP 20 – Divulgação de Partes Relacionadas; EC – Estrutura Conceptual.

Apesar da NCP 22 e restantes normas conexas, numa primeira análise indiciarem uma redução de critérios para o estabelecimento do perímetro de consolidação, o que à primeira vista poderia resultar numa diminuição do perímetro de consolidação, importa salientar, que à exceção da Portaria 474/2010, de 1 de julho, os restantes diplomas legais, mantém-se em vigor. Desta forma e atendendo que até muitas das entidades estavam já obrigadas a integrar o perímetro de consolidação por esses mesmos diplomas, tal como se verá adiante, verifica-se que o perímetro de consolidação não sofre alterações decorrentes da introdução do SNC-AP.

Assim e em cumprimento do disposto no nº 2 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, compete ao órgão executivo apresentar ao órgão deliberativo os documentos de prestação de contas consolidadas, de forma a serem apreciados e votados na sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte a que respeitam.



Rey

9

D
J
L
Form
Assinado
P

Estabelece ainda o nº 4 do artigo 52º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, na sua atual redação, que “As contas são remetidas ao Tribunal até 30 de abril do ano seguinte àquele a que respeitam, sem prejuízo de as contas consolidadas serem remetidas até 30 de junho.”



1.2 Enquadramento e Principais Atividades Desenvolvidas

Ver

anterior

Integram a APIN os Municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova¹, Penela e Vila Nova de Poiares.

Revête a natureza de Empresa Intermunicipal, regulada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e, subsidiariamente, pelo código das sociedades comerciais. Obedecendo ao regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, por força da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro e a Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, condicionando o regime de financiamento aos limites legais de endividamento municipal e demais regras aplicáveis.

Nos termos dos seus estatutos, a APIN tem por objeto a gestão de serviços de interesse geral, e mais concretamente a exploração e a gestão do Sistema Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, que agrupa os sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos supracitados Municípios, no respetivo território. Esta atividade foi formalizada através de um Contrato de Gestão Delegada dos 11 Municípios para a APIN, celebrado a 2 de outubro de 2019, por um período mínimo de 30 anos contados a partir do dia seguinte ao termo do período de transição. As atividades de abastecimento público de água às populações, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos constituem serviços públicos de caráter estrutural, essenciais ao bem-estar geral, à saúde pública e à segurança coletiva das populações, às atividades económicas e à proteção do ambiente. Devem por isso obedecer a

¹ À data de 31 de dezembro de 2023 o município de Penacova constava do Capital Social da Empresa. Todavia e no seguimento da Sentença Arbitral relativa ao Processo n.º 15/2021/INS-RAP/ASB, o valor da participação de Penacova no Capital Social da APIN (14,04%) será calculado nos termos do art.º. 1021 do Código civil, com referência a 31 de dezembro de 2020.



um conjunto de princípios, entre os quais se destacam a universalidade de acesso, a continuidade e a qualidade do serviço, a eficiência e a equidade de preços.

No quarto ano de atividade a APIN consolidou uma posição positiva na relação entre a empresa e os seus *stakeholders* que foi evoluindo favoravelmente. Os indicadores referentes à Gestão de Reclamações e à Linha de Apoio ao Cliente são positivos, sendo este facto evidente através da redução significativa do número de chamadas por parte dos clientes, segundo consta do relatório de gestão e contas de 2023 da APIN.

A 31/12/2023 a APIN tinha 30 candidaturas aprovadas, tal como consta do quadro abaixo:

Concelho	N.º Candidaturas aprovadas			Total
	AA	AR	RU	
Alvalázere	-	2	-	2
Ansião	-	2	-	2
Castanheira de Pera	-	1	-	1
Figueiró dos Vinhos	-	1	-	1
Góis	-	-	-	-
Lousã	7	2	1	10
Pampilhosa da Serra	-	-	-	-
Pedrógão Grande	-	5	-	5
Penela	-	1	-	1
Vila Nova de Poiares	-	3	1	4
Alvalázere e Figueiró dos Vinhos	-	1	-	1
Sistema APIN	1	1	1	3
Total	8	19	3	30

Quadro 1 – Candidaturas aprovadas APIN, 2023

Para o concelho de Pedrógão Grande, no final de 2022 encontrava-se concluída a obra referente ao Projeto de Execução de Saneamento de águas residuais de ligação à ETAR de Derreada – Lote A (€206,5 mil), a que corresponde a operação POSEUR-03-2021-001224.

Durante o ano de 2023, foi dada continuidade a diversas obras que tinham sido iniciadas em 2022 ao abrigo de fundos comunitários do POSEUR, no concelho de Pedrógão Grande, nomeadamente:



J
J
Kunform
Arlindo
P

- ✓ POSEUR-03-2021-001221 – Projeto de Execução do Sistema de Saneamento de Águas Residuais de Vila Facaia – Lote B (€ 680 mil);
- ✓ POSEUR-03-2021-001222 – Projeto de Execução do Sistema de Saneamento de Águas Residuais de Pinheiro Bordalo, Altardo, Graça, Casal dos Ferreiros e Casal da Francisca – Lote C (€671,3 mil);
- ✓ POSEUR-03-2021-001220 – Projeto de Execução do Sistema de Saneamento de Águas Residuais de: 1) Vale do Barco e Vale de Góis – Lote D; 2) Pedrógão Grande e São Mateus – Lote F (€ 2 mil);
- ✓ POSEUR-03-2021-001225 – Projeto de Execução do SAR de Tojeira; Valongo e Senhora dos Aflitos – Lote E (€825,1 mil);



A APIN cobre uma área de cerca de 1.900 km², com cerca de 79,5 mil habitantes, dos quais aproximadamente 61 mil são clientes.

A acessibilidade física e a taxa de atendimento do serviço de abastecimento de água e do serviço de gestão de resíduos urbanos e a qualidade da água são globalmente boas, havendo alguns Municípios com baixas taxas de atendimento do serviço de saneamento de águas residuais.



an



B).

inform
Arquivado

No conjunto dos 11 Municípios existiam, a 31 de dezembro de 2023, nos sistemas de abastecimento de água, 166 captações, 2.516 km de redes, 56 estações de tratamento de água, 345 reservatórios, 70 estações elevatórias de abastecimento de água e 127 pontos de entrega (alta). Nos sistemas de saneamento existiam 700 km de redes, 32 ETAR, 51 fossas sépticas coletivas e 69 estações elevatórias e 25 pontos de recolha (alta). Os resíduos urbanos contavam com 9.939 contentores e 27 viaturas.

A atividade da APIN encontra-se sujeita à regulação económica por parte da ERSAR e rege-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como pelo Contrato de Gestão Delegada. Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos sectoriais nacionais. A atividade da APIN, de exploração de sistemas de titularidade municipal, obedece ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual.

No que diz respeito a resultados, a APIN no ano de 2023, apresentou um Resultado Líquido Negativo de 2,5 milhões de euros, tal como consta no quadro abaixo:

Resultados	2023	2022
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	-1 711 812	-1 265 893
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	-2 710 794	-1 984 613
Resultado antes de impostos	-3 186 495	-2 129 137
Imposto sobre o rendimento do período	-9 777	-9 177
Imposto diferido	652 970	440 708
Resultado líquido do período	-2 543 302	-1 697 606

Quadro 2 – Resultados APIN, 2023

Apresentam-se de seguida alguns acontecimentos e fatores que influenciaram e contribuíram para a performance negativa da Empresa em 2023, nomeadamente:

- ✓ Em 2023 a APIN recebeu € 12,5 milhões em comparticipações no âmbito do POSEUR.



Aler

D
inform
A
P
J

- ✓ Celebração de 1 contrato referente a uma empreitada em Figueiró dos Vinhos e um contrato de divulgação do projeto BIO APIN, contemplados nas operações cofinanciadas pelo POSEUR. O valor destes ascende aos € 1,2 milhões (sem IVA) que corresponde um apoio comunitário no valor de € 370,8 mil.
- ✓ Na área do serviço de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, foram iniciadas 6 empreitadas durante o ano 2023 (concluídas ainda em 2023) e concluídas 36 empreitadas, cofinanciadas pelo POSEUR, em diferentes municípios.
- ✓ Em junho e outubro de 2023 foram adquiridas duas viaturas de limpeza de fossa pelo valor global de € 384,4 mil que teve apoio comunitário de 85 %.
- ✓ Foram adquiridas quatro viaturas elétricas no valor global de € 441,3 mil com o apoio de € 384,4 mil por parte do Fundo Ambiental.
- ✓ Em novembro 2023 deu-se início ao projeto BIO-APIN – recolha seletiva de lixo orgânico no concelho da Lousã, nomeadamente nas freguesias das Gândaras, União das freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio e União das freguesias de Lousã e Vilarinho. Esta operação representou um investimento de cerca de € 991 mil com um apoio comunitário de € 701 mil.
- ✓ Em novembro de 2023 a APIN conclui uma das obras mais relevantes ao nível do abastecimento de água, o projeto da Eficiência Hídrica cofinanciado pelo POSEUR no valor de € 1,8 milhões, cujo objetivo será reduzir as fugas e os desperdícios de água, contribuindo desta forma para um melhor serviço de distribuição de água para os clientes da APIN.
- ✓ Em 2023 verificou-se um aumento do número de clientes de água (+ 396). Registou-se igualmente a subida do número de clientes de saneamento (+ 769), refletindo, assim, as novas integrações na rede de saneamento.



Men

J.
B.
Aníbal
Almeida
J.

- ✓ Em dezembro de 2023 foi angariada uma linha de financiamento bancário no valor de € 4,5 milhões tendo como objetivo o pagamento da contrapartida nacional das obras subsidiadas pelo POSEUR e Fundo Ambiental.



9

Alv

DB

Xunior
Arlene

L

1.3 Definições

Entidade mãe ou entidade consolidante:

É o município que controla uma ou mais entidades.

Perímetro de consolidação:

Abrange o conjunto de entidades cujas contas vão ser objeto de consolidação e face às quais se tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.



1.4 Grupo Autárquico e Perímetro de Consolidação

Grupo Autárquico

Conforme preconizado nas disposições legais constantes do n.º 3, do artigo 75.º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais, “o Grupo Autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades”. Assim, o Grupo Autárquico é composto pelo Município de Pedrógão Grande e as entidades que de forma direta ou indireta são controladas por este, sendo que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Neste sentido, e tendo por referência a Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, as entidades que constituem o Grupo Autárquico do Município de Pedrógão Grande são as seguintes:

Denominação	Natureza da Entidade	NIPC	Valor subscrito	Data da subscrição	Valor contabilizado a 31/12/2023	Observações
Águas do Vale do Tejo, S.A.	Societária	513 606 130	240 185,00 €	01/03/2022	0,29	240 185,00 €
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	Societária	503 004 405	18 135,00 €	01/09/1996	0,21	18 135,00 €
APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior	Societária	515 515 507	60 940,00 €	16/07/2019	5,54	60 940,00 €
PETROENSINO - Ensino e Formação Profissional, Lda.	Societária	504 505 890	420 210,00 €	01/09/1999	48,3	567 327,13 €
CESAB - Centro de Estudos do Ambiente	Não Societária	502 883 308	21 500,00 €	31/12/2014	2,89	21 500,00 €
MATREZE - Matadouro Regional do Zêzere, S.A.	Societária	501 491 821	17 458,00 €	30/05/2003	2,91	- €
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Outros - Fundo	513 319 182	195 664,50 €	16/06/2015	0,05	195 664,50 €
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Não Societária	501 527 413		22/02/1985		Quota Anual 4.819,25€
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	Não Societária	502 131 047		11/10/1988	0,06	Quota Anual 357,00€
AMREN2 - Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2	Não Societária	514 051 744		15/11/2016		Quota Anual 1.200,00€
CIMRL - Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	Não Societária	508 035 546		02/04/2014	10	Quota Anual 5.000,00€
AREAC - Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro	Não Societária	513 118 357		30/05/2003		Quota Anual 1.650,00€

Quadro 3 – Grupo Autárquico do Município de Pedrógão Grande, 2023



Perímetro de Consolidação

O artigo nº 7 do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, estabelece, em matéria de consolidação de contas, e quanto ao perímetro de consolidação, o seguinte:

- ✓ Perímetro de Consolidação de Natureza Orçamental da Administração Local (NCP26) -
Conjunto das entidades incluídas no subsetor da administração local nas últimas contas setoriais publicadas pelo INE, IP, em cumprimento do SEC20102;
- ✓ Perímetro de Consolidação de Natureza Financeira da Administração Local (NCP 22) -
Entidades controladas pela administração local.

As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras consubstanciam perímetros diferentes. No entanto, não se trata de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação de contas consolidada.

Perímetro de Consolidação de Natureza Orçamental

Em termos de consolidação orçamental, esta é regulada pela NCP 26 do SNC-AP, a qual refere no parágrafo 23: “*No caso da Administração Local, o perímetro de consolidação será composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.*”

De referir que mesmo que as entidades estejam na referida listagem só será possível consolidar de forma minimamente eficaz com a mesma, caso estas possuam uma contabilidade orçamental idêntica à prevista pela NCP26, ou pelo menos muito similar e esta existir de uma forma completa e devidamente aprovada pelos órgãos competentes.



an

9

J.
am
ar
tul
índ

P

Conforme prevê o § 35 da NCP 26, na consolidação de natureza orçamental, o método utilizado é o método de consolidação simples, que se aplica para efeitos de preparação de demonstrações orçamentais consolidadas sendo suportado pelas contas da classe 0 contabilidade orçamental.

Este método, consiste na soma algébrica de rubricas equivalentes, de obrigações, de pagamentos, de liquidações e de recebimentos das demonstrações orçamentais individuais das entidades pertencentes ao perímetro de consolidação e na posterior eliminação, tendo em consideração as entidades dependentes de cada um dos níveis de consolidação, dos saldos resultantes de obrigações e liquidações reciprocas por natureza, assim como dos saldos de pagamentos e recebimentos de operações internas por natureza.

As entidades do perímetro de consolidação aplicam o SNC empresarial, e não possuem contabilidade orçamental nos termos do definido na NCP 26 do SNC-AP, nem em termos similares, pelo que em termos de consolidação orçamental não é possível preparar uma consolidação minimamente eficaz com as mesmas, pelo que não serão incluídas no perímetro de consolidação orçamental.

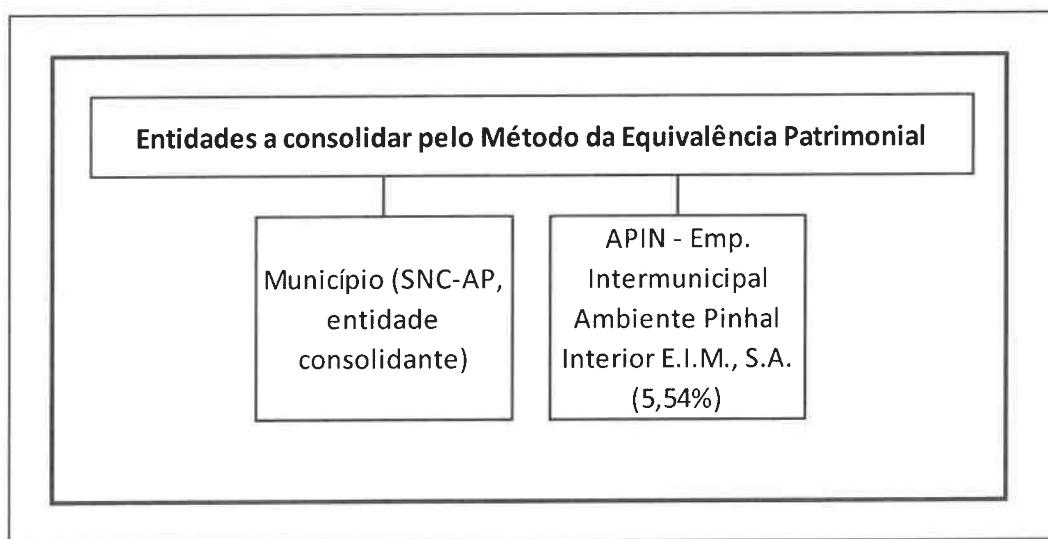
No final de maio de 2022 a comissão de normalização contabilística veio esclarecer, numa nova redação da FAQ 18 cujo assunto é “Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP26) e de natureza financeira (NCP22)”, que, no limite, o perímetro orçamental da consolidação corresponderá apenas à entidade consolidante, depreendendo-se assim que será sempre necessária a apresentação de consolidação orçamental, consolidação esta que, no limite, poderá corresponder aos mapas individuais da consolidante, caso nenhuma outra entidade cumpra os requisitos para ser incluída no perímetro orçamental.



9
J.
amora
Adriano
P.

Perímetro de Consolidação de Natureza Financeira

De acordo com o artigo 75º da supracitada Lei nº73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, é de concluir que, das entidades que compõem o grupo autárquico do Município de Pedrógão Grande, para além do próprio Município (enquanto entidade-mãe ou entidade consolidante), apenas as entidades designadas de “Empresas Locais”, em consonância com o disposto no artigo 19º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, integram o perímetro de consolidação, a saber:



Quadro 4 –Perímetro de Consolidação de Natureza Financeira, 2023

A APIN, em 2023, não consta na listagem de 2023 entidades do setor institucional das administrações públicas (atualizada em março de 2024) emitida pelo Instituto Nacional de Estatística (adiante também INE) (fonte [Portal do INE](#).), pelo que não lhe é obrigatória a aplicação do SNC-AP nem, consequentemente, da NCP26.

Assim, exclui-se a APIN do perímetro de consolidação orçamental, pelo que o perímetro orçamental se limita ao próprio Município, sendo replicadas nestas contas consolidadas as demonstrações orçamentais individuais do Município.



1.5 Entidades Excluídas da Consolidação

Por não preencherem os requisitos previstos na lei, o Município está dispensado de incluir no perímetro de consolidação, as entidades que integram o quadro abaixo apresentado.

Denominação	Natureza da Entidade	NIPC	Forma Jurídica	Resultado Líquido do Exercício de 2023 (€)	Contribuição Dvida Total do Município - 31/12/2023
Águas do Vale do Tejo, S.A.	Sociedade	513 606 130	Outro Sociedade	0,29	10 396 093,00 €
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	Sociedade	503 004 405	Outro Sociedade	0,21	148 634,78 €
PETROENSINO - Ensino e Formação Profissional, Lda.	Sociedade	504 505 890	Outro Sociedade	48,3	-284 548,25 €
CESAB - Centro de Estudos do Ambiente	Não Sociedade	502 883 308	Outro Não Sociedade	2,89	55 941,21 €
MATREZE - Matadouro Regional do Zêzere, S.A.	Sociedade	501 491 821	Outro Sociedade	2,81	- €
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Outros - Fundo	513 319 182	Fundidão	0,05	- €
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Não Sociedade	501 527 413	Associação Municípios Fins Específicos		209 018,85 €
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	Não Sociedade	502 131 047	Associação Municípios Fins Específicos	0,06	62 536,20 €
AMREN2 - Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2	Não Sociedade	514 051 744	Associação Municípios Fins Específicos		18 266,27 €
CIMRL - Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	Não Sociedade	508 035 546	Associação Municípios Fins Múltiplos	10	2 071 788,78 €
AREAC - Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro	Não Sociedade	513 113 357	Outro Não Sociedade		-3 701,33 €
					4,51 €

a) os dados definitivos de 2023 da Petroensino foram facultados ao Município já após aprovadas as contas individuais do Município, tendo sido refletido o ajustamento do MEP desta entidade nestas contas consolidadas para refletirem as contas definitivas da entidade.

b) contas não facultadas

Quadro 5 –Entidades Excluídas da Consolidação, 2023

No caso da ANMP, APMCH, Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2 e CIMRL, uma vez que são Entidades Associativas Municipais e Intermunicipais, são entidades consolidantes ao abrigo do n.º 2 do Art. 75.º da Lei 73/2013 de 3/9.

A Petroensino, ERSUC, CESAB são Entidades participadas, onde o Município não exerce poder de controlo, não sendo consideradas, por força do previsto nos n.ºs 3, 4 e 5 do Art. 75.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro.

Importa referir que a prestação de contas de 2023 devidamente aprovada da Petroensino apenas foi facultada ao Município já após aprovadas as contas individuais do Município. Nas contas individuais o Município, apenas havia sido refletido, dada a inexistência de dados com referência a 31/12/2023, os dados provisórios da quota-parte do resultado provisório de 30/06/2023 facultado pela entidade para a preparação do relatório do 1º semestre de 2023.



Desta forma, e estando já disponíveis os dados definitivos e aprovados de 2023, foi refletido, nas presentes contas consolidadas, o ajustamento do MEP desta entidade de forma que as mesmas espelhem a quota-parte do Município nas contas definitivas da entidade em termos de resultados do período e na situação líquida.

Vide também no ponto 1.2 do Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras a demonstração do impacto do lançamento efetuado.

O Fundo de Apoio Municipal (FAM) é detido em 50% pelo governo central (o restante é detido por Municípios), no entanto, quer pela reduzida percentagem de participação, mas acima de tudo pelo facto de ser detido em 50% pela administração central, torna o mesmo equivalente a uma entidade do Sector Empresarial do Estado, relevando a eventual dívida a nível central e não local (Municípios).

Também a entidade Águas do Vale do Tejo, S.A., além de detida numa percentagem muito reduzida 0,29%, é detida maioritariamente pelo governo central, pertencendo assim ao Sector Empresarial do Estado.



Uma

9

J. Amorim
Arquitecto

1.6 Método de Consolidação

Relativamente à consolidação de natureza financeira, o SNC-AP prevê vários métodos de consolidação, considerando o tipo de controlo que a entidade consolidante exerce sobre as entidades que integram o perímetro de consolidação, pelo que na consolidação de contas do Município, foi adotado o Método da Equivalência Patrimonial (adiante também MEP), também designado como método simplificado de consolidação, por via do disposto na NCP 22 e normas conexas em conjugação com o disposto no n.º 6 e 8 do Art.º 75.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro.

Este método de contabilização dos investimentos financeiros, caracteriza-se por a todo o momento, a conta 41 refletir a real conjuntura da situação líquida da empresa detida, ou seja, consiste na substituição no balanço da entidade consolidante, do valor contabilístico das partes de capital por ela detida, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

A situação referida não se verificará quando a situação líquida da participada seja negativa, situação em que a conta 41 refletirá valor nulo (0,00€). A existência de uma situação líquida negativa será, pelo menos na larga maioria dos casos, originada em resultados líquidos negativos, de um ou mais períodos. Nestes casos se existir a obrigação de cobertura de prejuízos (princípio do equilíbrio financeiro, artigo 40.º, Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto), o que tendencialmente se verificará na maioria das participações detidas, e na parte que não for possível cobrir com a aplicação do MEP após a respetiva conta 41 atingir valor de 0,00€ será constituída provisão do montante remanescente.

Após a realização da transferência financeira, por parte da detentora da participação, no ano seguinte a provisão será utilizada e o remanescente resultará na reposição, total ou parcial, do



valor da 41 da entidade atendendo a que também o registo dessas transferências na participada fará aumentar a sua situação líquida.

De acordo com o §14 da NCP1, bem como conforme instruções sobre a matéria, nomeadamente instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, aprovadas em Plenário geral de 13 de fevereiro de 2019, publicadas no Diário da República, 2.ª série – N.º 46 e de 6 de março de 2019, as demonstrações financeiras consolidadas são:

- Balanço consolidado;
- Demonstração dos resultados consolidada, por natureza;
- Demonstração das alterações no património líquido consolidada;
- Mapa de fluxos de caixa consolidado;
- Anexo às demonstrações financeiras consolidado (notas compreendendo um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas).

Importa referir que sendo o método de consolidação o MEP, o qual não inclui a integração de valores do balancete nas demonstrações financeiras da consolidante, em especial dos montantes de caixa, depósitos e seus equivalentes, tal inviabiliza a preparação da demonstração de fluxos de caixa consolidados, naquela que seria a sua forma habitual de preparação.

Apesar desta situação, foi preparada uma demonstração de fluxos de caixa (adiante também DFC) a qual soma à DFC individual do Município 5,54% da DFC individual da APIN e na qual são abatidos a 100% os fluxos financeiros ocorridos entre as duas entidades. Desta forma a DFC consolidada apresentada deve ser considerada como apenas informativa.



A NCP26, prevê ainda que a nível da consolidação orçamental sejam preparados os seguintes elementos:

- Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental;
- Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza;

Como já referido, a entidade a consolidar, a APIN, segundo o publicado no site do INE na listagem publicada em março 2024 não se encontra incluída na mesma. Acresce que além desse facto a entidade aplica o SNC “empresarial”. Para se poder proceder à consolidação orçamental, é necessário que a entidade a consolidar possua contabilidade orçamental nos termos da NCP 26, completa e aprovada. Pelo que não sendo este o caso da APIN a mesma não será incluída em termos de perímetro de consolidação orçamental. Desta forma não existe qualquer entidade, além do Município, a incluir em perímetro de consolidação orçamental, pelo que não haverá qualquer elemento a preparar em termos de consolidação, sendo apresentados os elementos orçamentais individuais do Município, os quais segundo a nova redação da FAQ 18, equivalem à consolidação orçamental.

À semelhança da prática já seguida na prestação de contas de exercícios anteriores e por força do disposto no n.º 3 do artigo 76.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, constituem igualmente o Relatório de Gestão consolidado, o comprovativo da certificação legal de contas e respetivo parecer do Revisor Oficial de Contas do Município de Pedrógão Grande.



B.9
Anexo
Aclarativo

O Município de Pedrógão Grande, apresenta assim as demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade estabelecida no n.º 6 do artigo 75º da Lei nº 73/2023, de 3 de setembro, o qual estipula que “*devem (...) ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais (...) que integrem o setor empresarial local (...) independentemente a percentagem de participação ou detenção do município...*”.



Ch

B.)

Q

anterior Aclarado

D

1.7 Atividade Consolidada

A análise apresentada relativamente à situação económica e financeira das entidades constituintes do perímetro de consolidação foi elaborada recorrendo apenas aos dados de 2023, sendo alvo de análise o Balanço Consolidado e a Demonstração dos Resultados por Natureza Consolidada, através de um conjunto de indicadores económico financeiros.

1.7.1 Indicadores Económico-Financeiros

Os seguintes rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo.

Indicador	Nome indicador	Formula	Ano 2023	Ano 2022	Explicação indicador
Liquidez	Liquidez Geral	Ativo corrente/Passivo corrente	3,81	3,54	Compara a capacidade que o Município tem para fazer face às suas responsabilidades de curto prazo
	Liquidez Reduzida	(Ativo corrente - Inventários)/Passivo corrente	3,71	3,47	Mostra qual a capacidade do Município solver os seus compromissos de curto prazo, com a totalidade do ativo corrente excepto os inventários.
	Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	1,78	2,49	Reflete a percentagem das dívidas de curto prazo (passivo corrente) que pode ser saldada imediatamente pelo Município, através das suas disponibilidades de caixa.
Rentabilidade	Rentabilidade do Património Líquido RPL	(Resultados Líquidos/Património Líquido)*100	-3,18	-1,62	Indicador financeiro percentual que se refere à capacidade do Município em agregar valor a si mesmo utilizando os seus próprios recursos.
	Rentabilidade Operacional do Ativo	(Resultados Operacionais/Ativo)*100	-2,44	-1,35	Capacidade dos ativos do Município em gerar resultados, desta forma, procura avaliar a eficiência e capacidade de gestão dos ativos detidos em termos de produção de resultados financeiros.
Atividade	Grau de Rotação do Ativo	Volume de Negócios/Ativo	0,58%	0,61%	Rácio de atividade que procura medir o grau de eficiência com que o Município está a utilizar os seus ativos. Quanto maior o valor do rácio, maior a eficiência com que o Município está a gerar vendas e prestações de serviços.
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	0,82	0,86	Expressa a participação dos fundos próprios no financiamento do Município, pode-se dizer que um valor inferior a 1/3 significa dependência excessiva de financiamento, por outro lado valores superiores a 1/3 representam um bom grau de autonomia financeira.
	Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	4,69	5,95	Apresenta a capacidade de solvência de dívidas. Um valor superior a 1 significa que o património do Município é suficiente para cobrir todas as suas dívidas, por outro lado um valor inferior a 1 significa que aquele não tem meios próprios para satisfazer toda a sua dívida.
	Endividamento	Passivo/Ativo	0,18	0,14	Mede a dimensão da dívida total do Município em comparação com o seu ativo.

Quadro 6 –Indicadores Económico-Financeiros, 2023



No quadro acima, verifica-se que a Liquidez Geral diminuiu de 2022 para 2023. A liquidez imediata da autarquia, ou seja, os valores em caixa e depósitos seriam suficientes à data do balanço para liquidar 1,78 vezes as dívidas de curto prazo.

A Rentabilidade do Património Líquido (RPL), medida pela divisão do resultado líquido do exercício pelo património líquido, diminuiu de 2022 para 2023. A Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA), medida pela divisão dos resultados operacionais pelo ativo, também diminui de 2022 para 2023.

Relativamente aos indicadores da Estrutura Financeira, começando pela Autonomia Financeira, medida pela divisão do património líquido pelo ativo, diminuiu ligeiramente de 2022 (0,86) para 2023 (0,82). Este rácio permite verificar a solidez financeira de uma organização, assumindo valores entre 0 e 1. Esta relação pode assumir valores negativos, no caso da entidade apresentar património líquido negativo. Quanto mais próximo de 1 maior a solidez financeira da entidade, pelo que o valor obtido no ano 2023 indica uma solidez financeira razoavelmente boa do Município.

A Solvabilidade, medida pela divisão do património líquido pelo passivo, diminuiu de 2022 para 2023. O rácio de solvabilidade traduz a capacidade de uma entidade em pagar os seus compromissos, sendo que o Município de Pedrógão Grande tem um excelente rácio de solvabilidade em ambos os anos, pois apresenta valores superiores à unidade.

O rácio do Endividamento, medido pela divisão do passivo pelo ativo, aumentou de 2022 para 2023.

1.7.2 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para



as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para entidade.

1.7.3 Comparabilidade

No que diz respeito à comparabilidade entre exercícios, e, atendendo a que a implementação do SNC-AP ocorreu no ano de 2020, quer as contas do balanço, quer as contas da demonstração de resultados, em 2023 são comparáveis com o ano anterior, com exceção da situação abaixo descrita que será desenvolvida na respetiva nota que consta do Anexo às Demonstrações Financeiras:

- ✓ Atendendo ao disposto na NCP4, foi efetuado o tratamento contabilístico do contrato de concessão com a E-Redes e do acordo de concessão com a APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior Norte, EIM, SA;



B. P.
B. P.

May
Junho
A. Junho

P

II. BALANÇO CONSOLIDADO



B. f

O

Ano
-
Ashley

P

2.1 Análise do Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado reflete a situação económico-financeira do grupo autárquico à data de encerramento do exercício de 2023, dando a conhecer os Ativos do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, e por outro, o Passivo e Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

O Balanço Consolidado, a 31 de dezembro de 2023, apresenta um total de 39.699.841,11€ e um total de fundos próprios de 32.718.221,93€ incluindo um resultado consolidado líquido do exercício negativo de 1.041.144,90€.



(Signature)
P.J.
✓

Balanço consolidado em:		31/dez/23		Unidade Monetária €
Rúbricas	Notas	Datas		
		31/12/2023	31/12/2022	
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis		34 313 583,00	31 610 261,40	
Propriedades de investimento		89 112,71	41 239,70	
Ativos intangíveis		1 082 169,25	1 115 967,09	
Ativos biológicos				
Participações financeiras				
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis				
Acionistas/sócios/associados				
Diferimentos				
Outros ativos financeiros				
Ativos por impostos diferidos				
Clientes, contribuintes e utentes				
Outras contas a receber				
		35 484 864,96	32 767 468,19	
Ativo corrente				
Inventários		107 900,41	86 179,85	
Ativos biológicos		647 307,75	61 335,76	
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		4 003,93	18 118,88	
Devedores por empréstimos donificados e subsídios reembolsáveis		75 889,22	76 039,13	
Clientes, contribuintes e utentes		1 376 288,31	958 219,98	
Estado e outros entes públicos		38 286,75	23 174,07	
Acionistas/sócios/associados				
Outras contas a receber				
Diferimentos				
Ativos financeiros detidos para negociação				
Outros ativos financeiros				
Ativos não correntes detidos para venda				
Caixa e depósitos				
		1 965 299,78	2 884 608,79	
		4 214 976,15	4 107 676,46	
Total do Ativo		39 699 841,11	36 875 144,65	
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital		30 532 485,32	32 387 951,36	
Ações (quotas) próprias				
Outros instrumentos de capital próprio				
Prémios de emissão				
Reservas		1 521 557,43	1 521 557,43	
Resultados transitados		-13 219 310,70	-12 765 439,16	
Ajustamentos em ativos financeiros		977 779,09	733 241,19	
Excedentes de revalorização				
Outras variações no Património Líquido				
		13 946 855,70	10 201 711,44	
		33 759 366,84	32 079 022,26	
Resultado líquido do período				
		-1 041 144,90	-512 186,91	
Dividendos antecipados				
Interesses que não controlam				
Total do Património Líquido		32 718 221,93	31 566 835,35	
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		465 739,25	462 487,88	
Financiamentos obtidos		1 442 105,26	1 784 019,61	
Fornecedores de investimentos				
Responsabilidades por benefícios pós-emprego				
Diferimentos				
Passivos por impostos diferidos				
Fornecedores				
Outras contas a pagar				
		3 968 184,89	1 901 845,42	
		5 876 029,40	4 148 352,91	
Passivo corrente				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos				
Fornecedores		16,00	275,48	
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		113 361,44	113 811,06	
Estado e outros entes públicos		72 417,06	69 033,93	
Acionistas/sócios/associados				
Financiamentos obtidos		234 469,37	269 643,82	
Fornecedores de investimentos		3 436,39	5 783,72	
Outras contas a pagar		637 833,12	686 058,96	
Diferimentos		44 056,40	15 349,42	
Passivos financeiros detidos para negociação				
Outros passivos financeiros				
		1 105 589,78	1 159 956,39	
Total do Passivo		6 981 619,18	5 308 309,30	
Total do capital próprio e do Passivo		39 699 841,11	36 875 144,65	



B. I
A
J
S
C
F

A
B
C
D
E

J
L
M
N
O

P
Q
R
S
T

U
V
W
X
Y

III.DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO



P.J.
dularm
Asberim
P.

3.1 Demonstração das Alterações no Património Líquido - Consolidado

As alterações ocorridas no património líquido consolidado constantes do mapa seguinte tiveram todas como origem a aplicação do método da equivalência patrimonial e ajustamento do MEP da Petroensino, como já referido no ponto 1.5 do presente relatório e correspondem a:

- ✓ Conta 57 - Ajustamentos em ativos financeiros no total de 427.580,10€ credores (325.110,41 respeitantes à APIN e 102.469,69€ respeitantes ao ajustamento do MEP da Petroensino);
- ✓ Conta 561 – Registo em resultados transitados do impacto dos resultados líquidos de anos anteriores da APIN que totaliza 206.344,94€ devedores;
- ✓ Reflexo no Resultado Líquido do Período:
 - Relativamente à APIN, resultante da anulação da Provisão constituída para cobertura de prejuízos e sua “substituição” pela aplicação do MEP, com impacto líquido no montante de 35.632,88€ credores, derivado do facto da cobertura de prejuízos ter por base o Resultado Antes de Imposto, o qual apresenta valor negativo superior em relação ao Resultado Líquido fruto a aplicação de impostos diferidos;
 - Do ajustamento do MEP da Petroensino resultou um impacto líquido negativo no resultado de 49.876,69€ devedores resultantes do ajustamento da estimativa de quota-parte no resultado negativo registado com referência a 30/06/2023 (-87.560,11€) para o valor definitivo de 31/12/2023 da quota-parte no resultado líquido (-137.436,80€).

Consolidação do Município de Pedrógão Grande
Demonstração Consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2023

Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe										Valores em euros				
Descrição	Notas	Capital/ Património realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de activos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
Posição no Início do Período	1	32 387 951,36		1 521 557,43			-12 653 141,59	550 198,99		10 201 711,44	-536 093,72	31 472 183,91		31 472 183,91
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de activos														
Excedente de revalorização e respectivas variações														
Transferências e Subsídios de Capital														
Correção de erros materiais														
Outras alterações reconhecidas no património líquido														
2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-536 093,72	0,00	0,00	3 745 144,26	536 093,72	3 745 144,26	0,00
Resultado Líquido do Período	3											-1 026 901,09	-1 026 901,09	-1 026 901,09
Resultado Integral	4 = 2 + 3											-490 807,37	2 718 243,17	2 718 243,17
OPERAÇÕES COM DETENTORES CAPITAL PERÍODO														
Realizações de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações	5													
Subtotal sem movimentos consolidação	6 = 1 + 2 + 3 + 4 + 5													
MOVIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	7													
Posição no Fim do Período	8 = 6 + 7	30 532 485,32	0,00	1 521 557,43	0,00	0,00	-13 219 310,71	977 779,09	0,00	13 946 855,70	-1 041 144,90	32 718 221,93	0,00	32 718 221,93

*Alv. JF
daniel
H. Lino
Z*



B. J.
S.

B. J.

an form

Archim

J

IV. DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS



B. J
B
key inform
Assim

4.1 Análise da Demonstração de Resultados Consolidada

Com a entrada do novo normativo SNC-AP, na apresentação da Demonstração de Resultados deixou de existir a distinção entre proveitos e ganhos com custos e perdas, a nível operacional, financeiros, correntes e extraordinários. Passando a ser apresentado através de rendimentos e gastos permitindo calcular os resultados antes de depreciações e de gastos de financiamento, operacional, antes de impostos e líquido do período.

A demonstração de Resultados permite assim observar a atividade do grupo autárquico do Município de Pedrógão Grande, durante o período em análise, evidenciando de maneira a permitir uma rápida constatação do montante e da forma como foi gerado o resultado obtido no exercício.



P.J.
Ken
Anônimo
Ashley
J.

Demonstração consolidada dos resultados por natureza

Período findo em: 31/dez/23

Unidade Monetária €

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		31/12/2023	31/12/2022
Impostos, contribuições e taxas		800 986,13	802 935,60
Vendas		238,20	249,53
Prestações de serviços e concessões		230 963,69	224 512,35
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		-278 335,74	-247 711,88
Transferências e subsídios correntes obtidos		4 601 269,22	4 574 642,62
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-153 267,23	-129 922,67
Fornecimentos e serviços externos		-1 659 002,85	-1 352 691,07
Gastos com o pessoal		-3 198 584,86	-2 889 321,01
Transferências e subsídios concedidos		-582 982,08	-575 188,60
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-4 001,87	
Provisões (aumentos/reduções)		-3 251,37	-66 372,52
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		1 120 223,49	1 123 017,48
Outros gastos		-199 710,98	-317 277,63
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento		674 543,75	1 146 872,20
Gastos/reversões de depreciações e amortização		-1 643 909,17	-1 643 060,91
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		2 646,88	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-966 718,54	-496 188,71
Juros e rendimentos similares obtidos		2 249,53	2 100,00
Juros e gastos similares suportados		-76 675,89	-18 098,20
Resultados antes de impostos		-1 041 144,90	-512 186,91
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		-1 041 144,90	-512 186,91
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam		0,00	0,00



B. P
Q

Ally

dan lann
As leivos

J

V. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS



3. f
B. L.
A. L. C.
P.

5.1 Notas ao Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidados

O mapa de fluxos de caixa discrimina os recebimentos e pagamentos associados á execução do orçamento, desagregados de acordo com a classificação económica corrente e capital, evidencia ainda os saldos da gerência anterior e para a gerência seguinte.

A utilização exclusiva na consolidação, do Método da Equivalência Patrimonial, em termos práticos inviabiliza a preparação do mapa dos Fluxos de Caixa Consolidados de operações orçamentais, isto porque, o referido método não implica a soma/agregação efetiva de balancetes das entidades.

Apesar desta situação, e como já acima mencionado foi preparada uma demonstração de fluxos de caixa (adiante também DFC) a qual soma à DFC individual do Município 5,54% da DFC individual da APIN e na qual são abatidos a 100% os fluxos financeiros ocorridos entre as duas entidades. Desta forma a DFC consolidada apresentada deve ser considerada como apenas informativa.

O valor da Caixa e seus equivalentes no fim do período encontra-se detalhado na Nota 1 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Na nota 24 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas apresenta-se informação dos movimentos monetários, ou equiparados entre o Município e a APIN.



*R. J.
Q.
dunlora
A. Lino
P.*

Demonstração consolidada de fluxos de caixa

Período findo em: 31/dez/2023

Unidade Monetária €

Rúbricas	Notas	Períodos	
		31/dez/2023	31/dez/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		909 664,16	822 967,29
Recebimentos de contribuintes		753 143,26	723 864,61
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		4 482 669,98	4 550 946,16
Recebimentos de utentes		49 941,41	35 094,00
Pagamentos a fornecedores		2 586 218,48	2 213 435,89
Pagamentos ao pessoal		3 329 201,58	2 928 869,08
Pagamentos a contribuintes/Utentes		573 064,56	541 146,84
Pagamentos de transferências e subsídios		293 065,80	449 420,24
Pagamentos de prestações sociais		508,38	3 723,71
Caixa gerada pelas operações			
Recebimento do imposto sobre o rendimento		33 802,58	0,00
Pagamento do imposto sobre o rendimento		191 901,50	151 573,99
Outros recebimentos		451 673,10	301 569,96
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)			
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		2 764 361,98	2 620 527,58
Ativos intangíveis		65 028,32	39 256,19
Propriedades de investimento		-	-
Investimentos financeiros		2,40	1,12
Outros ativos		-	4,99
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		46 084,33	120,89
Ativos intangíveis		-	-
Propriedades de investimento		304 944,28	300 992,35
Investimentos financeiros		62,21	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		804 527,77	1 153 066,86
Transferências de capital		979 277,74	562 142,55
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		694 496,37	643 467,24
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		587 185,54	211 978,49
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		0,00	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		378 286,63	270 799,16
Juros e gastos similares		97 269,29	22 815,15
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		111 629,63	\$1 635,82
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
Efeito das diferenças de câmbio		1 034 539,84	423 533,10
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 108 185,06	3 518 500,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 076 883,76	3 094 967,85



pedrógão Grande
município



B. J.
J.

Dey

anterior
Antônio
J.

VI. DEMONSTRAÇÃO EXECUÇÃO RECEITA

(Do Município)

Por Classificação Económica
Por Rúbrica

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Município de Pedrogão Grande

(designação da autarquia local)

Ano: 2023

Euros

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Réc. p/ cobrar per. anteriores	Recetas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições Emitidos	Pagos	Receitas cobradas líquidas		Períodos anteriores	Período corrente	Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental Períodos anteriores	Grau exec. orçamental Período corrente
									Total	Periodo corrente					
Receita corrente															
R011	Impostos diretos	758 418,00	0,00	753 143,26	0,00	753 143,26	0,00	0,00	0,00	753 143,26	753 143,26	0,00	0,00	0,00	99.305
R03	Taxas, multas e outras penalidades	54 421,00	-77,45	54 446,87	129,41	54 409,42	129,41	0,00	0,00	54 280,01	54 280,01	0,00	0,00	0,00	99.741
R04	Rendimentos de propriedade	318 143,00	76 151,58	304 944,29	0,00	304 944,29	0,00	0,00	0,00	304 944,29	304 944,29	76 151,58	0,00	0,00	95.851
R05111	Administração Central - Estado Português	4 593 516,20	0,00	4 462 943,08	0,00	4 462 943,08	0,00	0,00	0,00	4 462 943,08	4 462 943,08	0,00	0,00	0,00	97.157
R05112	Administração Central - Outras entidades	59 337,00	0,00	19 726,90	0,00	19 726,90	0,00	0,00	0,00	19 726,90	19 726,90	0,00	0,00	0,00	33.246
R0512	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
R0513	Outras	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
R06	Vendas de bens e serviços	133 591,00	95 184,57	161 137,87	84 727,49	129 332,80	0,00	0,00	0,00	125 640,20	129 332,80	42 262,15	2.764	94.048	
R07	Outras receitas correntes	9 393,00	0,00	9 271,28	0,00	9 271,28	0,00	0,00	0,00	9 271,28	9 271,28	0,00	0,00	0,00	99.659
Receita de capital															
R08	Venda de bens de investimento	29 080,00	0,00	35 545,53	6 550,00	28 995,53	0,00	0,00	0,00	28 995,53	28 995,53	0,00	0,00	0,00	99.675
R09111	Administração Central - Estado Português	2 046 280,00	0,00	1 011 550,45	0,00	1 011 550,45	0,00	0,00	0,00	1 011 550,45	1 011 550,45	0,00	0,00	0,00	49.434
R09112	Administração Central - Outras entidades	83 192,00	0,00	81 237,74	0,00	81 237,74	0,00	0,00	0,00	81 237,74	81 237,74	0,00	0,00	0,00	97.651
R0912	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
R0913	Outras	1 526,00	0,00	122 907,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	
R10	Outras receitas de capital	20,00	0,00	83 713,62	83 713,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	
R13	Receitas com passivos financeiros	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	
Outras receitas															
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	1 000,00	0,00	3,81	0,00	3,81	0,00	0,00	0,00	3,81	3,81	0,00	0,00	0,00	0,381
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	2 704 554,54	0,00	2 704 554,54	0,00	2 704 554,54	0,00	0,00	0,00	2 704 554,54	2 704 554,54	0,00	0,00	0,00	100.000
Total	10 792 461,74	171 258,70	9 805 167,07	175 120,52	9 560 113,10	129,41	129,41	3 692,60	5 729 349,02	5 733 641,62	118 413,73	0,062	96.679		
		5 926 749,20	171 258,70	5 765 653,55	84 856,90	5 733 771,03	129,41	0,00	0,00	1 121 783,72	1 122 907,83	0,00	0,00	51.931	
		2 160 158,00	0,00	1 334 955,17	90 263,62	1 241 783,72	0,00	0,00	0,00	2 704 558,35	2 704 558,35	0,00	0,00	99.963	
		2 705 554,54	0,00	2 704 558,35	0,00	2 704 558,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		Total	10 792 461,74	171 258,70	9 805 167,07	175 120,52	9 560 113,10	129,41	3 692,60	5 729 349,02	5 733 641,62	118 413,73	0,062	96.679	

ORGÃO EXECUTIVO
Em 20 de Junho de 2024
Assinatura: [Signature]

ORGÃO DELIBERATIVO
Em 20 de Junho de 2024
Assinatura: [Signature]

ORGÃO DELIBERATIVO
Em 20 de Junho de 2024
Assinatura: [Signature]

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Município de Pedrogão Grande

(designação da autarquia local)

Município de Pedrogão Grande

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

(designação da autarquia local)

Ano: 2023

Euros

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Liquidações anuladas	Receitas liquidadas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas		Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental Períodos anteriores	Período corrente
							Emitidos	Pagos	Periodos anteriores	Total			
Receita corrente													
0601	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
060101	Públicas	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06010102	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
060102	Privadas	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0603	Administração central	4 652 853,20	0,00	4 482 669,98	0,00	4 482 669,98	0,00	0,00	0,00	4 482 669,98	4 482 669,98	0,00	0,00
060301	Estado	4 576 280,20	0,00	4 455 542,84	0,00	4 455 542,84	0,00	0,00	0,00	4 455 542,84	4 455 542,84	0,00	0,00
06030101	Fundos de Equilíbrio Financeiro	3 729 325,00	0,00	3 667 171,00	0,00	3 667 171,00	0,00	0,00	0,00	3 667 171,00	3 667 171,00	0,00	0,00
06030102	Fundos Sociais Municipais	61 770,00	0,00	61 770,00	0,00	61 770,00	0,00	0,00	0,00	61 770,00	61 770,00	0,00	0,00
06030103	Participação fixa no IRS	52 746,00	0,00	52 746,00	0,00	52 746,00	0,00	0,00	0,00	52 746,00	52 746,00	0,00	0,00
06030106	Transferência de Competências - Lei n.º 50/2018	641 048,20	0,00	600 393,00	0,00	600 393,00	0,00	0,00	0,00	600 393,00	600 393,00	0,00	0,00
06030107	Participação no IVA - Art. 26.º A da Lei nº73/2013	46 331,00	0,00	46 331,49	0,00	46 331,49	0,00	0,00	0,00	46 331,49	46 331,49	0,00	0,00
06030199	Outras	45 060,00	0,00	27 131,35	0,00	27 131,35	0,00	0,00	0,00	27 131,35	27 131,35	0,00	0,00
0603019901	DGEs/E	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0603019902	Fundo Emergência Municipal	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0603019904	IEFP - Instituto Emprego Formação Profissional	6 600,00	0,00	6 596,83	0,00	6 596,83	0,00	0,00	0,00	6 596,83	6 596,83	0,00	0,00
0603019999	Outros	38 400,00	0,00	20 534,52	0,00	20 534,52	0,00	0,00	0,00	20 534,52	20 534,52	0,00	0,00
06030306	Estado-Particip.comunip.projects co-financiados	17 236,00	0,00	7 400,24	0,00	7 400,24	0,00	0,00	0,00	7 400,24	7 400,24	0,00	0,00
06030601	FSE	4 660,00	0,00	609,52	0,00	609,52	0,00	0,00	0,00	609,52	609,52	0,00	0,00
06030602	FEDER	12 556,00	0,00	6 790,72	0,00	6 790,72	0,00	0,00	0,00	6 790,72	6 790,72	0,00	0,00
06030603	FEADER	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06030604	Outros	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
060307	Serviços e fundos autónomos	59 327,00	0,00	19 726,90	0,00	19 726,90	0,00	0,00	0,00	19 726,90	19 726,90	0,00	0,00
06030701	Transferência de Competências - Lei n.º 50/2018	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06030704	Fundo Ambiental	34 198,00	0,00	18 154,00	0,00	18 154,00	0,00	0,00	0,00	18 154,00	18 154,00	0,00	0,00
06030705	Turismo de Portugal	4 950,00	0,00	1 572,90	0,00	1 572,90	0,00	0,00	0,00	1 572,90	1 572,90	0,00	0,00
06030799	Outros	20 169,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
060309	Serv.fund.auton.-Subsist.prot.famili.polit.act.EFP	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0609	Resto do mundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
060901	União Europeia-Instituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07	Venda de bens e serviços correntes	133 591,00	95 184,57	161 137,87	84 727,49	129 332,80	0,00	0,00	0,00	125 640,20	129 332,80	42 262,15	27,64
0701	Venda de bens	560,00	23 517,01	0,00	23 517,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070102	Livros e documentação técnica	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070103	Publicações e impressos	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070105	Bens utilizados	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070106	Produtos agrícolas e pecuários	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070108	Mercadorias	10,00	23 517,01	0,00	23 517,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Município de Pedrogão Grande

(designação da autarquia local)

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas		Total	Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental Períodos anteriores	Período corrente
							Emitidos	Pagos	Periodos anteriores	Período corrente				
Receita corrente														
07010899	Outros	10,00	23 517,01	0,00	23 517,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070109	Materias de consumo	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070199	Outros	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0702	Serviços	81 161,00	25 259,28	77 978,81	23 573,03	78 542,86	0,00	0,00	1 441,25	77 101,61	78 542,86	1 120,00	1 776	94,988
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070207	Alimentação e alojamento	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e desporto	39 435,00	1 806,25	39 643,25	120,00	40 209,50	0,00	0,00	1 441,25	38 768,25	40 209,50	1 120,00	3 655	98,309
07020801	Serviços sociais	7 077,00	1 806,25	6 510,00	120,00	7 076,25	0,00	0,00	1 441,25	5 635,00	7 076,25	1 120,00	20,365	79,624
07020802	Serviços recreativos	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0702080201	Turismo Sénior	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0702080299	Outros	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07020803	Serviços culturais	7 498,00	0,00	7 218,75	0,00	7 218,75	0,00	0,00	0,00	0,00	7 218,75	0,00	0,00	96,276
0702080301	Turismo Sénior	2 498,00	0,00	2 498,00	0,00	2 498,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 498,00	0,00	0,00	100,000
0702080399	Outros	5 000,00	0,00	4 720,75	0,00	4 720,75	0,00	0,00	0,00	0,00	4 720,75	0,00	0,00	94,415
07020804	Serviços desportivos	24 840,00	0,00	25 914,50	0,00	25 914,50	0,00	0,00	0,00	0,00	25 914,50	0,00	0,00	104,326
0702080401	Piscina Municipal	17 050,00	0,00	18 125,50	0,00	18 125,50	0,00	0,00	0,00	0,00	18 125,50	0,00	0,00	106,308
0702080402	Pavilhão Gimnodesportivo	7 789,00	0,00	7 789,00	0,00	7 789,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 789,00	0,00	0,00	100,000
0702080499	Outros	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070209	Serviços específicos das autarquias	40 510,00	23 453,03	37 093,12	23 453,03	37 093,12	0,00	0,00	0,00	0,00	37 093,12	0,00	0,00	91,565
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	28 750,00	0,00	25 498,12	0,00	25 498,12	0,00	0,00	0,00	0,00	25 498,12	0,00	0,00	88,689
0702090302	Transportes escolares	28 750,00	0,00	25 498,12	0,00	25 498,12	0,00	0,00	0,00	0,00	25 498,12	0,00	0,00	88,689
07020904	Trabalhos por conta de particulares	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07020905	Cemitérios	10 800,00	0,00	10 825,00	0,00	10 825,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 825,00	0,00	0,00	100,231
07020906	Mercados e feiras	150,00	0,00	150,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	100,000
07020999	Outros	800,00	23 453,03	620,00	23 453,03	620,00	0,00	0,00	0,00	0,00	620,00	0,00	0,00	77,500
070299	Outros	1 196,00	0,00	1 240,24	0,00	1 240,24	0,00	0,00	0,00	0,00	1 240,24	0,00	0,00	103,689
07029999	Outros	1 196,00	0,00	1 240,24	0,00	1 240,24	0,00	0,00	0,00	0,00	1 240,24	0,00	0,00	103,689
0703	Rendas	51 870,00	46 408,28	83 161,26	37 637,45	50 789,94	0,00	0,00	2 251,35	48 538,59	50 789,94	41 142,15	4,340	93,577
070301	Habitações	15 000,00	8 494,01	14 892,96	63,24	13 930,62	0,00	0,00	1 700,84	12 229,78	13 930,62	9 393,11	11,339	81,532
070302	Edifícios	36 860,00	37 914,27	68 268,30	37 574,21	36 859,32	0,00	0,00	550,51	36 308,81	36 859,32	31 749,04	1,494	98,505
070399	Outras	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08	Outras receitas correntes	9 303,00	0,00	9 271,28	0,00	9 271,28	0,00	0,00	9 271,28	9 271,28	9 271,28	0,00	0,000	99,659
0801	Outras	9 303,00	0,00	9 271,28	0,00	9 271,28	0,00	0,00	9 271,28	9 271,28	9 271,28	0,00	0,000	99,659
080199	Outras	9 303,00	0,00	9 271,28	0,00	9 271,28	0,00	0,00	9 271,28	9 271,28	9 271,28	0,00	0,000	99,659
08019901	Indemniz.por dano/roubo extravio bens patrim.	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
08019902	Indemniz.por estrag. prov.outr.motivo viat.outr.equip.aut.local	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000

Anexo 1
Anexo 2
Anexo 3
Anexo 4
Anexo 5

Pg. 3 de 5

Município de Pedrogão Grande

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

(designação da autarquia local)

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas líquidas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições	Receitas cobradas líquidas		Período corrente	Total	Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orgântal Períodos anteriores	Período corrente
								Emitidos	Pagos					
Receita corrente														
08019903	IVA reembolsado	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08019999	Diversas	9 273,00	0,00	9 271,28	0,00	9 271,28	0,00	0,00	0,00	9 271,28	9 271,28	0,00	0,00	0,00
Receita de capital														
09	Venda de bens de investimento	29 090,00	0,00	35 545,53	6 550,00	28 995,53	0,00	0,00	0,00	28 995,53	28 995,53	0,00	0,00	99.675
0901	Terrenos	29 010,00	0,00	35 545,53	6 550,00	28 995,53	0,00	0,00	0,00	28 995,53	28 995,53	0,00	0,00	99.950
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	29 000,00	0,00	35 545,53	6 550,00	28 995,53	0,00	0,00	0,00	28 995,53	28 995,53	0,00	0,00	99.985
090110	Famílias	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0903	Edifícios	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
090306	Admin. Pública-Admin.local-Continente	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0904	Outros bens de investimento	70,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
090406	Admin. Pública-Admin.local-Continente	70,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09040601	Equipamento de transporte	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09040602	Maquinaria e equipamento	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09040603	Outros	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Transferências de capital	2 130 938,00	0,00	1 215 696,02	0,00	1 092 788,19	0,00	0,00	0,00	1 092 788,19	1 092 788,19	0,00	0,00	51.281
1001	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1 526,00	0,00	122 907,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100101	Publicas	1 526,00	0,00	122 907,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10010101	Empresas públicas	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10010102	Empresas públicas municipais e intermunicipais	1 516,00	0,00	122 907,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1003	Administracão central	2 129 472,00	0,00	1 092 788,19	0,00	1 092 788,19	0,00	0,00	0,00	1 092 788,19	1 092 788,19	0,00	0,00	51.317
100301	Estado	898 092,00	0,00	898 040,00	0,00	898 040,00	0,00	0,00	0,00	898 040,00	898 040,00	0,00	0,00	99.994
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	414 369,00	0,00	414 369,00	0,00	414 369,00	0,00	0,00	0,00	414 369,00	414 369,00	0,00	0,00	100.000
10030104	Cooperacão Técnica e Financeira	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1003010401	Fundo Ambiental	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1003010402	Fundo da Emergência Municipal	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1003010403	IFAP	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1003010499	Outros	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10030105	Artigo 35º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	483 671,00	0,00	483 671,00	0,00	483 671,00	0,00	0,00	0,00	483 671,00	483 671,00	0,00	0,00	100.000
10030106	Transferéncia de Competências - Leis n.º 50/2018	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10030199	Outras	11,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1003019901	DGAL	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1003019999	Outros	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100307	Estado-Participação comunitária project co-financiados	1 148 188,00	0,00	1 135 10,45	0,00	1 135 10,45	0,00	0,00	0,00	1 135 10,45	1 135 10,45	0,00	0,00	9.886
10030701	Fundos Comunitários	1 148 188,00	0,00	1 135 10,45	0,00	1 135 10,45	0,00	0,00	0,00	1 135 10,45	1 135 10,45	0,00	0,00	9.886
1003070101	FEDER	1 034 580,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1003070102	FEADER	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Município de Pedrogão Grande

Ano: 2023

(designação da autarquia local)

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições	Receitas cobradas líquidas		Total	Período corrente	Período anteriores	Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental
								Emitidos	Pagos					
Receita de capital														
1003070103	Fundo de Coesão	6 978,00	0,00	6 902,11	0,00	6 902,11	0,00	0,00	0,00	6 902,11	0,00	0,00	0,00	98.912
1003070106	Outros	106 620,00	0,00	106 608,34	0,00	106 608,34	0,00	0,00	0,00	106 608,34	0,00	0,00	0,00	99.989
100308	Serviços e fundos autónomos	83 192,00	0,00	81 237,74	0,00	81 237,74	0,00	0,00	0,00	81 237,74	0,00	0,00	0,00	97.651
10030801	Transferência de Competências - lei n.º 50/2018	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10030802	Turismo de Portugal	83 180,00	0,00	81 237,74	0,00	81 237,74	0,00	0,00	0,00	81 237,74	0,00	0,00	0,00	97.665
10030803	IHRU	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10030899	Outros	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1009	Resto do mundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100903	União Europeia-Países membros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Passivos financeiros	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1206	Empréstimos a médio e longo prazos	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120602	Sociedades financeiras	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Outras receitas de capital	20,00	0,00	83 713,62	0,00	83 713,62	0,00	0,00	0,00	83 713,62	0,00	0,00	0,00	0,00
1301	Outras	20,00	0,00	83 713,62	0,00	83 713,62	0,00	0,00	0,00	83 713,62	0,00	0,00	0,00	0,00
130101	Indemnizações	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130199	Outras	10,00	0,00	83 713,62	0,00	83 713,62	0,00	0,00	0,00	83 713,62	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas														
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 000,00	0,00	3,81	0,00	3,81	0,00	0,00	0,00	3,81	0,00	0,00	0,00	0,381
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 000,00	0,00	3,81	0,00	3,81	0,00	0,00	0,00	3,81	0,00	0,00	0,00	0,381
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 000,00	0,00	3,81	0,00	3,81	0,00	0,00	0,00	3,81	0,00	0,00	0,00	0,381
16	Saldo da gerência anterior	2 704 554,54	0,00	2 704 554,54	0,00	2 704 554,54	0,00	0,00	0,00	2 704 554,54	0,00	0,00	0,00	100.000
1601	Saldo orçamental	2 704 554,54	0,00	2 704 554,54	0,00	2 704 554,54	0,00	0,00	0,00	2 704 554,54	0,00	0,00	0,00	100.000
160101	Na posse do serviço	2 704 554,54	0,00	2 704 554,54	0,00	2 704 554,54	0,00	0,00	0,00	2 704 554,54	0,00	0,00	0,00	100.000
Total	Receitas Correntes	5 926 749,20	171 258,70	84 856,90	5 733 771,03	129,41	129,41	3 692,60	5 729 949,02	5 733 641,62	118 413,73	0,062	96.679	
Total	Receitas de Capital	2 160 158,00	0,90	1 334 955,17	90 263,62	1 121 783,72	1 121 783,72	0,00	1 121 783,72	1 121 783,72	122 907,83	0,000	51.931	
Total	Outras Receitas	2 705 554,54	0,00	2 704 558,35	0,00	2 704 558,35	0,00	0,00	0,00	2 704 558,35	0,00	0,000	0,000	99.963
Total	10 792 461,74	171 258,70	9 805 167,07	175 120,52	9 560 113,10	129,41	129,41	3 692,60	9 556 291,09	9 556 983,69	241 321,56	0,034	88,546	

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 20 de Junho de 2024
Assinado por:

Assinado por:



1
D
B

Rey Amorim

Abílio

J

VII. DEMONSTRAÇÃO EXECUÇÃO DESPESA

(Do Município)

Por Classificação Económica
Por Rúbrica

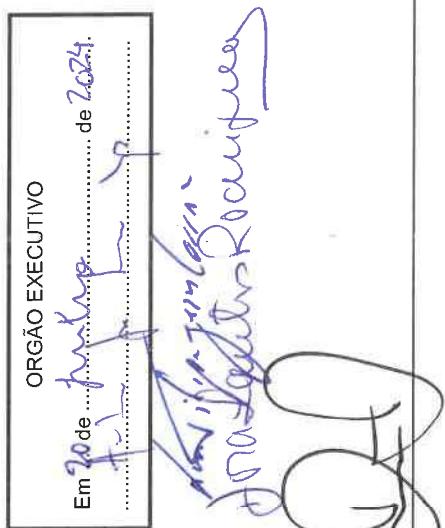
Município de Pedrogão Grande

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

(designação da autarquia local)

Código	Classif. Económica Despesas	Designação	Despesas por pagar períod. anteriores		Dotações corrigidas	Caivos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas/liquidadas de reposições		Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	Períodos anteriores	Período corrente	Total
			Periodo anterior	Periodo corrente					Total							
Despesa corrente																
D011	Remunerações Certas e Permanentes	28 399,34	2 447 970,58	0,00	2 447 415,32	28 399,34	2 387 825,06	2 417 224,43	0,00	30 190,88	1.201	97,513	Euros			
D012	Abonos Variáveis ou Eventuais	172,23	30 431,00	0,00	28 687,40	28 684,07	172,23	28 480,45	3,33	203,62	0,566	93,024				
D013	Segurança Social	28 589,20	704 229,00	0,00	703 740,46	697 217,64	28 588,20	634 752,84	663 341,04	6 522,82	33 876,60	4,000	90,134			
D02	Aquisição de bens e serviços	16 686,03	3 046 409,72	0,00	2 257 139,51	1 521 830,11	16 596,03	1 872 126,15	1 888 822,18	335 208,40	33 107,93	0,548	61,454			
D03	Juros e outros encargos	0,00	70 992,00	0,00	70 918,54	70 915,48	0,00	70 915,48	4,06	0,00	0,000	0,000	98,892			
D04112	Administração Central - Outras entidades	0,00	122 500,00	0,00	70 930,68	70 930,68	0,00	70 930,68	0,00	0,00	0,000	0,000	57,903			
D04115	Administração Local	0,00	208 500,00	0,00	157 400,26	153 474,00	0,00	153 474,00	0,00	3 926,26	0,00	0,000	73,609			
D0412	Entidades do setor não lucrativo	0,00	279 101,00	0,00	282 239,24	282 239,24	0,00	282 239,24	0,00	0,00	0,000	0,000	93,956			
D0413	Famílias	430,58	89 036,90	0,00	58 340,80	58 340,80	430,58	57 725,00	58 155,58	0,00	185,22	0,454	64,833			
D0414	Outras	0,00	123 001,00	0,00	117 954,19	117 954,19	0,00	117 954,19	0,00	0,00	0,000	0,000	95,897			
D042	Subsídios correntes	0,00	55 000,00	0,00	39 935,25	39 934,25	0,00	39 934,25	1,00	0,00	0,000	0,000	72,608			
D05	Outras despesas correntes	0,00	85 800,53	0,00	82 074,64	81 074,64	0,00	81 074,64	1 000,00	0,00	0,000	0,000	94,713			
Despesa de capital																
D06	Aquisição de bens de capital	7 193,55	2 895 776,00	0,00	1 837 229,65	1 449 547,02	6 513,55	1 439 597,08	1 446 110,63	387 682,63	3 436,39	0,225	49,714			
D07112	Administração Central - Outras entidades	0,00	2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000			
D07115	Administração Local	0,00	209 134,01	0,00	20 172,00	18 154,80	0,00	18 154,80	2 017,20	0,00	0,000	0,000	8,681			
D0712	Entidades do setor não lucrativo	0,00	39 500,00	0,00	17 073,67	3 824,87	0,00	3 824,87	3 824,87	13 249,00	0,00	0,000	12,541			
D0713	Famílias	0,00	8 101,00	0,00	1 142,45	1 142,45	0,00	1 142,45	0,00	0,00	0,000	0,000	14,103			
D0714	Outras	0,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000			
D08	Outras despesas de capital	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000			
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	378 179,00	0,00	377 318,41	377 088,80	0,00	377 088,80	229,61	0,00	0,000	96,712				
Total Despesas Correntes			73 286,38	7 262 771,73	0,00	6 296 776,29	5 950 110,42	75 286,38	5 777 259,78	5 852 546,16	346 865,87	97 564,26	1,037	79,546		
Total Despesas da Capital			7 193,55	3 529 600,01	0,00	2 252 936,38	1 849 757,94	6 513,55	1 839 808,00	1 846 321,55	403 178,44	3 436,39	0,165	52,124		
Total Geral			R\$ 479.35	10 792 461,74	0,00	8 549 712,67	7 799 863,36	81 798,33	7 617 067,78	7 698 867,71	749 844,31	10 100,65	0,758	70,578		

ORGÃO EXECUTIVO
Em 20 de junho de 2024.



ORGÃO DELIBERATIVO
Em 28 de junho de 2024.



Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Município de Pedrogão Grande

(designação da autarquia local)

Alvaro Moyano Pág. 1 de 6

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Município de Pedrogão Grande

(designação da autarquia local)

Euros

Ano: 2023

Código	Classif. Económica	Designação	Despesas por pagamento periódico anteriores		Dotações corrigidas	Cativos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas liquidadas de reposições		Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental		Períodos anteriores	Período corrente	
			Periodos anteriores	Período corrente					Total								
Despesa corrente																	
010309	Seguros	Seguros, acidentes trabalho doenças profissionais	0,00	37 103,00	0,00	37 084,95	37 083,95	0,00	37 083,95	37 083,95	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96.949
01030901	Seguros, acidentes trabalho doenças profissionais	0,00	37 103,00	0,00	37 084,95	37 083,95	0,00	37 083,95	37 083,95	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96.949
02	Aquisição de bens e serviços	16 698,03	3 046 409,72	0,00	2 257 138,51	1 921 930,11	16 698,03	1 872 126,15	1 888 822,18	335 208,40	33 107,83	0,58	61.454	61.454	61.454	61.454	61.454
0201	Aquisição de bens	9 025,82	469 328,00	0,00	367 250,88	322 753,13	9 025,82	306 938,77	315 984,59	44 497,75	6 788,54	1 623	65.400	65.400	65.400	65.400	65.400
020102	Combustíveis e lubrificantes	53,10	190 800,00	0,00	161 597,25	136 710,30	53,10	136 395,74	136 448,84	24 886,95	261,46	0,028	71.486	71.486	71.486	71.486	71.486
02010201	Gasolina	53,10	5 000,00	0,00	3 328,68	2 713,69	53,10	2 369,13	2 452,23	614,98	261,46	1.062	47.983	47.983	47.983	47.983	47.983
02010202	Gasóleo	0,00	74 001,00	0,00	66 537,64	62 859,51	0,00	62 859,51	62 859,51	2 678,13	0,00	0,00	84.944	84.944	84.944	84.944	84.944
02010299	Outros	0,00	111 799,00	0,00	92 30,93	71 137,10	0,00	71 137,10	71 137,10	21 593,83	0,00	0,00	63.629	63.629	63.629	63.629	63.629
020103	Munições, explosivos e artifícios	0,00	850,00	0,00	246,00	0,00	0,00	0,00	0,00	246,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
020104	Limpeza e higiene	0,00	17 592,00	0,00	12 681,92	11 577,78	0,00	11 577,78	11 577,78	1 104,14	0,00	0,00	86,151	86,151	86,151	86,151	86,151
020105	Alimentação-Referências confeccionadas	0,00	25 001,00	0,00	19 686,90	18 113,61	0,00	18 113,61	18 113,61	1 553,29	0,00	0,00	72.452	72.452	72.452	72.452	72.452
020106	Alimentação-Gêneros para confeccionar	274,01	275,00	0,00	274,01	274,01	0,00	274,01	274,01	0,00	0,00	0,00	98 640	98 640	98 640	98 640	98 640
020107	Vestuário e artigos pessoais	0,00	16 500,00	0,00	16 013,99	7 361,92	0,00	7 361,92	7 361,92	8 652,07	0,00	0,00	44.618	44.618	44.618	44.618	44.618
020108	Material de escritório	0,00	10 501,00	0,00	5 916,65	5 916,65	0,00	5 916,65	5 916,65	5 916,65	0,00	0,00	56.363	56.363	56.363	56.363	56.363
020109	Produtos químicos e farmacêuticos	0,00	2 500,00	0,00	-1 003,01	988,95	0,00	988,95	988,95	34,06	0,00	0,00	38,758	38,758	38,758	38,758	38,758
020112	Material de transporte-Peças	2 456,52	23 500,00	0,00	20 038,21	19 257,07	2 456,52	14 890,42	17 346,94	781,14	1 910,13	10.453	63.383	63.383	63.383	63.383	63.383
020114	Outro material-Peças	1 533,45	39 000,00	0,00	38 995,49	36 352,07	1 533,45	31 616,17	33 149,82	2 643,42	3 202,45	3.932	81.067	81.067	81.067	81.067	81.067
020115	Premios, condecorações e séferas	991,94	25 001,00	0,00	19 506,18	19 506,17	991,94	18 514,23	18 506,17	0,01	0,00	3.968	74.054	74.054	74.054	74.054	74.054
020116	Mercadorias para venda	0,00	1.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
02011601	Água	0,00	1.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
020117	Ferramentas e utensílios	0,00	5 000,00	0,00	2 412,47	2 183,94	0,00	2 183,94	2 183,94	228,53	0,00	0,000	43.679	43.679	43.679	43.679	43.679
020118	Livros e documentação técnica	0,00	500,00	0,00	468,61	468,61	0,00	468,61	468,61	0,00	0,00	0,000	83.722	83.722	83.722	83.722	83.722
020119	Artigos honoríficos e da decoração	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
020120	Material de educação, cultura e recreio	0,00	7 945,00	0,00	6 693,47	6 383,61	0,00	6 383,61	6 383,61	309,86	0,00	0,000	80.348	80.348	80.348	80.348	80.348
020121	Outros bens	3 716,80	104 352,00	0,00	61 734,72	57 676,44	3 716,80	52 545,14	56 261,94	4 058,28	1 414,50	3.562	50.354	50.354	50.354	50.354	50.354
020202	Aquisição de serviços	7 670,21	2 577 081,72	0,00	1 889 887,63	1 599 176,98	7 670,21	1 565 187,38	1 512 857,59	290 710,65	26 319,39	0,298	60.735	60.735	60.735	60.735	60.735
020201	Encargos das instalações	3 047,68	444 101,00	0,00	302 519,03	302 511,94	3 047,68	289 398,58	302 446,26	27,06	145,68	0,686	67.417	67.417	67.417	67.417	67.417
020202	Limpeza e higiene	0,00	151,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
020203	Conservação de bens	311,81	139 215,00	0,00	73 685,36	59 711,00	311,81	55 500,15	55 811,98	13 884,26	3 988,04	0,224	39.967	39.967	39.967	39.967	39.967
020204	Locação de edifícios	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
020208	Locação de outros bens	0,00	3 600,00	0,00	3 567,00	3 567,00	0,00	3 567,00	3 567,00	0,00	0,00	0,000	99.083	99.083	99.083	99.083	99.083
020209	Comunicações	0,00	27 501,00	0,00	25 090,38	17 007,77	0,00	17 007,77	17 007,77	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
020210	Transportes	0,00	115 001,00	0,00	70 558,15	65 286,26	0,00	65 286,26	65 286,26	5 271,89	0,00	0,000	56.770	56.770	56.770	56.770	56.770
020211	Representação dos serviços	467,80	21 850,00	0,00	19 385,47	19 385,47	467,80	18 385,40	18 385,40	0,00	550,07	2.141	84.062	84.062	84.062	84.062	84.062
020212	Seguros	0,00	64 500,00	0,00	49 111,72	49 110,72	0,00	49 110,72	49 110,72	1,00	0,00	0,000	76.141	76.141	76.141	76.141	76.141
020213	Deslocações e estadas	112,50	3 250,00	0,00	2 271,56	2 053,45	112,50	1 980,20	1 972,70	218,10	80,75	3.462	57.237	57.237	57.237	57.237	57.237

Análise 

Pág. 2 de 6

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Município de Pedrogão Grande

(designação da autarquia local)

Ano: 2023

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Município de Pedrogão Grande

(designação da autarquia local)

Código	Classif. Económica	Designação	Despesas por pagar períod. anteriores	Dotações corrigidas	Caivos/ descalivos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas liquidadas de reposições	Periodo anterior	Periodo corrente	Total	Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Períodos anteriores	Grau de execução orçamental	Período corrente	
Despesa corrente																	
04080202	Otros		275,48	59 036,90	0,00	28 631,63	275,48	28 340,15	28 615,63	0,00	16,90	0,467	48,004				
05	Subsídios		0,00	55 000,00	0,00	39 935,25	0,00	39 934,25	39 934,25	1,00	0,00	0,000	72,608				
0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras		0,00	55 000,00	0,00	39 935,25	0,00	39 934,25	39 934,25	1,00	0,00	0,000	72,608				
050101	Publicas		0,00	55 000,00	0,00	39 935,25	0,00	39 934,25	39 934,25	1,00	0,00	0,000	72,608				
05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais		0,00	55 000,00	0,00	39 935,25	0,00	39 934,25	39 934,25	1,00	0,00	0,000	72,608				
06	Outras despesas correntes		0,00	85 600,53	0,00	82 074,64	0,00	81 074,64	81 074,64	0,00	0,00	0,000	94,713				
0602	Diversas		0,00	85 600,53	0,00	82 074,64	0,00	81 074,64	81 074,64	0,00	0,00	0,000	94,713				
060201	Impostos e taxas		0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000				
06020101	Impostos e taxas pagos pela Autarquia		0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000				
06020109	Outras		0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000				
060203	Otros		0,00	85 380,53	0,00	82 074,64	0,00	81 074,64	81 074,64	0,00	0,00	0,000	94,990				
06020301	Outras restituições		0,00	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000				
06020302	IVA pago		0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000				
06020304	Serviços bancários		0,00	280,00	0,00	72,56	0,00	72,56	72,56	0,00	0,00	0,000	29,024				
06020305	Otros		0,00	84 340,53	0,00	82 002,08	0,00	81 002,08	81 002,08	0,00	0,00	0,000	96,042				
Despesa de capital																	
07	Aquisição de bens de capital		7 183,55	2 895 776,00	0,00	1 837 226,65	1 449 547,02	6 513,55	1 439 597,08	1 446 110,63	387 682,63	3 436,39	0,225	49,714			
0701	Investimentos		7 183,55	2 021 682,00	0,00	1 104 281,46	1 002 506,81	6 513,55	992 556,87	999 070,42	101 774,65	3 436,39	0,322	49,096			
070101	Terrenos		680,00	259 651,00	0,00	234 025,30	0,00	234 025,30	234 025,30	0,00	0,00	0,000	90,061				
070102	Habitações		0,00	220 989,00	0,00	182 889,37	150 000,00	0,00	150 000,00	150 000,00	0,00	0,000	67,874				
07010202	Aquisição		0,00	159 989,00	0,00	150 000,00	0,00	150 000,00	150 000,00	0,00	0,00	0,000	83,751				
07010203	Reparação e beneficiação		0,00	61 000,00	0,00	32 089,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000				
070103	Edifícios		0,00	320 649,00	0,00	134 573,50	118 054,60	0,00	118 054,60	118 054,60	0,00	0,000	36,817				
07010301	Instalações de serviços		0,00	20 547,00	0,00	8 794,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000				
07010302	Instalações desportivas e recreativas		0,00	157 600,00	0,00	48 535,00	0,00	48 535,00	48 535,00	0,00	0,00	0,000	30,798				
07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária		0,00	40 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000				
07010305	Escolas		0,00	102 500,00	0,00	77 244,00	69 519,60	0,00	69 519,60	69 519,60	0,00	0,000	67,824				
07010307	Outros		0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000				
070104	Construções diversas		0,00	667 254,00	0,00	246 248,98	242 589,72	0,00	242 589,72	242 589,72	0,00	0,000	36,358				
07010401	Viajutos, armamentos e obras complementares		0,00	430 000,00	0,00	149 796,18	147 002,49	0,00	147 002,49	147 002,49	0,00	0,000	34,187				
07010405	Parques e jardins		0,00	34 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000				
07010406	Instalações desportivas e recreativas		0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000				
07010409	Sinalização e trânsito		0,00	18 500,00	0,00	13 641,51	12 184,94	0,00	12 184,94	12 184,94	0,00	0,000	65,865				
07010410	Infraestr. para distribuição energia eléctrica		0,00	2 750,00	0,00	1 867,56	1 867,56	0,00	1 867,56	1 867,56	0,00	0,000	67,911				
07010412	Cemiterios		0,00	38 500,00	0,00	9 858,00	9 858,00	0,00	9 858,00	9 858,00	0,00	0,000	25,605				
07010413	Outros		0,00	143 003,00	0,00	71 686,73	71 686,73	0,00	71 686,73	71 686,73	0,00	0,000	50,13				

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Município de Pedrogão Grande

(designação da autarquia local)

Código	Classif. Económica Despesas	Designação	Despesas por pagar período anteriores	Doações corrigidas	Caivos/deserviços	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas liquidadas de reposições	Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental
								Periodo anterior	Total	Períodos anteriores	Período corrente
Despesa de capital											
070106	Material de transporte		0,00	71 889,00	0,00	18 088,51	18 088,51	0,00	18 088,51	0,00	0,00
07010602	Outro		0,00	71 889,00	0,00	18 088,51	18 088,51	0,00	18 088,51	0,00	0,00
070107	Equipamento de informática		1 867,29	62 500,00	0,00	39 257,37	38 580,18	1 867,29	36 428,75	677,18	284,15
070108	Software informático		0,00	105 291,00	0,00	76 192,60	64 344,26	0,00	61 192,02	11 818,43	3 152,24
070109	Equipamento administrativo		0,00	47 250,00	0,00	35 122,16	35 122,16	0,00	35 122,16	0,00	0,00
070110	Equipamento básico		4 646,26	194 019,00	0,00	126 301,48	97 869,45	4 646,26	93 223,19	97 869,45	28 432,03
07011002	Outro		4 646,26	194 019,00	0,00	126 301,48	97 869,45	4 646,26	93 223,19	97 869,45	2,395
070111	Fornecedores e utentes		0,00	2 500,00	0,00	2 285,12	2 285,12	0,00	2 285,12	0,00	0,00
070113	Investimentos incorpóreos		0,00	58 500,00	0,00	7 088,48	0,00	0,00	7 088,48	0,00	0,00
070115	Outros investimentos		0,00	11 600,00	0,00	1 537,50	1 537,50	0,00	1 537,50	0,00	0,00
0702	Lotação financeira		0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070205	Material de transporte		0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
0703	Bens de domínio público		0,00	874 113,00	0,00	732 948,19	447 040,21	0,00	447 040,21	285 907,98	0,00
0703002	Edifícios		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
07030201	Instalações de serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
070303	Outras construções e infraestruturas		0,00	874 112,00	0,00	732 948,19	447 040,21	0,00	447 040,21	285 907,98	0,00
07030301	Viajados, arranques e obras complementares		0,00	561 354,00	0,00	453 490,76	187 343,09	0,00	187 343,09	187 343,09	0,00
07030305	Parques e jardins		0,00	295 750,00	0,00	279 575,43	259 697,12	0,00	259 697,12	19 760,31	0,00
07030306	Instalações desportivas e recreativas		0,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
07030313	Outros		0,00	17 004,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
070305	Bens do património histórico, artístico e cultural		0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
08	Transferências de capital		0,00	295 295,01	0,00	38 386,32	23 122,12	0,00	23 122,12	23 122,12	0,00
0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras		0,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
080102	Privadas		0,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
0803	Administração central		0,00	2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
080306	Serviços e fundos autónomos		0,00	2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
0805	Administração local		0,00	209 134,01	0,00	20 172,00	18 154,80	0,00	18 154,80	2 017,20	0,00
080501	Continente		0,00	208 134,01	0,00	20 172,00	18 154,80	0,00	18 154,80	2 017,20	0,00
08050102	Freguesias		0,00	65 000,00	0,00	20 172,00	18 154,80	0,00	18 154,80	2 017,20	0,00
08050104	Associações de municípios		0,00	144 134,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
0807	Instituições sem fins lucrativos		0,00	30 500,00	0,00	17 073,87	3 824,87	0,00	3 824,87	13 249,00	0,00
080701	Instituições sem fins lucrativos		0,00	30 500,00	0,00	17 073,87	3 824,87	0,00	3 824,87	13 249,00	0,00
0808	Famílias		0,00	8 101,00	0,00	1 142,45	1 142,45	0,00	1 142,45	0,00	0,000
080802	Outras		0,00	8 101,00	0,00	1 142,45	1 142,45	0,00	1 142,45	0,00	0,000
10	Passivos financeiros		0,00	378 179,00	0,00	377 318,41	377 088,80	0,00	377 088,80	229,61	0,000
1006	Empréstimos a médio e longo prazos		0,00	378 179,00	0,00	377 318,41	377 088,80	0,00	377 088,80	229,61	0,000

Euros
Ano: 2023

Pág. 5 de 6

Avaliação

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Município de Pedrogão Grande

(designação da autarquia local)

Ano: 2023

Euros

Código	Classif. Económica	Designação	Despesas por pagar período anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas liquidadas de reposições	Periodo anterior	Total	Grau de execução orçamental	
											Períodos anteriores	Período corrente
Despesa de capital												
10603	Sociedades, Bancos e outras instit. financeiras		0,00	378 179,00	0,00	377 318,41	377 089,90	0,00	377 088,80	229,61	0,00	0,00
11	Outras despesas de capital		0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
1102	Diversas		0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
110299	Outras		0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
Total Despesas Correntes			75 286,38	7 262 771,73	0,00	6 296 776,29	5 950 110,42	75 286,38	5 777 259,78	5 852 546,16	346 865,87	97 564,26
Total Despesas da Capital			7 193,55	3 529 690,01	0,00	2 255 936,38	1 849 757,94	6 513,55	1 839 808,00	1 846 321,55	403 178,44	3 436,39
Total Geral			82 479,93	10 792 461,74	0,00	8 549 712,67	7 799 663,36	81 799,83	7 617 067,78	7 698 867,71	749 844,31	101 000,65

ORGÃO EXECUTIVO
Em 28 de Junho de 2024

ORGÃO DELIBERATIVO
Em 28 de Junho de 2024

Município de Pedrogão Grande

Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2023

Valores em €

RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Saldo da gerência anterior	2 088 630,56	0,00	0,00	615 923,98	180 054,25	2 884 608,79	3 393 132,29
Operações Orçamentais [1]	2 088 630,56	0,00	0,00	615 923,98	0,00	2 704 554,54	3 230 546,48
Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	180 054,25	180 054,25	162 585,81
Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita corrente	5 733 641,62	0,00	0,00	0,00	0,00	5 733 641,62	5 730 918,41
R1 Receita Fiscal	753 143,26	0,00	0,00	0,00	0,00	753 143,26	723 864,61
R1.1 Impostos diretos	753 143,26	0,00	0,00	0,00	0,00	753 143,26	723 864,61
R1.2 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades	54 280,01	0,00	0,00	0,00	0,00	54 280,01	36 581,25
R4 Rendimentos de propriedade	304 944,29	0,00	0,00	0,00	0,00	304 944,29	300 992,35
R5 Transferências e subsídios correntes	4 482 669,98	0,00	0,00	0,00	0,00	4 482 669,98	4 550 946,16
R5.1 Transferências correntes	4 482 669,98	0,00	0,00	0,00	0,00	4 482 669,98	4 550 946,16
R5.1.1 Administrações Públicas	4 482 669,98	0,00	0,00	0,00	0,00	4 482 669,98	4 550 946,16
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	4 462 943,08	0,00	0,00	0,00	0,00	4 462 943,08	4 532 657,16
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	19 726,90	0,00	0,00	0,00	0,00	19 726,90	18 289,00
R5.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6 Venda de bens e serviços	129 332,80	0,00	0,00	0,00	0,00	129 332,80	109 129,18
R7 Outras receitas correntes	9 271,28	0,00	0,00	0,00	0,00	9 271,28	9 404,86
Receita de capital	1 015 175,38	0,00	106 608,34	0,00	0,00	1 121 783,72	1 373 443,79
R8 Venda de bens de investimento	28 995,53	0,00	0,00	0,00	0,00	28 995,53	0,00
R9 Transferências e subsídios de capital	986 179,85	0,00	106 608,34	0,00	0,00	1 092 788,19	1 373 443,79
R9.1 Transferências de capital	986 179,85	0,00	106 608,34	0,00	0,00	1 092 788,19	1 373 443,79
R9.1.1 Administrações Públicas	986 179,85	0,00	106 608,34	0,00	0,00	1 092 788,19	1 373 443,79
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	904 942,11	0,00	106 608,34	0,00	0,00	1 011 550,45	1 373 443,79
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	81 237,74	0,00	0,00	0,00	0,00	81 237,74	0,00
R9.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	3,81	0,00	0,00	0,00	0,00	3,81	5 708,56
Receita efetiva [2]	6 748 820,81	0,00	106 608,34	0,00	0,00	6 855 429,15	7 110 070,76
Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12 Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13 Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	8 837 451,37	0,00	106 608,34	615 923,98	0,00	9 559 983,69	10 340 617,24
Operações de tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	18 395,64	18 395,64	67 588,01

Município de Pedrogão Grande

Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2023

Valores em €

RUBRICA PAGAMENTOS	FONTE DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Despesa corrente	5 846 125,16	0,00	0,00	6 421,00	0,00	5 852 546,16	5 009 376,08
D1 Despesas com o pessoal	3 109 045,92	0,00	0,00	0,00	0,00	3 109 045,92	2 718 183,31
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	2 417 224,43	0,00	0,00	0,00	0,00	2 417 224,43	2 124 931,57
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	28 480,45	0,00	0,00	0,00	0,00	28 480,45	26 235,21
D1.3 Segurança Social	663 341,04	0,00	0,00	0,00	0,00	663 341,04	567 016,53
D2 Aquisição de bens e serviços	1 882 401,18	0,00	0,00	6 421,00	0,00	1 888 822,18	1 496 352,03
D3 Juros e outros encargos	70 915,48	0,00	0,00	0,00	0,00	70 915,48	14 812,65
D4 Transferências e subsídios correntes	702 687,94	0,00	0,00	0,00	0,00	702 687,94	684 338,34
D4.1 Transferências correntes	662 753,69	0,00	0,00	0,00	0,00	662 753,69	639 809,14
D4.1.1 Administrações Públicas	224 404,68	0,00	0,00	0,00	0,00	224 404,68	219 712,48
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	70 930,68	0,00	0,00	0,00	0,00	70 930,68	48 500,00
D4.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5 Administração Local	153 474,00	0,00	0,00	0,00	0,00	153 474,00	171 212,48
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	262 239,24	0,00	0,00	0,00	0,00	262 239,24	242 550,72
D4.1.3 Famílias	58 155,58	0,00	0,00	0,00	0,00	58 155,58	37 603,21
D4.1.4 Outras	117 954,19	0,00	0,00	0,00	0,00	117 954,19	139 942,73
D4.2 Subsídios correntes	39 934,25	0,00	0,00	0,00	0,00	39 934,25	44 529,20
D5 Outras despesas correntes	81 074,64	0,00	0,00	0,00	0,00	81 074,64	95 689,75
Despesa de capital	1 125 730,72	0,00	0,00	343 502,03	0,00	1 469 232,75	2 355 943,03
D6 Aquisição de bens de capital	1 102 608,60	0,00	0,00	343 502,03	0,00	1 446 110,63	2 323 681,32
D7 Transferência e subsídios de capital	23 122,12	0,00	0,00	0,00	0,00	23 122,12	32 261,71
D7.1 Transferências de capital	23 122,12	0,00	0,00	0,00	0,00	23 122,12	32 261,71
D7.1.1 Administrações Públicas	18 154,80	0,00	0,00	0,00	0,00	18 154,80	8 861,11
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5 Administração Local	18 154,80	0,00	0,00	0,00	0,00	18 154,80	8 861,11
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	3 824,87	0,00	0,00	0,00	0,00	3 824,87	23 400,60
D7.1.3 Famílias	1 142,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1 142,45	0,00
D7.1.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8 Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [5]	6 971 855,88	0,00	0,00	349 923,03	0,00	7 321 778,91	7 365 319,11
Despesa não efetiva [6]	262 088,80	0,00	0,00	115 000,00	0,00	377 088,80	270 743,59
D9 Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10 Despesa com passivos financeiros	262 088,80	0,00	0,00	115 000,00	0,00	377 088,80	270 743,59
Soma [7]=[5]+[6]	7 233 944,68	0,00	0,00	464 923,03	0,00	7 698 867,71	7 636 062,70
Operações de tesouraria [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	94 266,09	94 266,09	50 119,57
Saldo para a gerência seguinte	1 603 506,69	0,00	106 608,34	151 000,95	104 183,80	1 965 299,76	2 884 608,79
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	1 603 506,69	0,00	106 608,34	151 000,95	0,00	1 861 115,98	2 704 554,54
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	0,00	0,00	0,00	0,00	104 183,80	104 183,80	180 054,25
Saldo global [2] - [5]	-223 035,07	0,00	106 608,34	-349 923,03	0,00	-466 349,76	-255 248,35
Despesa primária	6 900 940,40	0,00	0,00	349 923,03	0,00	7 250 863,43	7 350 506,46
Saldo corrente	-112 483,54	0,00	0,00	-6 421,00	0,00	-118 904,54	721 542,33
Saldo de capital	-110 555,34	0,00	106 608,34	-343 502,03	0,00	-347 449,03	-982 499,24
Saldo primário	-152 119,59	0,00	106 608,34	-349 923,03	0,00	-395 434,28	-240 435,70
Receita total [1] + [2] + [3]	8 837 451,37	0,00	106 608,34	615 923,98	0,00	9 559 983,69	10 340 617,24
Despesa total [5] + [6]	7 233 944,68	0,00	0,00	464 923,03	0,00	7 698 867,71	7 636 062,70



B. J.

de

dunlarr
Anhues

J

IX. DTAS – DÍVIDAS A TERCEIROS POR ANTIGUIDADE DE SALDOS

Município de Pedrogão Grande

No período até 31 de Dezembro de 2023

Ano: 2023

Descrição	Dívida vincenda			Intervalos de Antiguidade da dívida vencida			Exceções	Pagamentos em Atraso	Curto Prazo	Médio / Longo Prazo	Total Dívida por natureza
	Curto Prazo	Médio / Longo Prazo	< 90	90 - 180	180 - 365	> 365					
Despesas Correntes											
Despesas com pessoal											
Remunerações certas e permanentes											
Abonos variáveis ou eventuais											
SS - Encargos com saúde											
ADSE e outros da AP											
Outros sectores fora da AP											
SS - Contribuições de segurança social											
CGA											
Segurança social- Regime geral											
Outras											
SS - Outras											
Outras											
Aquisições de bens e serviços											
Aquisições de bens e serviços											
Juros e outros encargos											
Juros e outros encargos											
Transferências correntes											
Administrações públicas											
Outras transferências correntes											
Subsídios											
Subsídios											
Outras despesas correntes											
Outras despesas correntes											
Despesas de capital											
Aquisições de bens de capital											
Aquisições de bens de capital											
Transferências de capital											
Administrações Públicas											
Outras transferências de capital											
Aquisição de ativos financeiros											
Aquisição de ativos financeiros											
Reembolsos de passivos financeiros											
Reembolsos de passivos financeiros											
Outras despesas de capital											
Outras despesas de capital											
Soma	68 897,10		0,00		32 103,55		0,00		0,00		101 000,65

B.
d. 10 am
A.C. 57



P.J
B.J

DR

Paulo
Assunção

X. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Atendendo ao baixo número de notas que sofrem alterações, face à prestação de contas individual do Município pela aplicação do MEP á APIN, e no caso concreto de 2023 pelo ajustamento do MEP relativo à Petroensino (situação já explicada no ponto 1.5 do relatório de gestão para onde se remete a leitura), apenas se irão apresentar, as notas ao balanço e demonstração de resultados, que tiveram alterações, devido à aplicação/ajustamento do MEP, remetendo-se para a leitura dos restantes pontos nas contas individuais do Município de Pedrógão Grande.

Será ainda criado uma nota extra no final das restantes notas explicativas, o 24, o qual conterá alguns elementos específicos da consolidação.

Pelo quarto ano consecutivo o Município de Pedrógão Grande apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística das Administrações Públicas (SNC-AP).

Nota 1 – Identificação da Identidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1– Entidades incluídas na consolidação

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final
		Direto	Indireto	
APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, S.A.	Penela	5,54%	-	5,54%

Quadro 1 – Entidades incluídas na consolidação, 2023

A APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., foi constituída por escritura pública lavrada no dia 29 de julho de 2019, no Cartório Notarial de Penela, tendo iniciado a sua atividade a 22 de agosto de 2019.

Nos termos dos seus estatutos, a APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, S.A, é uma empresa intermunicipal, criada sob a forma de uma sociedade anónima, cujo capital é 100% detido por municípios, com a seguinte estrutura acionista:

Municípios	Participação no Capital Social (€)	Participação (%)
Alvaiázere	98.780,00	8,98 %
Ansião	151.030,00	13,73 %
Castanheira de Pera	46.860,00	4,26 %
Figueiró dos Vinhos	64.020,00	5,82 %
Góis	79.200,00	7,20 %
Lousã	202.290,00	18,39 %
Pampilhosa da Serra	86.900,00	7,90 %
Pedrógão Grande	60.940,00	5,54 %
Penacova	154.440,00	14,04%
Penela	74.470,00	6,77%
Vila Nova Poiares	81.070,00	7,37%
Total	1.100.000,00	100,00 %

Quadro 2 – Estrutura acionista, 2023

A composição dos Órgãos Sociais a 31/12/2023, era a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral – esta é constituída por um Presidente e um Secretário.

Presidente – Luis Miguel Correia Antunes- Município Lousã;

Secretário – Eduardo Jorge Mendes Nogueira dos Santos – Município de Penela;

Conselho de Administração – sendo este composto por três membros nomeados pelas Câmaras Municipais.

Presidente – João Miguel Sousa Henriques – Município de Vila Nova de Poiares;

Vogal – Jorge Alves Custódio – Município de Pampilhosa da Serra;

Vogal – Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes– Município de Figueiró dos Vinhos.

O Conselho de Administração delega a gestão corrente da Empresa numa Comissão Executiva, fixando-lhes os limites de delegação.

Conselho Executivo – composto por um Presidente e dois Vogais, reporta ao conselho de administração e apoia-se em quatro unidades de suporte, sendo elas: Unidade de Assessoria Jurídica; Unidade de Controlo de Gestão; Unidade de Sistemas de Informação; Unidade de Assessoria de Imagem e Comunicação.

Fiscal Único – Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A., representado por: Bruno José Machado de Almeida.

Estado das contas individuais do exercício de 2023:

Aprovadas em Sessão de Assembleia Geral em 01 de abril de 2023.

Trabalhadores ao serviço até 31 de dezembro de 2023, estavam ocupados 207 postos de trabalho, detalhando-se da seguinte forma: 33 colaboradores na sede, 93 colaboradores distribuídos pelos três Polos Operacionais e 81 colaboradores nos oito Centros Operacionais. A estrutura dos Recursos Humanos da APIN no ano de 2023, resultou da integração trabalhadores provenientes do conjunto dos 11 municípios, em regime de “Acordo de Cedência por Interesse Público”, tendo o Município de Pedrógão Grande 2 colaboradores nestas circunstâncias, e da contratação de técnicos especializados com o intuito de fortalecer as competências da atividade operacional da Empresa e também de suporte à Administração.

Segundo o art.º 28.º da Lei n.º 50/2012, o estatuto do pessoal das empresas é o do regime do contrato individual de trabalho, havendo lugar a exercício de funções por parte de trabalhadores que exercem funções públicas através de acordo de cedência de interesse público, aplicando-se, então, as regras de direito administrativo.

Note-se que, os direitos e regalias dos trabalhadores que transitaram em regime de cedência mantém-se inalterados, sendo a transição para a nova estrutura agregada feita numa base voluntária.

Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras da Empesa são preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

A APIN, em 2023, não consta na listagem de 2023 entidades do setor institucional das administrações públicas (atualizada em março de 2024) emitida pelo Instituto Nacional de Estatística (adiante também INE) (fonte [Portal do INE](#)) , pelo que não lhe é obrigatória a aplicação do SNC-AP nem, consequentemente, da NCP26.

Acresce que, além desse facto a entidade aplica o SNC “empresarial”. Para se poder proceder à consolidação orçamental, é necessário que a entidade a consolidar possua contabilidade orçamental nos termos da NCP 26, completa e aprovada. Pelo que não sendo este o caso da APIN a mesma não será incluída em termos de perímetro de consolidação orçamental.

Desta forma não existe qualquer entidade, além do Município, a incluir em perímetro de consolidação orçamental, pelo que não haverá qualquer elemento a preparar em termos de consolidação, sendo apresentados os elementos orçamentais individuais do Município, os quais segundo a nova redação da FAQ 18, equivalem à consolidação orçamental.

1.2- Informações relativas aos procedimentos de consolidação

APIN

No caso das regras e requisitos para se proceder à consolidação financeira, foi aplicado, o método da equivalência patrimonial, em que os ativos financeiros da participação financeira da APIN foram ajustados da sua quota-parte (5,54%) dos aumentos e diminuições do capital próprio desta.

O valor dos capitais próprios da APIN apresentaram o seguinte valor a 31/12/2023:

CAPITAIS PRÓPRIOS	Valor €
Capital Subscrito	1 100 000,00 €
Reservas Legais	10 863,28 €
Outras Reservas	0,00 €
Prestações Acessórias	0,00 €
Resultados Transitados	1 416 223,38 €
Ajustamentos/Outras variações no capital proprio	16 774 836,77 €
Resultados Líquidos	-2 543 302,19 €
Total Capitais Próprios	16 758 621,24 €

Quadro 3 – Decomposição capitais próprios APIN, 2023

Foi efetuada a aplicação do método de equivalência patrimonial sobre os ativos financeiros da participação financeira da APIN e foram ajustados da sua quota-parte (5,54%) dos aumentos e diminuições do capital próprio desta.

Situações a ter previamente em consideração:

- Sendo conhecido o resultado antes de impostos do ano de 2023 da APIN (-3.186.494,99€), aquando da elaboração das contas individuais do Município, foi constituída provisão para cobertura desse resultado, pela aplicação da % da participação do Município (5,54%), no valor total de (-176.531,82€), tendo sido registada na conta 679 – “Outras Provisões”;
- Atento o diferente normativo contabilístico utilizado entre o Município de Pedrógão Grande (SNC-AP) e a empresa APIN (SNC), a conta 5931 – *“Transferências e subsídios para aquisição de ativos não depreciáveis”* tem diferentes enquadramentos. O valor considerado em SNC-AP na conta 5931, deverá ser o das transferências para investimentos que já estejam concluídos (passados a firme), pois caso não estejam ainda concluídos a verba deve permanecer na conta 282 e só depois de as obras estarem concluídas é o valor deve ser transferido para a conta 5931. As empresas que utilizam SNC, como é o caso da APIN reconhecem, em regra, e mediante o cumprimento de determinados pressupostos, o valor dos subsídios ao investimento na conta 5931 aquando da aprovação da candidatura. Além dessa diferença, que resulta em montantes significativamente diferentes, é necessário ter presente que:
 - Já existiu o tratamento dos subsídios de obras apenas respeitantes ao MPG nas contas individuais aquando do tratamento dos Acordos de concessão (nota 4), sendo necessário evitar que ocorra a duplicação de montantes entre os montantes registados no acordo de concessão e do MEP;
 - Na mesma lógica de pensamento, sendo expectável que todos os outros municípios, caso tenham idêntica interpretação da NCP 4 – Acordos de concessão, reconheçam

também os subsídios respeitantes às obras/empreitadas desenvolvidas nos seus concelhos, apenas será de considerar os eventuais subsídios ao investimento de obras/empreitadas/aquisições/projetos “comuns” da APIN, pois serão estes que não serão registados de forma individual por cada Município.

Conforme informações prestadas pela APIN, dos montantes de subsídios respeitantes a obras comuns e a obras/empreitadas exclusivamente do MPG, apenas 716.694,37€ correspondiam a candidaturas referentes a obras “comuns” da APIN que à data já se encontravam em utilização, não tendo sido deduzido qualquer montante respeitante ao Município de Pedrógão Grande, uma vez que não foram submetidas novas candidaturas a fundos comunitários, tendo sido dada continuação à execução dos investimentos apoiados pelo POSEUR. Deste modo, para efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial, foram considerados segundo dados da APIN, 716.694,37€ de Ajustamentos/Outras variações no capital próprio da APIN.

Resumidamente, em termos de consolidação, foram realizados os seguintes ajustamentos:

- O resultado líquido do ano de 2023 da APIN (-2.543.302,19€), pela aplicação da % da participação do Município de Pedrógão Grande (5,54%), no valor total de (- 140.898,94€), foi registada na conta 6852- “Aplicação do método de equivalência patrimonial”;
- Reconhecido, em termos líquidos, na conta 412239 – APIN o valor a crédito de 23.302,75€ resultando no valor total de 38.806,53€ registado nesta conta, referente a esta participação (pois a situação líquida da APIN recalculada com os ajustamentos/outras variações no capital próprio resultou numa situação líquida positiva a 31/12/2023, situação que já se verificava em 31/12/2022);

- a débito na conta 561 – Resultados transitados, o montante de 206.344,95€ devedores, correspondendo à quota parte de Resultados Líquidos de Anos Anteriores (-4.689,39 (2019), +12.063,51€ (2020), (-119.671,69) de (2021) e (-94.047,38) de (2022));
- a crédito na conta 571 – Ajustamentos em Investimentos Financeiros, o valor de 325.110,41€, correspondendo à diferença entre a quota-parte da situação líquida antes de resultados líquidos de 2023 (+179.705,47€), acrescido do valor de resultados líquidos de anos anteriores (+206.344,95€), o qual tem de ser compensado, e abatido do custo de aquisição da participação da APIN e que está registado nas contas individuais do Município (-60.940€);
- regularização da provisão que havia sido criada para cobertura de prejuízos a 31/12/2023 nas contas individuais do Município de Pedrógão Grande, uma vez conhecido o Resultado Antes de Impostos da APIN. Regularização de 176.531,82€ a debito da conta 299 por contrapartida a crédito da 679.
- Em maio de 2023 foi já efetuada a transferência para a APIN do montante da quota-parte referente à cobertura do prejuízo no valor de 176.531,82€, a qual tem por referência o valor do resultado antes de imposto, e que tem por base obrigação legal.

Segue-se quadro exemplificativo dos valores considerados nos cálculos dos valores acima supramencionados:

	Balanço a 31/12/2023	Valor a considerar na proporção da participação
	100%	5,54%
Capital subscrito	1 100 000,00	60 940,00
Reservas legais	10 863,28	601,83
Resultados Transitados	1 416 223,38	78 458,78
Ajustamentos/ Outras variações	16 774 836,77	39 704,87 (1)
RL 2023	- 2 543 302,19	140 898,94
	16 758 621,24	38 806,53

(1) Considerado parcialmente no montante de 716.694,37€ dado o tratamento diferenciado da rubrica dos Subsídios ao Investimento nos Regimes Contabilísticos adotados, pelo município e pela Empresa APIN.

Importa referir que o facto de a transferência de equilíbrio financeiro estar prevista ser efetuada pelo resultado antes de imposto, nos termos da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, o qual no caso é “mais negativo” que o resultado líquido, resulta do facto da APIN ter estimado imposto diferido a recuperar, resultando num imposto “positivo”. Na prática este valor resulta do pressuposto, assumido pela APIN, de que no futuro irá apresentar resultados antes impostos positivos que permitirão utilizar/recuperar os prejuízos fiscais agora incorridos e que funcionarão como um crédito fiscal nessa altura.

PETROENSINO

Tal como já explicado no ponto 1.5 do Relatório de Gestão, a prestação de contas 2023 aprovada só foi facultada por esta entidade já após a aprovação das contas individuais do Município. Nas contas individuais o Município apenas havia refletido a quota-parte no resultado líquido provisório com referência a 30/06/2023, pois eram os dados mais atuais disponíveis à data da preparação da prestação de contas de 2023, apesar das insistências do Município para a obtenção de mais atualizados ainda que provisórios.

Desta forma tendo sido facultados os elementos de 31/12/2023 procedeu-se, na consolidação ao ajustamento do MEP desta entidade para que o mesmo passe a refletir os dados finais de 2023.

Assim nas contas individuais, a 31/12/2023, estavam refletidos os seguintes montantes:

- Quota-parte no resultado líquido provisório de 30/06/2023 = -87.560,11€ (reconhecido na demonstração de resultados na conta 6852)
- Valor da participação na conta 41 de investimentos financeiros = +514.734,32€.

Tal como no caso da APIN, foi também feito o recálculo dos subsídios ao investimento, por forma a procurar que a situação líquida se aproxime, dentro do possível, das regras SNC-AP. Deste recálculo resultam os seguintes montantes a considerar relativamente a 31/12/2023 (dados aprovados):

	Balanço a 31/12/2023	Valor a considerar na proporção da participação
	100%	48,30%
Capital subscrito	870 000,00	420 210,00
Resultados Transitados	- 1 419 886,04	- 685 804,96
Excedentes de revalorização	1 618 807,21	781 883,88
Ajustamentos/ Outras variações	1 073 752,16	188 475,19 (1)
RL 2023	- 284 548,25	- 137 436,80
	1 858 125,08	567 327,31

(1) Considerado parcialmente no montante de 390.217,79€ dado o tratamento diferenciado da rubrica dos Subsídios ao Investimento nos Regimes Contabilísticos adotados, pelo município e pela PETROENSINO.

Desta forma procedeu-se aos seguintes registos contabilísticos para ajustar o MEP da Petroensino para os montantes finais de 2023:

Debitou-se por mais -49.876,69€ a conta 6852, por forma a que nesta conta fique refletida a quota-parte total nos resultados do período da Petroensino (-137.436,80€);

Debitou-se a conta de investimentos financeiros (41) em +52.592,99€, para que passe a refletir a totalidade da quota-parte na situação líquida da entidade ajustada com referência a 31/12/2023 (567.327,31€);

Creditou-se a rubrica de Ajustamentos em investimentos financeiros (57) em -102.469,69€, por compensação dos dois débitos acima indicados.

1.3– Referencial contabilístico e demonstrações financeiras consolidadas

As Demonstrações Financeiras consolidadas apresentadas foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira, alterações à posição financeira, a sua performance financeira.

Uma apresentação verdadeira e apropriada requer que seja feita uma representação fidedigna dos efeitos das transações, de outros eventos, e das condições no que respeita ao reconhecimento dos ativos, passivos, rendimentos e gastos, de acordo com o previsto no SNC-AP.

1.4– Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação e qualquer disposição prevista pelo SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras. No decorrer do ano de 2023, os serviços do município finalizaram os trabalhos de cadastro/inventariação do imobilizado, com o registo na aplicação do património da universalidade dos bens.

1.5– Comparabilidade

O Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro referia que durante o ano de 2016 todas as entidades públicas deviam assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o

SNC-AP, no entanto os vários adiamentos levaram ao atraso deste processo, sendo que só em 2020, o Município de Pedrógão Grande avançou com a sua implementação. No ano da transição para SNC-AP, não existindo a obrigação de reexpressar o comparativo das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP, fez com que a comparabilidade no ano da transição (2020) fosse perdida. Na apresentação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2023 tal situação não se verifica, pelo que as mesmas são comparáveis com as do exercício anterior.

Em 31 de dezembro de 2023 a **desagregação dos saldos de caixa e depósitos** apresentava a seguinte distribuição:

Conta	Valor €
Caixa	2 053,96 €
Depósitos à ordem	1 963 235,82 €
Depósitos à ordem no Tesouro	0,00 €
Depósitos bancários à ordem	1 963 235,82 €
Depósitos a prazo	0,00 €
Depósitos Consignados	0,00 €
Depósitos de garantias e cauções	0,00 €
Total de caixa e depósitos	1 965 299,78 €

Quadro 4 – Desagregação de Caixa e Depósitos, 2023

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras consolidadas do Município de Pedrógão Grande foram preparadas em conformidade com o estabelecido na NCP 1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, sendo que as mesmas apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

2.1– Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Investimentos financeiros

As participações na Petroensino e APIN encontram-se valorizadas pelo método da equivalência patrimonial, enquanto as restantes participações se encontram valorizadas pelo método do custo.

A participação no Fundo de Apoio Municipal (FAM), está registada, quando disponível, pelo valor comunicado pela própria entidade.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de Justo Valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de Justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados										
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras - custo	33 637,25 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	22 239,47 €	11 509,78 €	
APIN - Empresa Intermunicipal Ambiente Pinhal Interior, E.I.M., S.A.	33 637,25 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	22 239,47 €	11 509,78 €	
Total	33 637,25 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	22 239,47 €	11 509,78 €	

Quadro 5 – Ativos Financeiros, 2023

Transferências Financeiras a Cargo dos Sócios – Artigo 40º, n.ºs 2 e 8 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto – Segundo este normativo, “... no caso de as empresas locais apresentarem o resultado líquido antes de impostos negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa”, devendo, proceder-se à concretização da transferência do montante apurado no mês seguinte à apreciação das contas da empresa local, observados os termos e nos prazos da lei comercial. Com efeito, considerando a aprovação de contas da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., relativas ao exercício de 2023 no passado dia 01 de abril de 2023, e que em resultado das mesmas se constata um resultado líquido antes de impostos negativo de 3.186.494,99 euros, deverá o Município de Pedrógão Grande proceder à transferência financeira no montante de 176.531,82€, representativo da participação de 5,54 % no referido capital social. De referir que o Município já procedeu à realização da referida transferência em maio de 2023.

Nota 15 – Provisões

(...)

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Movimentos consolidação	Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total diminuições		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)+(5)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)-(8)+(9)	(11)	(12)=(2)+(6)-(10)
Impostos, contribuições e taxas					- €				+ €		- €
Garantias a clientes					- €				- €		- €
Processos judiciais em curso	385 904,28 €	3 250,00 €			3 250,00 €				+ €		389 154,28 €
Acidentes de trabalho e doenças prof.					- €				- €		- €
Materias ambientais					- €				- €		- €
Contratos onerosos					- €				- €		- €
Reestruturação e reorganização					- €				- €		- €
Outras provisões	194 537,79 €	289 160,95 €			289 160,95 €	117 954,19 €			112 627,76 €	230 581,95 €	- 176 531,82 €
Total	580 442,07 €	292 410,95 €	- €	- €	292 410,95 €	117 954,19 €	- €		112 627,76 €	230 581,95 €	- 176 531,82 €
											465 739,25 €

Quadro 6 – Provisões, 2023

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

(...)

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Imparidades iniciais	Variações						Movimentos Consolidação	Quantia escriturada final
			Adições	Aplicação MEP contas individuais	Amortizações	Reversões de Perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Diminuições		
INVESTIMENTOS FINANCEIROS										
Investimentos em entidades controladas	602 294,43	0,00		-87 560,11					30 459,52	545 193,84
Investimentos em associadas	358 217,92	-17 457,92								340 760,00
Investimentos em empreendimentos conjuntos	0,00	0,00								0,00
Investimentos noutras entidades	196 215,41	0,00								196 215,41
Outros investimentos financeiros	0,00	0,00								0,00
TOTAL	1 156 727,76	-17 457,92	0,00	-87 560,11	0,00	0,00	0,00	0,00	30 459,52	1 082 169,25

Quadro 7 – Instrumentos Financeiros, 2023

18.18– Património Líquido

Rubricas	Saldo Inicial	Aumento	Diminuição	Mov. consolid.	Saldo final
51 Património	32 387 951,36	45 888,15	1 901 354,19		30 532 485,32
55 Reservas legais	1 521 557,43				1 521 557,43
561 Resultados transitados (*1)	-10 854 685,70			-206 344,94	-11 061 030,64
562 Regularizações	-406 814,73	723 230,93	546 961,38		-230 545,18
564 Ajustamentos de transição para o SNC-AP	-1 927 734,88				-1 927 734,88
57 Ajustamentos em investimentos financeiros	550 198,99			427 580,10	977 779,09
59 Outras variações no património líquido	10 201 711,44	8 562 775,34	4 817 631,08		13 946 855,70
818 Resultado líquido do período (*1)	0,00		1 026 901,10	-14 243,81	-1 041 144,91
	31 472 183,91	9 331 894,42	8 292 847,75	206 991,35	32 718 221,93

(*1) - A aplicação da AIRC, no inicio do ano faz a aplicação automática do resultado líquido do ano anterior na rubrica de Resultados Transitados

Quadro 8 – Património Líquido, 2023

As alterações ocorridas no património líquido consolidado constantes do mapa acima tiveram todas como origem a aplicação do método da equivalência patrimonial e ajustamento do MEP da Petroensino, como já referido no ponto 1.5 do presente relatório e correspondem a:

- ✓ Conta 57 - Ajustamentos em ativos financeiros no total de 427.580,10€ credores;
- ✓ Conta 561 – Registo em resultados transitados do impacto dos resultados líquidos de anos anteriores da APIN que totaliza 206.344,94€ devedores;
- ✓ Reflexo no Resultado Líquido do Período;
 - Relativamente à APIN, resultante da anulação da Provisão constituída para cobertura de prejuízos e sua “substituição” pela aplicação do MEP, com impacto líquido no montante de 35.632,88€ credores, derivado do facto da cobertura de prejuízos ter por base o Resultado Antes de Imposto, o qual apresenta valor negativo superior em relação ao Resultado Líquido fruto a aplicação de impostos diferidos;
 - Do ajustamento do MEP da Petroensino resultou um impacto líquido negativo no resultado de 49.876,69€ devedores resultantes do ajustamento da estimativa da quota-parte no resultado negativo registado com referência a 30/06/2023 (-87.560,11€) para o valor definitivo de 31/12/2023 da quota-parte no resultado líquido (-137.436,80€).

(...)

Nota 24 – Consolidação de contas – Lançamentos, mapas e informações

Apesar da Portaria 474/2010, de 1 de julho ter sido revogada pela entrada em vigor do SNC-AP, neste ponto serão apresentados alguns dos mapas previstos na mesma, pois entendem-se pertinentes para uma informação mais completa acerca da consolidação de contas. Poderão ser ainda apresentados novos mapas que se entendam melhorarem a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

24.1 – Lançamentos de consolidação

Em 2023 foram efetuados, no processo de consolidação os seguintes lançamentos:

- 1) Aplicação do MEP na participação da APIN

Débito		Crédito	
Contas	Valores	Contas	Valores
6852	140 898,94	5712	325 110,41
561	206 344,94	4122	22 133,47
Somatório:	347 243,88	Somatório:	347 243,88

- 2) Regularização da provisão criada nas contas individuais para a cobertura dos prejuízos individuais da APIN, respeitante ao RAI de 2023 e a liquidar em 2024

Débito		Crédito	
Contas	Valores	Contas	Valores
299	176 531,82	679	176 531,82
Somatório:	176 531,82	Somatório:	176 531,82

- 3) Ajustamento do MEP da Petroensino para os valores aprovados de 2023

Débito		Crédito	
Contas	Valores	Contas	Valores
6852	49 876,69	5713	102 469,69
41111	52 592,99		
Somatório:	102 469,69	Somatório:	102 469,69

Quadro 9 – Movimentos Contabilísticos efetuados, 2023

24.2 – Fluxos financeiros

Em 2023 os fluxos financeiros entre as entidades do perímetro de consolidação (Município e APIN)

e que também correspondem às anulações feitas na consolidação no mapa dos Fluxos de Caixa Consolidados, foram:

RECEBIMENTOS DE CLIENTES

Valor	Recebido por	Pago por	Descriutivo
- 87 005,57	APIN	Município	Anulação do montante pago em 2023 pelo Município à APIN, referente ao consumo de água, saneamento e resíduos sólidos.

PAGAMENTO A FORNECEDORES

Valor	Recebido por	Pago por	Descriutivo
87 005,57	APIN	Município	Anulação do montante recebido em 2023 pela APIN pago pelo Município, referente ao consumo de água, saneamento e resíduos sólidos.

Quadro 9 – Recebimentos clientes vs Pagamentos fornecedores - 2023

PAGAMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS

Valor	Recebido por	Pago por	Descriutivo
34 791,31	APIN	Município	Anulação do montante recebido em 2023 pela APIN transferido pelo Município, para compensação da aplicação de tarifário reduzido no âmbito da TSA - Tarifa Social de Água.

OUTROS RECEBIMENTOS

Valor	Recebido por	Pago por	Descriutivo
- 34 791,31	APIN	Município	Anulação do montante recebido em 2023 pela APIN transferido pelo Município, para compensação da aplicação de tarifário reduzido no âmbito da TSA - Tarifa Social de Água.

Quadro 10 – Pagamentos de transferências e subsídios vs outros recebimentos – 2023

PAGAMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS MECANISMO LEGAL REPOSIÇÃO EQUILÍBRIO - LEI 50/2012, 31/08

Valor	Recebido por	Pago por	Descriutivo
-117 954,19	APIN	Município	Anulação do montante recebido em 2023 pela APIN transferido pelo Município, referente à Transferencia Financeira para cumprimento do Mecanismo Legal de reposição do Equilíbrio Financeiro previsto no n.º2 do art. 40 da Lei n.º 50/2012 de 31/08.

OUTROS RECEBIMENTOS MECANISMO LEGAL REPOSIÇÃO EQUILÍBRIO - LEI 50/2012, 31/08

Valor	Recebido por	Pago por	Descriutivo
117 954,19	APIN	Município	Anulação do montante recebido em 2023 pela APIN transferido pelo Município, referente à Transferencia Financeira para cumprimento do Mecanismo Legal de reposição do Equilíbrio Financeiro previsto no n.º2 do art. 40 da Lei n.º 50/2012 de 31/08.

Quadro 11 – Pagamentos de Transferências vs Outros Recebimentos – Mecanismo Legal de Reposição de Equilíbrio, 2023

24.3 – Relações comerciais

Em 2023 as relações comerciais entre as entidades do perímetro de consolidação (Município e APIN), foram:

Cliente

Saldo Inicial (a receber)	Constituição Direitos	Recebimentos	Regularizações	Saldo Final (a receber)
0,00	122 907,83	0,00	0,00	122 907,83

Fornecedor (Fornecimento de água e serviços conexos pela APIN ao Município)

Saldo Inicial (a pagar)	Constituição Obrigações	Pagamentos	Regularizações	Saldo Final (a pagar)
-8 539,65	-79 697,71	87 005,57	1 030,96	-200,83

Outras (Compensação tarifas reduzidas Covid-19)

Saldo Inicial (a receber)	Constituição Direitos	Pagamentos	Regularizações	Saldo Final (a receber)
0,00	34 791,31	-34 791,31	0,00	0,00

Outras (Transferência financeira p/cumprimento do Mecanismo Legal de Reposição do Equilíbrio financeiro - lei 50/2012 de 31/8)

Saldo Inicial (a pagar)	Constituição Obrigações	Pagamentos	Regularizações	Saldo Final (a pagar)
0,00	-117 954,19	117 954,19	0,00	0,00

Quadro 12 – Relações Comerciais entre APIN e Município, 2023

24.4 – Dívida total consolidada

Em 2023 a dívida total do grupo consolidada, em termos de valores que integram o balanço consolidado (não substitui a apurada pelas entidades oficiais), é de:

Entidades Relevantes	Total das dívidas a terceiros do balanço a 31.12.2023				DÍVIDA BRUTA (3)	Eliminações de créditos/dívidas recíprocas e outros movimentos de consolidação			DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA (3)
	MIP	CP	FAM	Operações não orçamentais e montantes excepcionados		(5)=(1)+(2)-(3)-(4)	Débito (-) (6)	Crédito (+) (7)	
Município (Prest. Contas 2023) (1)	1 442 105	558 203	0	429 011	1 571 298	0	0	N/A	1 571 298
APIN (2)	1 192 662	724 658	0	367 042	1 550 277	0	0	N/A	1 550 277
Total	2 634 767	1 282 861	0	796 052	3 121 575	0	0		3 121 575

NOTA 1 - Não inclui contribuição para a dívida bruta das entidades SM/AM/SEL e Ent. Part

NOTA 2 - Incluído na proporção detida (5,54%)

NOTA 3 - Este apuramento não seguem na totalidade as regras das entidades oficiais para o apuramento da dívida bruta, em especial se a entidade deve relevar ou não. É um quadro informativo

Quadro 13 – Dívida Total Consolidada, APIN e Município, 2023



R. J.
D
R
Aclimado

XI. RELATÓRIO DE GESTÃO & CONTAS, CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO DA APIN



Flor
B. I
F
daniel
Adriano

CERTIDÃO

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APIN, Sr. Luís Miguel Correia Antunes, certifica para todos os efeitos legais, que na sessão ordinária da assembleia geral realizada aos 01 dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas dezassete horas e cinquenta e cinco minutos, em que estiveram presentes os representantes dos Municípios de Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Vila Nova de Poiares, sendo que o Município de Castanheira de Pera não se fez representar, foi aprovada por unanimidade e em minuta, a deliberação que a seguir se transcreve:-----
Foi aprovado por unanimidade o relatório e contas relativo ao exercício de 2023.-----
Por ser verdade e para constar passei a presente certidão que por mim vai ser assinada e autenticada com assinatura digital certificada.-----

Lousã, 02 de Abril de 2024

O Presidente da Mesa

LUIS MIGUEL CORREIA ANTUNES
Assinado de forma digital por LUIS MIGUEL CORREIA ANTUNES
Dados: 2024.04.11 14:01:01 +01'00'

(Luis Miguel Correia Antunes)

MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S.R.O.C. nº 176* CMVM nº 20161478

Men *B. J.*
D *marcos*
A. L.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 53.386.739,80 euros e um total de capital próprio de 16.758.621,24 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.543.302,19 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria descrita na seção Bases para a Opinião com Reservas, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira de **APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A.** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Conforme descrito na nota 24 do anexo a conta outros devedores apresenta um montante de 768 milhares de euros resultante de obras efetuadas pela APIN, cuja responsabilidade é do devedor, por não se enquadrarem nas atividades delegadas na APIN. A resposta recebida ao nosso pedido de confirmação independente revela diferenças entre o montante registado pela APIN e aquele que nos foi reportado pelo devedor. Os saldos registados na contabilidade apresentam um valor superior em 768 milhares de euros face à informação recebida do devedor, pelo que não nos é possível concluir quanto à razoabilidade do referido montante.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

(Handwritten signatures and initials)

Ênfase

Conforme mencionado na nota 41 do Anexo, o processo iniciado pelo Município de Penacova que decorria em tribunal Arbitral, foi objeto de Sentença Arbitral proferida em 23 de novembro de 2023, nos termos da qual foi decidido declarar a validade do Contrato de Gestão Delegada. A sentença transitou em julgado em janeiro de 2024, encontrando-se a APIN a efetuar o apuramento do valor final a reclamar junto do Município de Penacova.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e adequada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e adequada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

*Pey Amorim B. C.
F. Lino*

- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria descrita na seção Bases para a Opinião com Reservas do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Coimbra, 19 de março de 2024

Bruno José Machado de Almeida
(ROC nº 1407, inscrito na CMVM sob o nº 20161017)
Em representação de:
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S.R.O.C. nº 176 * CMVM nº 20191478

Bruno José Machado de Almeida
B. J. M. da A.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exma. Administração
Senhores Acionistas

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente na qualidade de Fiscal Único, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de Gestão apresentados pelo Conselho de Administração da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Durante o exercício, o Fiscal Único acompanhou com regularidade os negócios e a gestão da Sociedade, verificou a regularidade dos livros, registos contabilísticos e a respetiva documentação. Procedeu igualmente às verificações físicas dos bens e valores patrimoniais que se mostraram necessárias, assim como verificou o cumprimento da lei e dos estatutos, inteirando-se dos atos do Conselho de Administração, do qual sempre recebeu todos os elementos solicitados.

Analisámos também o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as quais compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo do exercício findo naquela data.

Foi emitida a Certificação Legal das Contas, sendo considerada como complemento deste Relatório e Parecer.

Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima descritos, quando lidos em conjunto, permitem uma boa compreensão da situação financeira da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., em 31 de dezembro de 2023 satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como ainda nos compete, verificámos que os critérios valorimétricos, adotados e descritos no Anexo, satisfazem as disposições legais, e contribuem para uma adequada mensuração do resultado e do património.

Nestes termos o Fiscal Único é de Parecer que:

1. Devem ser aprovados o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo.
2. Deve ser aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por fim, desejamos expressar os nossos agradecimentos ao Conselho de Administração e a todo o Pessoal ao serviço da Empresa com quem contatámos por toda a colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Coimbra, 19 de março de 2024

Bruno José Machado de Almeida

Bruno José Machado de Almeida

(ROC nº 1407, inscrito na CMVM sob o nº 20161017)

Em representação de:

Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Mr. Ambrose

J. B. Bluestone

D. J. Ashurst

Relatório de Gestão & Contas

2023



Índice Geral

1	MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	6
2	QUEM SOMOS.....	8
3	A EMPRESA.....	12
3.1	Missão, Visão e Objetivos.....	14
3.1.1	Missão.....	14
3.1.2	Visão	14
3.1.3	Objetivos	15
3.2	Órgãos Sociais	15
3.2.1	Assembleia Geral	15
3.2.2	Conselho de Administração	15
3.2.3	Fiscal Único	16
3.3	Estrutura Organizacional da APIN	16
3.3.1	Regional	16
3.3.2	Funcional.....	18
3.4	Caracterização da Situação Atual.....	20
4	REGULAÇÃO	21
4.1	Regulamento de Serviço APIN	21
4.2	Regulação Económica.....	22
4.3	Regulação da Qualidade do Serviço.....	22
4.4	Política de Privacidade	22
5	INDICADORES DO ANO 2023	23
5.1	Posição Económico-Financeira.....	23
5.2	Aprovisionamento - Contratação Pública	23
5.3	Recursos Humanos	25
5.4	Candidaturas a Fundos Comunitários	25
5.5	Candidatura ao Fundo Ambiental	27
6	PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	29
7	ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE.....	31
7.1	Enquadramento	31
7.2	Linhas Estratégicas	31
8	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	33
9	PROJETOS ESTRUTURANTES	37
9.1	Abastecimentos de Água	37

9.2 Saneamento de Águas Residuais.....	38
9.3 Gestão de Resíduos Urbanos.....	38
10 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	48
11 ATIVIDADE DA EMPRESA.....	51
11.1 Atividade Comercial.....	51
11.1.1 Clientes	51
11.1.2 Serviço de atendimento telefónico	52
11.1.3 Serviço de atendimento presencial	53
11.1.4 Leituras.....	53
11.1.5 Balcão Digital e Envio Eletrónico de Fatura	53
11.1.6 Faturação e Cobrança	55
11.1.7 Formas de Pagamento	56
11.1.8 Serviços.....	57
11.1.9 Reclamações.....	57
11.1.10 Volumes de água faturados	58
11.2 Abastecimento de Água.....	59
11.2.1 Volume aduzido à rede.....	59
11.2.2 Balanço Hídrico	59
11.2.3 Avarias na rede (roturas)	60
11.2.4 Deteção de fugas	60
11.2.5 Falhas no abastecimento.....	61
11.2.6 Qualidade da água	62
11.2.7 Ramais de abastecimento de água.....	62
11.2.8 Operação e manutenção de redes de abastecimento.....	63
11.3 Saneamento de Águas Residuais.....	64
11.3.1 Volumes recolhidos nas redes de saneamento.....	64
11.3.2 Quantidade e volumes recolhidos em fossas.....	64
11.3.3 Intervenções de desobstrução.....	66
11.3.4 Operação e manutenção de ETAR	66
11.3.5 Ramais de Saneamento	67
11.4 Gestão de Resíduos Urbanos.....	67
11.5 Manutenção.....	70
11.6 Central de Gestão de Operações	74
11.7 Investimento - Obras executadas ou em execução.....	76
11.8 Planeamento e Projeto	88

11.9	Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Cadastro	88	Alinea
11.10	Segurança e Saúde no Trabalho	90	
11.11	Comunicação e Imagem	91	
11.12	Sistemas de Informação	97	
11.13	Responsabilidade Social	98	
12	ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA	99	
12.1	Estrutura de Rendimentos	99	
12.2	Estrutura de Gastos	99	
12.3	Resultado	100	
12.4	Capital Próprio	100	
12.5	Principais Ráculos Financeiros	101	
12.6	Gestão de Riscos	101	
12.7	Ações Próprias	102	
12.8	Negócio entre a Sociedade e os Seus Administradores	102	
12.9	Sucursais	102	
12.10	Situação Fiscal e Contributiva	102	
13	PERSPECTIVAS FUTURAS	103	
14	IMPOSTO DIFERIDO SOBRE O RENDIMENTO	104	
15	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105	
16	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	105	
17	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A CARGO DOS SÓCIOS (Artigo 40.º, n.ºs 2 e 8 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto)	105	
18	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	106	
19	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	107	
19.1	BALANÇO	108	
19.2	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	109	
19.3	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	110	
19.4	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	111	
19.5	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - 2023	112	
19.6	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - 2022	113	
20	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	114	

Índice de Figuras

Figura 1- Cadeia de valor do setor de águas e resíduos	10
Figura 2 – Mapa geográfico da Empresa	14



Figura 3 - Estrutura organizacional	17
Figura 4 - Organograma da Empresa	19
Figura 5 - Número de colaboradores	33
Figura 6 - Balcão digital	54

Índice de Quadros

Quadro 1- Estrutura acionista	12
Quadro 2 - Âmbito territorial.....	13
Quadro 3 - Colaboradores por género e por direção.....	25
Quadro 4 - Candidaturas aprovadas pelo POSEUR por concelho	26
Quadro 5 - Candidaturas aprovadas pelo POSEUR por tipologia	26
Quadro 6 – Fundo Ambiental - Biorresíduos	27
Quadro 7 - Idade dos colaboradores por escalões etários	35
Quadro 8 - Horas de formação	36
Quadro 9 – Clientes Não Domésticos - Número de ações de sensibilização e formação.....	40
Quadro 10 - Clientes Domésticos - Número de ações de sensibilização e formação	42
Quadro 11 - Taxa de execução da entrega dos compostores	42
Quadro 12 - Número de visitas aos estabelecimentos	44
Quadro 13 - Cenário macroeconómico 2022-2024	48
Quadro 14 - Contratos ativos	51
Quadro 15 - Contratos ativos por tipo de utilização.....	52
Quadro 16 – Número de leituras reais	53
Quadro 17 – Número de serviços executados	57
Quadro 18 - Modo de efetuar a reclamação.....	57
Quadro 19 – Tipo de reclamação.....	58
Quadro 20 - Balanço Hídrico.....	60
Quadro 21 - Limpeza de fossas realizadas e respetivos volumes.....	65
Quadro 22 - ETAR sob gestão da APIN.....	67
Quadro 23 - Parque de contentores.....	69
Quadro 24 - Ocorrências comunicadas por clientes.....	75
Quadro 25 - Tipificação dos serviços de água	75
Quadro 26 - Rendimentos e ganhos	99
Quadro 27 - Gastos e perdas.....	99
Quadro 28 - Resultados	100
Quadro 29 - Capital próprio.....	101
Quadro 30 - Indicadores da posição financeira	101

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Km de rede de abastecimento de água	20
Gráfico 2 – Balanço de 2023.....	23
Gráfico 3 - Número de adjudicações por tipo de procedimento	24
Gráfico 4 - Valor dos procedimentos de contratação por tipo de procedimento	24
Gráfico 5 - Evolução do número de colaboradores	34
Gráfico 6 - Distribuição por género do total de colaboradores Gráfico 7 - Distribuição por género em funções administrativas.....	34

Gráfico 8 - Colaboradores por tipo de contrato de trabalho.....	35
Gráfico 9 – Habilidades literárias.....	35
Gráfico 10 - Taxa de sucesso de atendimento telefónico	52
Gráfico 11 - Balcão Digital e EEF	54
Gráfico 12 – Canais de cobrança.....	56
Gráfico 13 - Volumes de água faturados.....	58
Gráfico 14 – Volumes totais de água adquirida em "alta".....	59
Gráfico 15 – Duração das falhas no abastecimento (não programadas).....	62
Gráfico 16 – Novos ramais de abastecimento de água	62
Gráfico 17 – Remodelação de ramais de abastecimento de água	63
Gráfico 18 – Serviços programadas nas redes de abastecimento de água.....	63
Gráfico 19 - Efluente entregue em "alta"	64
Gráfico 20 - Desobstruções na rede de saneamento	66
Gráfico 21 - Recolha de resíduos indiferenciados.....	69
Gráfico 22 – Manutenção corretiva e preventiva	71
Gráfico 23 – Número de intervenções nas viaturas.....	73



Oen
amador
D. J. J.
veit
B.
A. h. 2023

1 MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos dos estatutos da APIN e da legislação aplicável, vem o Conselho de Administração da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A. (APIN), apresentar o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2023.

Desde o início da sua atividade, em janeiro de 2020, a APIN tem demonstrado uma capacidade de resiliência e de combatividade, perante todos os obstáculos com que se foi deparando. Nos últimos dois anos, a APIN foi inevitavelmente afetada pelo contexto nacional e pela conjuntura internacional que ao nível económico e financeiro tem provocado uma inflação de preços elevada. Esta exerce, por consequência, uma forte pressão sobre a estrutura de custos das empresas do setor. Importa referir, entre outros fatores, o aumento dos custos energéticos e fornecimentos e serviços externos, bem como a subida exponencial de custos com o encaminhamento dos resíduos indiferenciados, resultante do aumento da tarifa aplicada pela empresa que executa este serviço.

No ano 2023 consolidámos uma posição positiva na relação entre a empresa e os seus Stakeholders que foi evoluindo favoravelmente. Os indicadores referentes à Gestão de Reclamações e à Linha de Apoio ao Cliente são positivos, sendo este facto evidente através da estabilização do número de chamadas e de reclamações, por parte dos clientes.

Ao nível da capacidade de resposta e atuação das equipas da Operação e Manutenção, na resolução de avarias e roturas, importa, também, ressalvar que alcançamos melhorias significativas.

No que diz respeito à percentagem elevada de perdas de água, a APIN assumiu o compromisso de combater as perdas na rede de distribuição, neste contexto foi imperioso e essencial fazer um grande e constante investimento nesta área. Em 2023, já foi possível registrar uma redução estrutural dos valores das perdas reais de água.

A APIN passou a ter maior notoriedade e visibilidade junto do seu público-alvo, designadamente clientes e acionistas, sobretudo por ter sido um ano marcado pela concretização dos projetos e obras determinantes e fundamentais para este Sistema Intermunicipal.

No âmbito da Gestão de Resíduos, destacamos a implementação dos projetos na área da compostagem, designadamente o programa SIC/APIN - Sistema de Compostagem Doméstica e Comunitária e o BIO/APIN – Sistema de recolha seletiva de proximidade de Biorresíduos.

Conscientes dos desafios e obstáculos que foram surgindo e, sensível às dificuldades sentidas pelos clientes, a APIN encetou esforços extremamente exigentes - mas fundamentais - para garantir o bom funcionamento dos serviços.



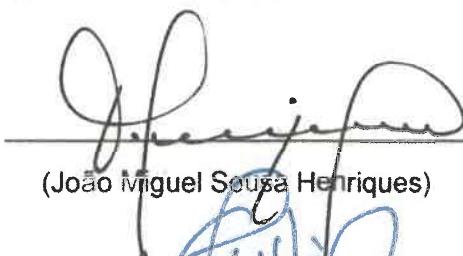
JF.



Dezembro
Relatório de Gestão e Contas 2023

Os condicionalismos com que a empresa se foi deparando a vários níveis não permitiram chegar, ainda, ao desejável desenvolvimento da empresa em 2023. Não obstante, vamos continuar a atuar numa perspetiva de sustentabilidade, de eficácia e de eficiência, em prol das populações que servimos.

A APIN continua focada em trabalhar nos objetivos definidos e mantém-se alinhada com uma estratégia de melhoria contínua em todos os processos em curso e nos serviços que presta. Esta ambição só é concretizável com a cooperação de todos, dos colaboradores, da comissão executiva e de todos os acionistas, que desde já agradecemos.


(João Miguel Sousa Henriques)


(Jorge Alves Custódio)


(Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes)



2 QUEM SOMOS

Integram a APIN os municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Vila Nova de Poiares. A APIN opera no sector do ambiente, na sequência da autorização para a criação de um sistema intermunicipal de serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e recolha de resíduos urbanos. A APIN cobre uma área de cerca de 1.700 km², com cerca de 66,3 mil habitantes, dos quais aproximadamente 53 mil são clientes.



Nos termos dos seus estatutos, a APIN tem por objeto a gestão de serviços de interesse geral, e mais concretamente a exploração e a gestão do Sistema Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, que agrupa os sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos supracitados municípios, no respetivo território.

Esta atividade foi formalizada através de um Contrato de Gestão Delegada, celebrado a 2 de outubro de 2019, por um período de 30 anos contados a partir do dia seguinte ao termo do período de transição.

A APIN é regulada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e, subsidiariamente, pelo código das sociedades comerciais. Obedece ao regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, por força da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro e a Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, condicionando o regime de financiamento aos limites legais de endividamento municipal e demais regras aplicáveis.

Cadeia de Valor

As atividades de abastecimento público de água às populações, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos constituem serviços públicos de caráter estrutural, essenciais ao bem-estar geral, à saúde pública e à segurança coletiva das populações, às atividades económicas e à proteção do ambiente. Devem, por isso, obedecer a um conjunto de princípios, entre os quais se destacam a universalidade de acesso, a continuidade e a qualidade do serviço, a eficiência e a equidade de preços.

O setor da água (o qual inclui o abastecimento público de água às populações e o saneamento de águas residuais urbanas) e resíduos pode dividir-se em dois subsetores significativamente distintos na perspetiva tecnológica e operacional:

- 1) o subsetor dos serviços de águas e;
- 2) subsetor dos serviços de gestão de resíduos urbanos.

A cadeia de valor das atividades dos serviços de águas e resíduos permite compreender a sua complementaridade enquanto peças fundamentais do, tradicionalmente designado, saneamento básico (Figura 1).

Esta estruturação dos sistemas conduziu a vantagens em termos de economias de escala e conduziu simultaneamente à divisão da cadeia de valor da prestação dos serviços considerando as fases do processo produtivo.

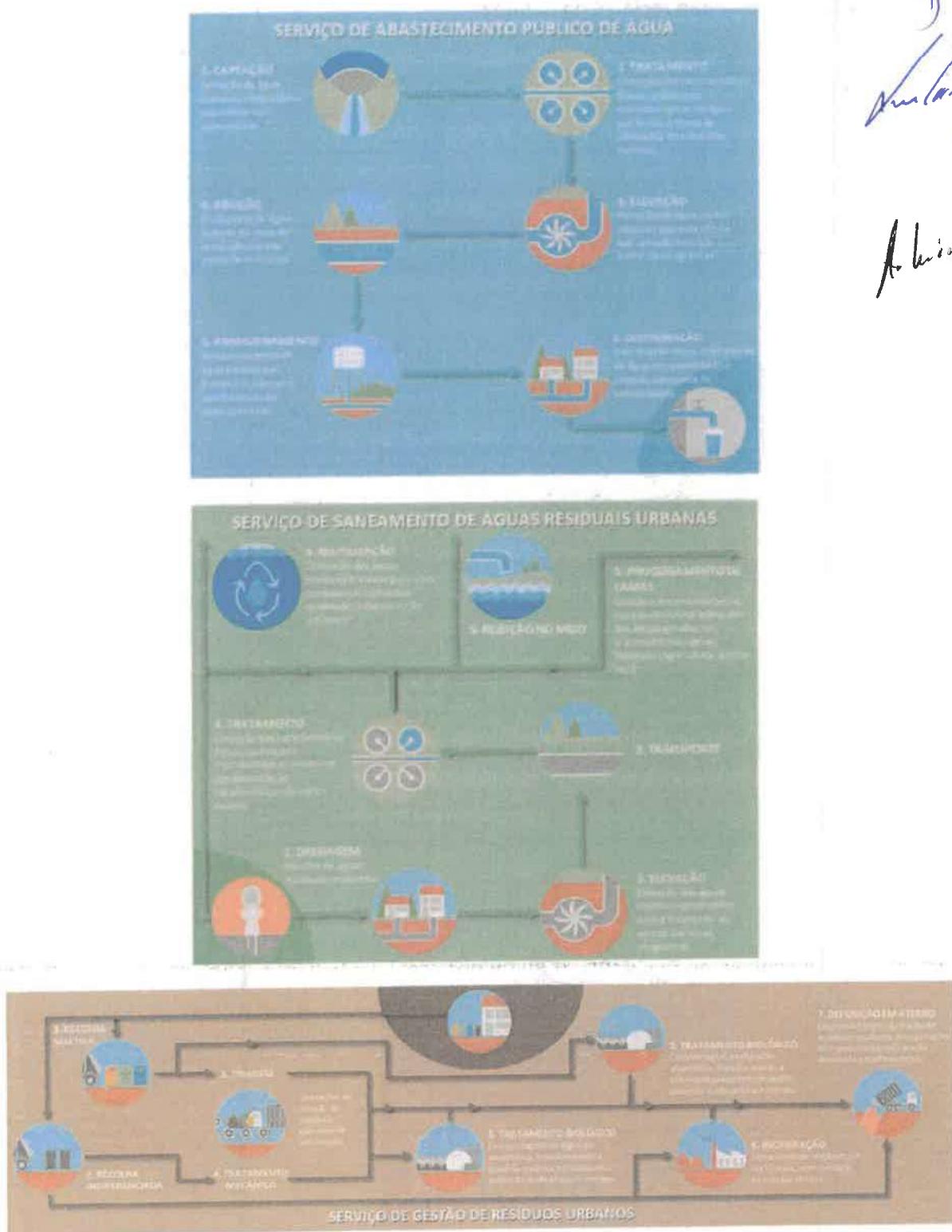
A gestão centralizada e integrada na região favorece o nível de serviço e poupança nos recursos.

Saliente-se que os centros de competências regionais em rede, permitem uma maior sustentabilidade ambiental e financeira e, são potenciadores de economias de escala, face a sistemas municipais isolados.



Olen
J. P. Net
B. J. F.
Silva
P.
A. Lino

Figura 1- Cadeia de valor do setor de águas e resíduos



Fonte: RASARP2022_Volume1

O ciclo urbano da água engloba todas as referidas fases para as atividades de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, desde a captação da água, até à rejeição final da água residual na natureza.

O serviço de gestão de resíduos urbanos compreende as etapas de recolha, transportes, triagem, valorização e eliminação dos resíduos provenientes das habitações.



3 A EMPRESA

Designação Social: APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A.

Sede Social: Zona Industrial de Penela, Lote 15, 3230-347 Penela

Pessoa Coletiva: 515 515 507

Capital Social: € 1.100.000

Nº Registo na Conservatória do Registo Comercial de Penela: 515 515 507



Quadro 1- Estrutura acionista¹

Município	% Capital Social	Valor do Capital Social
Alvaiázere	8,98%	98 780 €
Ansião	13,73%	151 030 €
Castanheira de Pera	4,26%	46 860 €
Figueiró dos Vinhos	5,82%	64 020 €
Góis	7,20%	79 200 €
Lousã	18,39%	202 290 €
Pampilhosa da Serra	7,90%	86 900 €
Pedrógão Grande	5,54%	60 940 €
Penacova	14,04%	154 440 €
Penela	6,77%	74 470 €
Vila Nova de Poiares	7,37%	81 070 €
Total	100,00%	1 100 000 €

A empresa situa-se no interior do País, NUTS III, e caracteriza-se por uma baixa densidade populacional, com municípios entre os 17 mil habitantes (Lousã) e os 2,7 mil habitantes (Castanheira de Pera).

¹ À data de 31 de dezembro de 2023 o município de Penacova constava do Capital Social da Empresa. Todavia e no seguimento da Sentença Arbitral relativo ao Processo n.º 15/2021/INS-RAP/ASB, o valor da participação de Penacova no Capital Social da APIN (14,04%) será calculado nos termos do art. 1021.º do Código Civil, com referência a 31 de dezembro de 2020, e devidamente corrigido na rubrica de Capital Próprio.

No quadro seguinte resumem-se os dados populacionais, de aloamentos e área dos municípios integrantes da agregação:

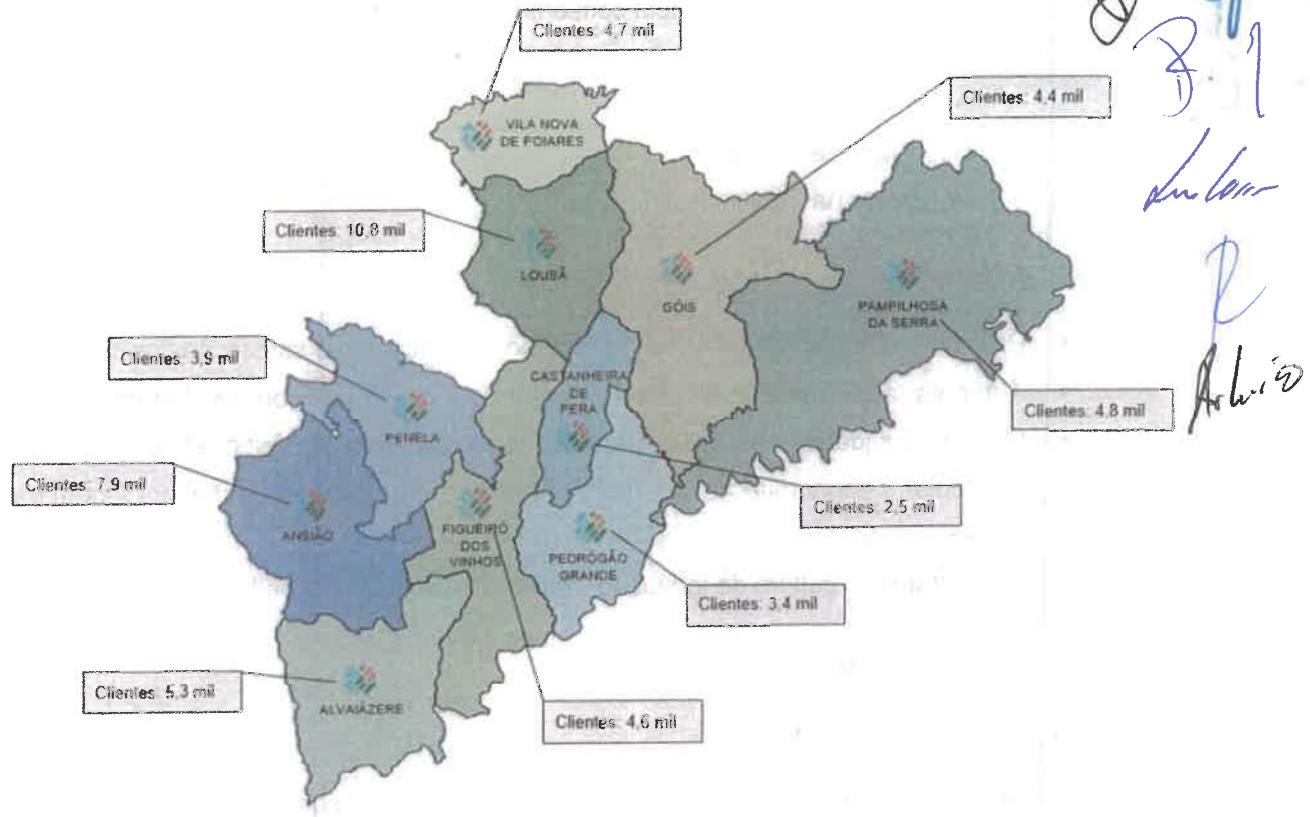
Quadro 2 - Âmbito territorial

Município	População	Alojamentos	Área (km2)
Alvaiázere	6 238	5 717	160
Ansião	11 642	8 537	176
Castanheira de Pera	2 645	2 683	67
Figueiró dos Vinhos	5 281	4 892	173
Góis	3 811	5 041	263
Lousã	17 006	10 454	138
Pampilhosa da Serra	4 082	5 599	396
Pedrógão Grande	3 390	3 564	129
Penela	5 440	4 364	132
Vila Nova de Poiares	6 803	4 433	84
Total	66 338	55 284	1 721

Os municípios que integram a APIN apresentam algumas características distintas, desde logo ao nível da população e área geográfica. Em termos populacionais, a população dos oito municípios menos populosos soma 37,7 mil habitantes, enquanto nos dois municípios mais populosos, Ansião e Lousã, ascende a 28,7 mil habitantes.

Em termos de densidade populacional obtém-se variações entre os 10,3 hab./km² (Pampilhosa da Serra) e os 122,9 hab./km² (Lousã).



Figura 2 – Mapa geográfico da Empresa


3.1 Missão, Visão e Objetivos

3.1.1 Missão

Assegurar os serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos urbanos de forma a garantir elevados níveis de qualidade de serviço ao menor custo para os utilizadores.

Os desafios que os referidos serviços enfrentam, exigem uma gestão mais profissional, com maior capacidade financeira, técnica e tecnológica e com uma dimensão capaz de garantir a sua sustentabilidade atual e também para as futuras gerações.

3.1.2 Visão

Ser reconhecida como referência empresarial no setor, pela qualidade do serviço que presta e pela competência profissional.

Assumir-se como uma empresa intermunicipal, orientada para estabelecer tarifários justos e equilibrados, que sejam:

- Socialmente acessíveis;

- Protetores do ambiente;
- Economicamente sustentáveis;
- Garantindo níveis de excelência consentâneos com as melhores práticas do setor, no que se refere a:
 - ✓ Rigor nos Investimentos;
 - ✓ Rigor na Gestão;
 - ✓ Rigor na Eficiência.

3.1.3 Objetivos

- Promover a qualidade do serviço prestado, potenciando a satisfação dos clientes;
- Aumentar a eficiência operacional, mantendo proximidade com os utilizadores;
- Garantir equidade entre os utilizadores, sendo socialmente responsável;
- Privilegiar a economia circular: redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia;
- Fomentar uma cultura de inovação, desenvolvimento e de melhoria contínua.

3.2 Órgãos Sociais

3.2.1 Assembleia Geral

A composição da Assembleia Geral da APIN a 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

- Presidente – município da Lousã, representado por: Luís Miguel Correia Antunes
- Secretário – município de Penela, representado por: Eduardo Jorge Mendes Nogueira dos Santos

3.2.2 Conselho de Administração

A composição do Conselho de Administração a 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

- Presidente – município de Vila Nova de Poiares, representado por: João Miguel Sousa Henriques
- Vocal – município da Pampilhosa da Serra, representado por: Jorge Alves Custódio
- Vocal – município de Figueiró dos Vinhos, representado por: Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes

O Conselho de Administração delega a gestão corrente da empresa numa Comissão Executiva, fixando-lhes os limites de delegação.



O Conselho de Administração da APIN não sofreu alterações na sua composição durante o ano de 2023.

3.2.3 Fiscal Único

- Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A., representado por: Bruno José Machado de Almeida.

Como Fiscal Único suplente: José Joaquim Marques de Almeida

3.3 Estrutura Organizacional da APIN

3.3.1 Regional

Face à elevada área geográfica, à baixa densidade populacional e ao elevado cumprimento de rede de água por alojamento, determinou-se que os serviços operacionais não se deviam concentrar todos num único local.

Efetivamente, ainda que estes serviços se localizassem no centro de gravidade da região, as distâncias a percorrer implicariam ineficiências em termos de custos de transporte e tempo despendido. Assim, optou-se por uma organização com três níveis de funcionalidades:

- Uma Sede;
- Três Polos Operacionais;
- Centros Operacionais².

Com estes pressupostos, obteve-se uma estrutura otimizada, eficiente e com elevada capacidade de decisão e resposta.

A Sede, que está localizada no Município de Penela, concentra todos os serviços de suporte, nomeadamente:

- Administração;
- Primeiras linhas de Direção: Comercial, Administrativa e Financeira, Exploração e Manutenção e Engenharia e Qualidade;
- Planeamento, Projetos e Obras, SIG e Segurança e Saúde no Trabalho;
- Gestão dos processos de Faturação e Cobrança;
- Gestão de Reclamações;
- Recursos Humanos;
- Contabilidade e Controlo de Gestão;
- Compras;

² A 31 de dezembro de 2023 encontravam-se em funcionamento oito centros operacionais.

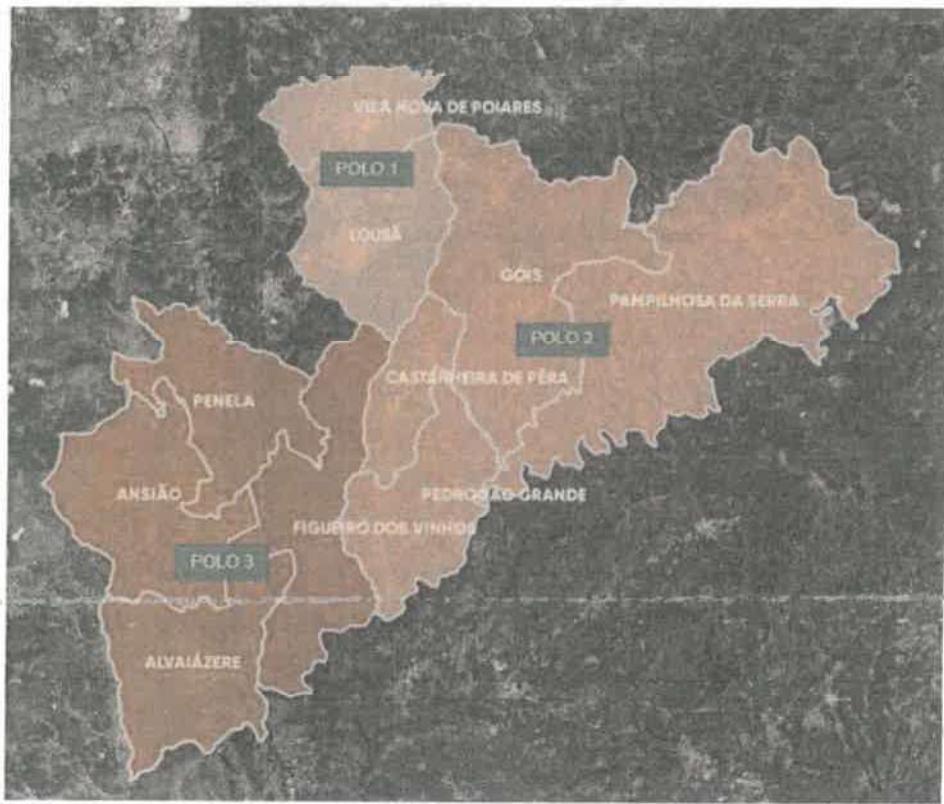
- Serviços Administrativos;
- Apoio Informático;
- Certificação.

Os **Polos Operacionais**, localizados nos municípios da Lousã (Polo 1), Pampilhosa da Serra (Polo 2) e Penela (Polo 3), concentram os serviços operacionais transversais a todos os municípios, designadamente:

- Gestão de produção de água e de tratamento e rejeição de efluentes (Operação, manutenção e exploração dos sistemas em "alta");
- Armazéns e oficinas;
- Recolha de Resíduos Urbanos;
- Parque de veículos especiais e de inertes;
- Manutenção preventiva.

O edifício do Polo Operacional da Lousã possui instalações para os serviços de Controlo de Qualidade, para o Centro de Gestão de Operações e para a Telegestão.

Figura 3 - Estrutura organizacional



Os Centros Operacionais, localizados nos municípios de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Vila Nova de Poiares, asseguram o serviço e proximidade à população, concentrando concretamente:

- Operação de redes de água e saneamento em "baixa";
- Manutenção curativa (roturas, colapsos, etc.) das redes de água e saneamento em "baixa";
- Serviços de atendimento ao público;
- Leituras de contadores.

Por uma questão de organização, os municípios de Ansião e Alvaiázere não tem Centro Operacional, partilham instalações com o Polo de Penela.

Os Polos e os Centros Operacionais garantem, a todos os municípios, proximidade do serviço à população e capacidade de resposta descentralizada.

Para reduzir sobreposições de dimensionamento de escritórios e pessoal, a Sede coincide com um dos Polos Operacionais e cada Polo Operacional coincide com um Centro Operacional.

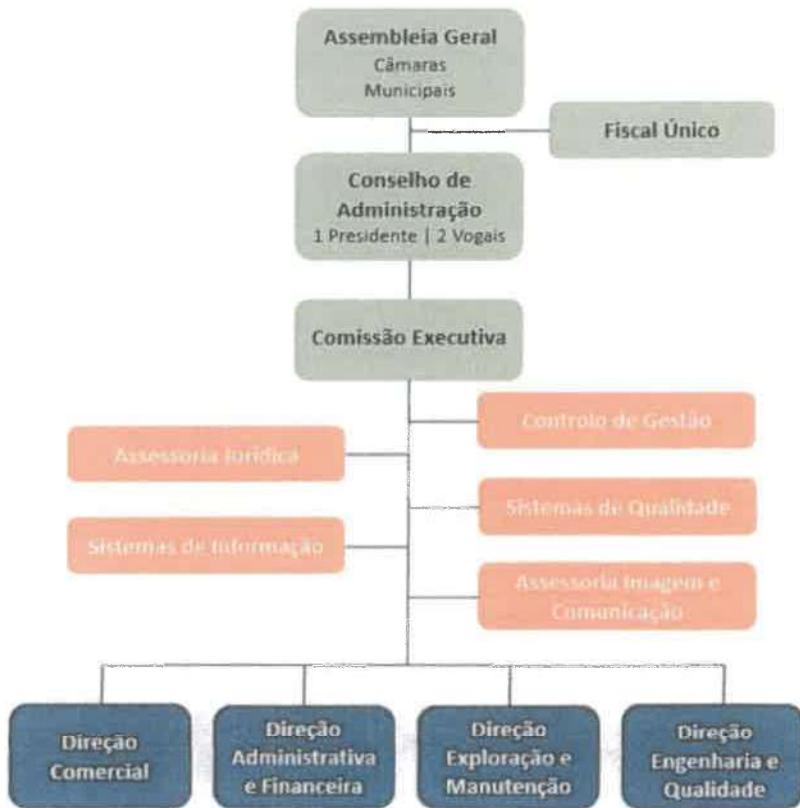
3.3.2 Funcional

3.3.2.1 Organograma

O organograma da APIN é composto por:

- Órgãos Sociais;
- Comissão Executiva;
- 5 Unidades de suporte à Comissão Executiva;
- 4 Direções;
- 19 Áreas operacionais.

Figura 4 - Organograma da Empresa



3.3.2.2 Aspetos relacionados com os trabalhadores

Segundo o artigo 28.º da Lei n.º 50/2012, o estatuto do pessoal das empresas é o do regime do contrato individual de trabalho (sendo assim o mesmo regulado pelo direito privado), havendo lugar a exercício de funções, por parte de trabalhadores que exerciam funções públicas, através de acordo de cedência de interesse público, aplicando-se, então, as regras de direito administrativo.

Note-se que, os direitos e regalias dos trabalhadores que transitaram em regime de cedência mantêm-se inalterados. Além disso, a transição para a nova estrutura agregada aconteceu numa base voluntária.

A empresa intermunicipal implementa ainda políticas de recursos humanos orientadas para a sua valorização e promoção da igualdade (em conformidade com o artigo 50.º do DL n.º 133/2012).

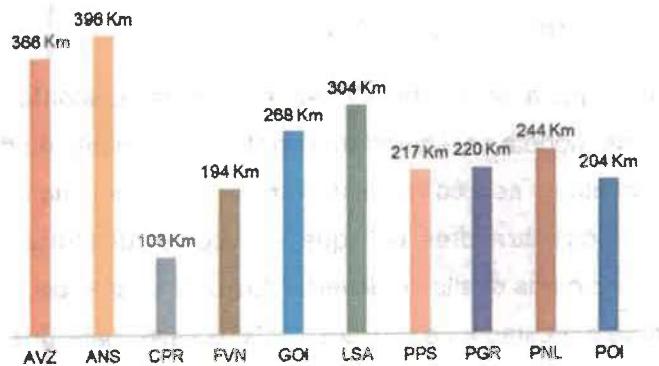
No final de 2023 verificava-se a existência de 31 colaboradores que transitaram das Câmaras Municipais para a APIN ao abrigo de Acordos de Cedência.

3.4 Caracterização da Situação Atual

A acessibilidade física e a taxa de atendimento do serviço de abastecimento de água e do serviço de gestão de resíduos urbanos e a qualidade da água são globalmente boas, havendo alguns municípios com baixas taxas de atendimento do serviço de saneamento de águas residuais.

A 31 de dezembro de 2023 existiam nos sistemas de abastecimento de água, 166 captações, 2.516 km de redes, 56 estações de tratamento de água, 345 reservatórios, 70 estações elevatórias de abastecimento de água e 127 pontos de entrega (“alta”).

Gráfico 1 - Km de rede de abastecimento de água



Nos sistemas de saneamento existiam 700 km de redes, 32 ETAR, 51 fossas sépticas coletivas, 69 estações elevatórias e 25 pontos de recolha (“alta”).

Os resíduos urbanos contavam com 9.939 contentores e 27 viaturas funcionais.

4 REGULAÇÃO

A atividade da APIN está sujeita à regulação económica por parte da ERSAR e rege-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como pelo Contrato de Gestão Delegada. As disposições legais e estatutárias, assim como o Contrato de Gestão Delegada, estabelecem obrigações mínimas do serviço público, definem o plano de investimentos.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos sectoriais nacionais.

A atividade da APIN, de exploração de sistemas de titularidade municipal, obedece ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual.

4.1 Regulamento de Serviço APIN

Pretende-se que a gestão da APIN seja realizada de acordo com os normativos nacionais e internacionais, de modo a assegurar um correto cumprimento do desígnio da empresa.

O regulamento de serviço constitui o principal instrumento que regula as relações entre a Entidade Gestora e os utilizadores, pelo que deve conter, de forma clara e detalhada, o conteúdo e a forma de exercício dos direitos e deveres dos utilizadores, por força do dever de informação que impende sobre o prestador de serviços públicos essenciais, nos termos do disposto no artigo 5.º da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 12/2008, de 26 de Fevereiro, designada por Lei dos Serviços Públicos Essenciais.

Tal como disposto no n.º 8 da Cláusula 12.ª do Contrato de Gestão Delegada e até que seja aprovado o regulamento definitivo, mantém-se em vigor, com aplicação a todo o Sistema, o regulamento de serviço vigente à data do termo do Período de Transição num dos municípios da área territorial abrangida escolhido pela Entidade Gestora, em tudo o que não seja contrariado pelo Contrato de Gestão Delegada e pela lei.

O regulamento de serviço escolhido pela Entidade Gestora para aplicar até ser aprovado o regulamento definitivo foi o do município de Góis. Assim, e até à entrada em vigor do regulamento de serviço proposto pela empresa, é aplicável o regulamento do município de Góis, em tudo quanto não contrarie as condições definidas no contrato de gestão delegada.

Importa salientar que a APIN teve o seu projeto de regulamento geral de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos patente em Diário da República de 28 de novembro de 2019 exposto a todos os Municípios. Para efetivação do regulamento, este obriga à aprovação por parte de todas as

Entidades Delegantes, processo que até ao presente ainda não foi exequível, pelo facto de não ter sido aprovado por unanimidade dos Municípios integrantes no Sistema APIN.

4.2 Regulação Económica

A atividade da APIN está regulada e sujeita à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

4.3 Regulação da Qualidade do Serviço

A APIN está sujeita à intervenção da ERSAR quer em termos de qualidade de serviço quer no controlo da qualidade da água para consumo humano.

Desta regulação, resulta o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, na redação atual, a APIN deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

No cumprimento da legislação, a APIN implementa o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes. Em dezembro de 2023, o PCQA de 2024 da APIN foi aprovado pela ERSAR.

4.4 Política de Privacidade

Para exercer a sua atividade, a APIN recolhe e processa dados pessoais de vários titulares, nomeadamente clientes, colaboradores, fornecedores, entre outros. O objetivo desta política é descrever as orientações da APIN para garantir a proteção dos dados pessoais de todos os que interagem com a nossa empresa. Este documento apresenta orientações para agir com integridade e em conformidade com os requisitos regulatórios no âmbito da proteção dos dados, devendo ser respeitado por todos os colaboradores da APIN.

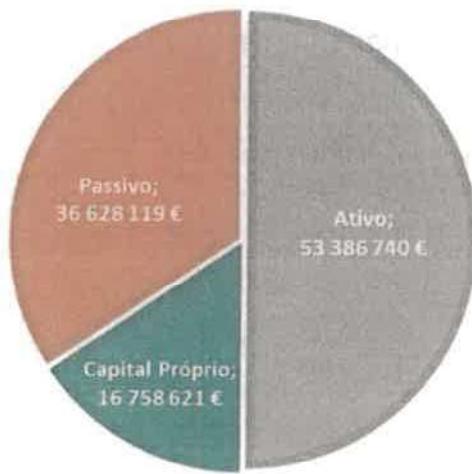
5 INDICADORES DO ANO 2023

No presente capítulo é apresentada informação relativa a quatro aspectos fundamentais da gestão, designadamente: posição económico-financeira, contratação pública, candidaturas a fundos não reembolsáveis e recursos humanos.

5.1 Posição Económico-Financeira

A posição Económico-Financeira da empresa a 31 de dezembro de 2023 foi a seguinte:

Gráfico 2 – Balanço de 2023



A APIN apesentou um total de Balanço de € 53,4 milhões. O Capital Próprio cifrou-se em € 16,8 milhões, que contempla € 1,1 milhões de Capital Social, € 10,8 mil de Reservas Legais, € 1,4 milhões de Resultados Transitados, € 16,8 milhões de Outras Variações do Capital Próprio e € - 2,5 milhões de Resultado Líquido do Período. O total do Passivo foi de € 36,7 milhões.

5.2 Aprovisionamento - Contratação Pública

Na aquisição de bens/serviços, locação e empreitadas, a APIN rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, utilizando a plataforma eletrónica ACINGOV para o desenvolvimento dos vários tipos de procedimento, garantindo a transparência efetiva sobre todas as suas compras relevantes. A contratação pública permite à APIN uma melhor alocação dos seus recursos financeiros, gerando uma poupança no ato de contratação.

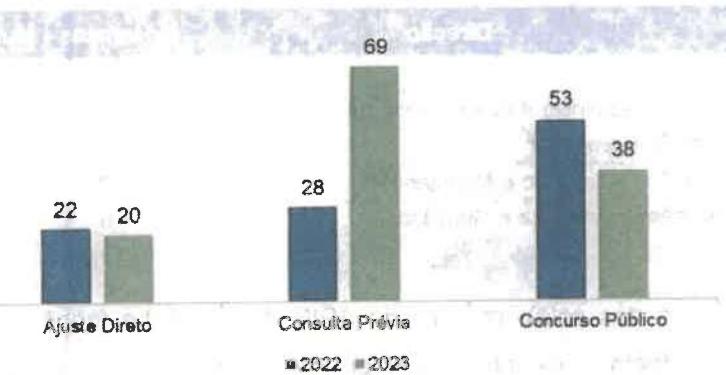


Ao longo do ano de 2023 foram tramitados diversos procedimentos de contratação, nas mais variadas vertentes, no sentido de assegurar o normal funcionamento da empresa.

De forma a transmitir uma ideia mais abrangente da vertente da contratação pública, ao longo do ano de 2023 foram desenvolvidos 127 procedimentos de contratação, mais 24 procedimentos face ao ano de 2022, no valor de € 3,5 milhões (não considerando a contratação por ajuste direto simplificado), dos quais 9 dizem respeito a empreitadas, 58 a aquisições de bens, 59 a aquisição de serviços e 1 a locação operacional de bens móveis.

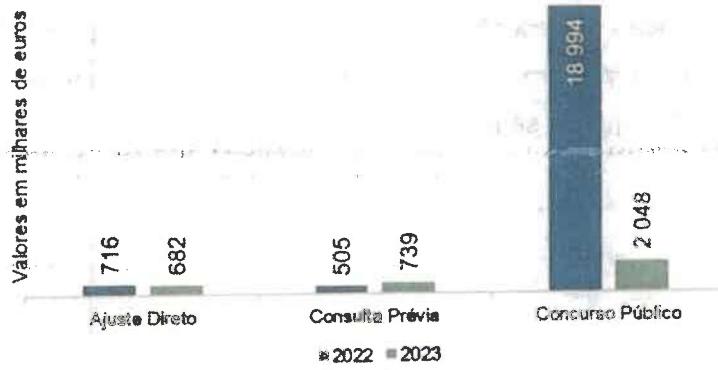
No gráfico seguinte, apresenta-se o número de adjudicações contratualizadas por tipo de procedimento:

Gráfico 3 - Número de adjudicações por tipo de procedimento



No gráfico seguinte, apresenta-se os valores contratualizados por tipo de procedimento:

Gráfico 4 - Valor dos procedimentos de contratação por tipo de procedimento



Nos gráficos acima é possível verificar que a maior fatia da despesa diz respeito a Concursos Públicos no valor de aproximadamente € 2 milhões, sendo que as adjudicações por Consulta Prévias, representam cerca de 54,3% do total das contratações.

O valor das adjudicações por Concursos Públicos e por Consulta Prévia representam cerca de 84,3% do total de adjudicações efetuadas no ano de 2023.

5.3 Recursos Humanos

A 31 de dezembro de 2023 estavam ocupados 207 postos de trabalho, em resultado das seguintes movimentações durante o ano: 23 admissões e 19 cessações, das quais três por aposentação e duas por cessação do acordo de cedência. As admissões do ano foram justificadas, essencialmente, pela substituição de colaboradores que saíram no decorrer do ano 2023.

Os 207 colaboradores estão distribuídos por género e por direção, da seguinte forma:

Quadro 3 - Colaboradores por género e por direção

	Direção	Homens	Mulheres	Total
Estrutura		2	1	3
Direção Administrativa e Financeira		5	9	14
Direção Comercial		20	12	32
Direção Exploração e Manutenção		145	3	148
Direção Engenharia e Qualidade		6	4	10
Total		178	29	207

A maioria dos colaboradores da APIN desempenha funções nas áreas de operação e manutenção. O facto de existirem muito poucas mulheres em funções enquadradas nas áreas de operação e manutenção influencia significativamente a estatística global.

5.4 Candidaturas a Fundos Comunitários

Durante o ano de 2023 a APIN não submeteu candidaturas a fundos comunitários, tendo sido dada continuação à execução dos investimentos apoiados pelo POSEUR, sendo que com referência a 31 de dezembro de 2023 a APIN tinha 30 candidaturas aprovadas, tal como se apresenta no quadro que se segue:



Quadro 4 - Candidaturas aprovadas pelo POSEUR por concelho

Concelho	N.º Candidaturas aprovadas			
	AA	AR	RU	Total
Avalázere	-	2	-	2
Ansião	-	2	-	2
Castanheira de Pera	-	1	-	1
Figueiró dos Vinhos	-	1	-	1
Góis	-	-	-	-
Lousã	7	2	1	10
Pampilhosa da Serra	-	-	-	-
Pedrógão Grande	-	5	-	5
Penela	-	1	-	1
Vila Nova de Poiares	-	3	1	4
Avalázere e Figueiró dos Vinhos	-	1	-	1
Sistema APIN	1	1	1	3
Total	8	19	3	30

De referir que a obra Renovação dos sistemas de drenagem de águas residuais – Subsistema de Saneamento da Lousã/Póvoa relativa à operação POSEUR-03-2012-FC-001335, concluída em 2022 com um custo total de € 190,9 mil, viu o seu apoio ter sido revogado por parte do POSEUR.

As 30 candidaturas aprovadas refletem um investimento de cerca de € 39,6 milhões, já com o impacto das revisões de preços, ao qual corresponde um apoio comunitário de € 24,1 milhões, discriminados por tipologia, de acordo com o seguinte quadro:

Quadro 5 - Candidaturas aprovadas pelo POSEUR por tipologia

	Tipologia	31 de dezembro de 2023		
		Custo Total	Elegível	Fundo Coesão *
AA	Fecho de Sistemas	771 683 €	639 501 €	570 431 €
	Qualidade da Água (ETA)	356 736 €	356 736 €	292 625 €
	Redução de Perdas	5 333 220 €	3 654 994 €	1 912 169 €
	Subtotal	6 461 639 €	4 651 231 €	2 775 225 €
AR	Fecho de Sistemas	29 779 051 €	21 959 934 €	18 654 065 €
	Renovação de Sistemas	445 643 €	444 665 €	377 965 €
	Reforço e Melhoria dos meio móveis	472 751 €	472 751 €	401 838 €
	Subtotal	30 697 445 €	22 877 399 €	19 433 868 €
RU	Bioresíduos	991 104 €	824 741 €	701 030 €
	Porta-a-Porta	78 801 €	70 450 €	59 883 €
	Compostagem	1 346 515 €	1 346 515 €	1 144 538 €
	Subtotal	2 416 420 €	2 241 706 €	1 905 450 €
TOTAL		39 575 504 €	29 770 336 €	24 114 542 €

* Apoio Total do Fundo de Coesão com Overbooking Condicionado

Do total das candidaturas que estavam aprovadas pelo POSEUR, existem 10 empreitadas no valor de € 8,5 milhões, em que os Concursos Públicos ficaram consecutivamente desertos.

Estes investimentos serão submetidos ao próximo ciclo urbano da água que será gerido pelos Programas Operacionais Regionais.

5.5 Candidatura ao Fundo Ambiental

No âmbito do programa Recolha BIO do Fundo Ambiental, ao qual a APIN efetuou três candidaturas em outubro de 2022, teve como principal objetivo a implementação de projetos que tenham um contributo positivo para o aumento da quantidade e qualidade da reciclagem dos resíduos, com particular ênfase nos biorresíduos, promovendo a redução da deposição de resíduos em aterro.

Foram submetidas duas candidaturas ao Fundo Ambiental, através da Comunidade Intermunicipal de Leiria e uma candidatura através da Comunidade Intermunicipal de Coimbra.

A tabela seguinte apresenta um resumo dos artigos que fizeram parte das candidaturas por cada uma das Comunidades Intermunicipais:

Quadro 6 – Fundo Ambiental - Biorresíduos

Candidatura	Recolha Seletiva de Biorresíduos n.º 203	Recolha Seletiva de Biorresíduos n.º 205	Recolha Seletiva de Biorresíduos n.º 211	Total
Área de intervenção	Ansião e Alvaizere	Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande	Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Penela e Vila Nova de Poiares	-
Contentores de 120 Litros (n.º)	27	38	71	136
Baldes 7 litros (n.º)	297	407	781	1 485
Viaturas elétricas (€) *1	95 413 €	83 286 €	262 623 €	441 321 €
Sistema de Software *2	2 711 €	2 733 €	5 460 €	10 904 €

*1 - 4 viaturas elétricas (2 com sistema de lavagem) + 1 reboque com plataforma elevatória e 1 reboque com eixo fixo de transporte de contentores e 4 reboques para recolha de resíduos

*2 - inclui um tablet por viatura, a integração num sistema de gestão de dados de recolha e a instalação do Tag RFID nos contentores de biorresíduos

As viaturas elétricas, e respetivos reboques de recolha de resíduos, assim como os reboques de transporte de contentores foram entregues em outubro de 2023.



Em 2024 serão entregues os contentores, os baldes de 7 litros, assim como, os tablets para registo de dados. Será também implementada a distribuição dos contentores de 120 litros, assim como, capacitar a população alvo, no âmbito do Projeto Recolha BIO.



6 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Todo o esforço que foi realizado nas várias áreas da Empresa, desde as operacionais às de gestão e apoio à gestão completaram mais um ano extremamente exigente, desde logo devido à necessidade de concluir todas as obras financiadas pelo POSEUR nos prazos pré-estabelecidos. Muito do trabalho realizado e dos objetivos atingidos em 2023 terão impactos assinaláveis na qualidade do serviço que a APIN prestará à comunidade.

Os principais acontecimentos e fatores que influenciaram a performance da empresa em 2023 foram os seguintes:

- Em 2023 a APIN recebeu € 12,5 milhões em comparticipações no âmbito do POSEUR.
- No decorrer de 2023 foi celebrado 1 contrato referente a uma empreitada em Figueiró dos Vinhos e 1 contrato de publicidade e divulgação do projeto BIO APIN, contemplados nas operações cofinanciadas pelo POSEUR. O valor total ascende a € 1,2 milhões (sem IVA) que corresponde a um apoio comunitário no valor de € 370,8 mil.



- Na área do serviço de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, foram iniciadas 6 empreitadas durante o ano de 2023 (concluídas ainda em 2023) e concluídas 36



empreitadas, cofinanciadas pelo POSEUR, em diferentes municípios (não considerando a obra da Eficiência Hídrica).

- d) Em junho e outubro de 2023 foram adquiridas duas viaturas de limpeza de fossas pelo valor global de € 384,4 mil que teve apoio comunitário de 85%.
- e) Em outubro de 2023 a APIN adquiriu quatro viaturas elétricas no valor global de € 441,3 mil com o apoio de € 368,1 mil por parte do Fundo Ambiental. Estas viaturas servirão de apoio para a recolha de biorresíduos.
- f) Em novembro 2023 deu-se inicio ao projeto BIO-APIN - recolha seletiva de lixo orgânico no concelho da Lousã, nomeadamente nas freguesias das Gândaras, União das freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio e União das freguesias de Lousã e Vilarinho. Esta operação representou um investimento de cerca de € 991 mil com um apoio comunitário de € 701 mil.



- g) Em novembro de 2023 a APIN concluiu uma das obras mais relevantes ao nível do abastecimento de água, o projeto da Eficiência Hídrica cofinanciado pelo POSEUR no valor de € 1,8 milhões, cujo objetivo é reduzir as fugas e os desperdícios de água, contribuindo desta forma para um melhor serviço de distribuição de água para os clientes da APIN.
- h) Em 2023 verificou-se um aumento do número de clientes de água (+ 396). Registou-se igualmente a subida do número de clientes de saneamento (+ 769), refletindo, assim, as novas integrações na rede de saneamento.
- i) Em dezembro de 2023 foi angariada uma linha de financiamento bancário no valor de € 4,5 milhões tendo como objetivo o pagamento da contrapartida nacional das obras subsidiadas pelo POSEUR e Fundo Ambiental.



- (Signature)*
- et*
- J.*
- C. da Costa*
- P.*
- P. Almeida*
- j) Tal como sucedeu no ano de 2022, ao longo de 2023 a APIN empenhou-se na deteção de ligações diretas à rede de abastecimento, com objetivo de travar a disseminação dos usos não autorizados - foram detetadas 8 ligações diretas. Nestes casos, a metodologia passa pelo corte imediato do fornecimento de água, e pela comunicação formal às autoridades competentes para o respetivo procedimento criminal. Os ilícitos mais comuns referem-se a ligações diretas a ramais, antes dos contadores de água, violação do contadores e acessos através de bocas de incêndios.
 - k) O Município de Penacova iniciou em junho de 2021 um processo de arbitragem rápida questionando a validade do Contrato de Gestão Delegada celebrado entre a APIN e os Municípios, o qual correu junto do Centro de Arbitragem Comercial sob o Processo n.º 15/2021/INS-RAP/ASB. O Processo foi objeto de Sentença Arbitral proferida em 23 de novembro de 2023, nos termos da qual foi decidido declarar a validade do Contrato de Gestão Delegada, bem como condenar o Município de Penacova a pagar à APIN a importância que resultar da diferença entre: 1) o montante da compensação fixado no Estudo da "RPG, Regulation, Performance and Governance, Lda." e; 2) o montante das receitas obtidas pela APIN, desde 1 de janeiro de 2021 até à data do indispensável acerto de contas entre as partes, provenientes dos municípios de Penacova, correspondentes à prestação dos serviços a que o Sistema respeita, deduzidos os custos associados à prestação desses serviços. Ao montante assim apurado acrescerão outros custos: 1) o montante dos custos suportados pelo Município de Penacova, desde 1 de janeiro de 2021 até à data antes referida, que possam ser imputados à manutenção do município de Penacova no Sistema e; 2) o montante que caiba receber ao município de Penacova, correspondente ao valor da sua participação no capital da APIN.



Na presente data a Sentença Arbitral já transitou em julgado, encontrando-se a APIN a efetuar o apuramento do valor final a reclamar junto do município de Penacova.



7 ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE

7.1 Enquadramento

A preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida e à equidade no acesso aos serviços básicos associados, a par da promoção do bem-estar, através da melhoria da qualidade de vida das pessoas e do equilíbrio ambiental, representam os valores fundamentais assumidos pela APIN.

As atividades de abastecimento de água, de tratamento e valorização de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos são fundamentais para o desenvolvimento económico, social e ambiental.

A APIN desenvolve a sua atividade de interface entre a sociedade e o ambiente contribuindo para a resolução de questões que melhoram a qualidade de vida das populações, não comprometendo assim as gerações futuras.

Sustentando a sua atuação num compromisso de promoção da melhoria do capital natural e humano em benefício das populações atuais e das gerações futuras, a APIN assume a sustentabilidade nos alicerces da sua estratégia de gestão, enquanto potenciadora da criação de valor para todas as partes interessadas.

7.2 Linhas Estratégicas

Tendo em vista o cumprimento da missão, da visão e dos objetivos da APIN, serão garantidas as condições financeiras que permitam a sustentabilidade operacional da empresa, nomeadamente ao nível dos custos de exploração e investimento.

Sem comprometer os pressupostos que conduziram à criação da empresa e que delimitaram os objetivos definidos, os órgãos executivos irão procurar implementar medidas que irão contribuir para as orientações estratégicas assim explanadas:

- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão da empresa;
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável;
- Garantir a acessibilidade aos serviços de água, saneamento e recolha de resíduos, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações;
- Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço;
- Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade;
- Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para questões sociais;

- Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico;
- Reduzir as perdas de água aumentando os níveis de eficiência na gestão deste recurso;
- Diminuir as afluências indevidas à rede de saneamento, nomeadamente as águas pluviais;
- Prestar um serviço de alta qualidade, assente no estabelecimento de uma cultura de melhoria contínua que consolida a gestão dos processos e que promova a eficiência do desempenho e modelo de gestão;
- Aumentar a eficiência na gestão, através de um conjunto de ferramentas que permitam a otimização de circuitos, a gestão de frotas e a gestão da caracterização de resíduos;
- Investir no desenvolvimento dos colaboradores;
- Garantir a igualdade de oportunidades;
- Garantir a segurança e saúde no trabalho;
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz;
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal;
- Garantir a acessibilidade económica das famílias, através de prática de tarifário sustentável (tarifário social e familiar).



8 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Em consonância com a estrutura organizacional, foi dimensionada a estrutura de pessoal, tendo em consideração:

- O pessoal afeto aos serviços de águas e resíduos em cada município;
 - As necessidades específicas da estrutura agregada;
 - A otimização e eficiência dos serviços.

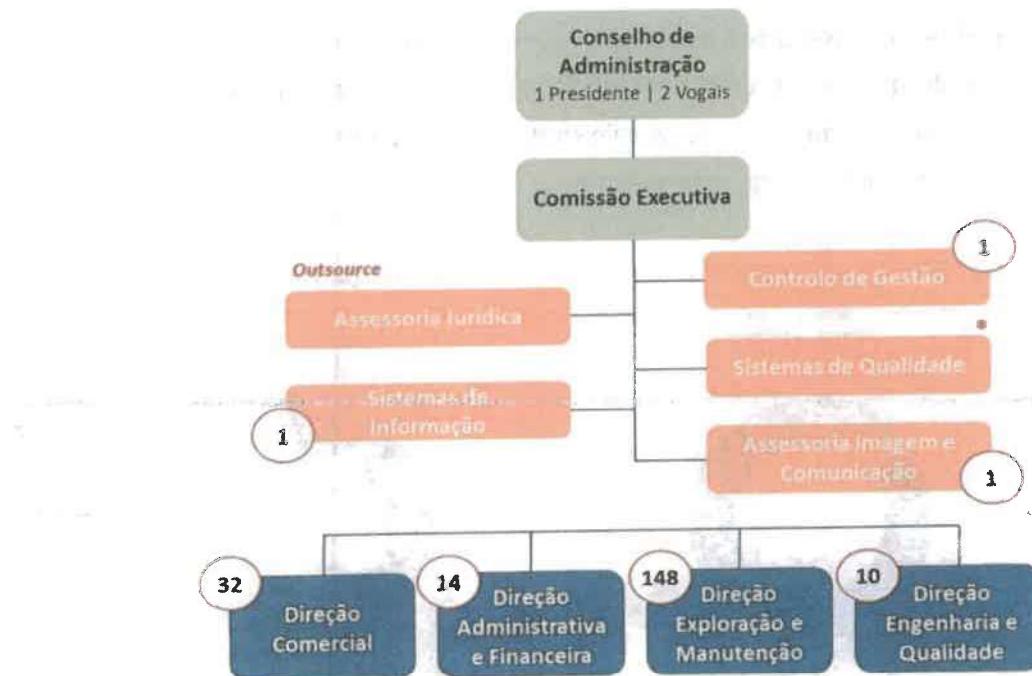
Adicionalmente, atendeu-se à organização regional, adequando a estrutura funcional aos diferentes níveis de descentralização – Polos e Centros Operacionais.

Assim, o número de postos de trabalho ativos a 31 de dezembro de 2023, detalham-se da seguinte forma:

- Sede: 33 colaboradores;
 - Polos Operacionais: 93 colaboradores;
 - Centros Operacionais: 81 colaboradores.

Até 31 de dezembro de 2023 estavam ocupados 207 postos de trabalho, distribuídos da seguinte forma:

Figura 5 - Número de colaboradores

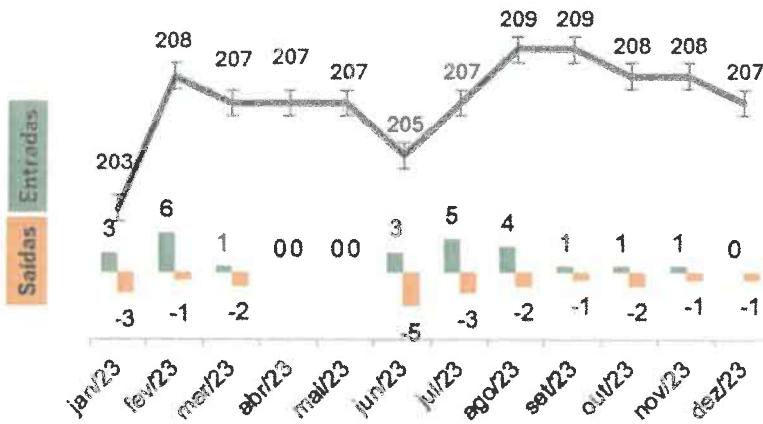


• acumula funções na Direção de Engenharia e Qualidade

A estrutura dos Recursos Humanos da APIN resultou da integração de trabalhadores provenientes dos municípios, em regime de “Acordo de Cedência por Interesse Público”, e da contratação de técnicos especializados com o intuito de fortalecer as competências da atividade operacional da empresa e também de suporte à Administração.

O gráfico seguinte apresenta a evolução do número de trabalhadores no decorrer do ano de 2023.

Gráfico 5 - Evolução do número de colaboradores

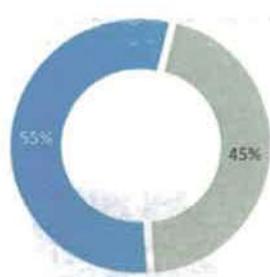
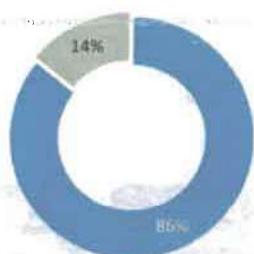


A análise dos Recursos Humanos no que respeita ao género revela uma maior representação do género masculino nas atividades de cariz mais operacional. Nas atividades associadas à estrutura da empresa (administrativas), a representação é mais equilibrada, tal como se pode verificar nos seguintes gráficos:

Gráfico 6 - Distribuição por género do total de colaboradores Gráfico 7 - Distribuição por género em funções administrativas

• Homens • Mulheres

• Homens • Mulheres



A média de idades dos colaboradores da APIN, à data de 31 de dezembro de 2023, era de 45 anos, distribuída pelos seguintes níveis etários:

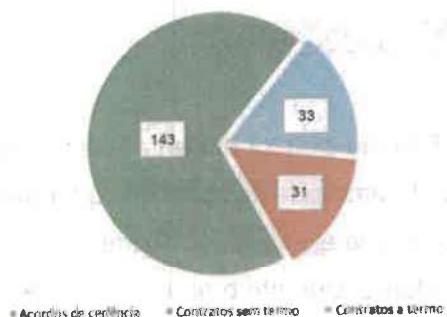
(Handwritten signature)
(Handwritten signature)
(Handwritten signature)
(Handwritten signature)

Quadro 7 - Idade dos colaboradores por escalões etários

Escalões Etários	Homens	Mulheres	Total
<20	1	0	1
21-29	17	4	21
30-39	32	7	39
40-49	46	13	59
50-59	62	5	67
>60	20	0	20
Total	178	29	207

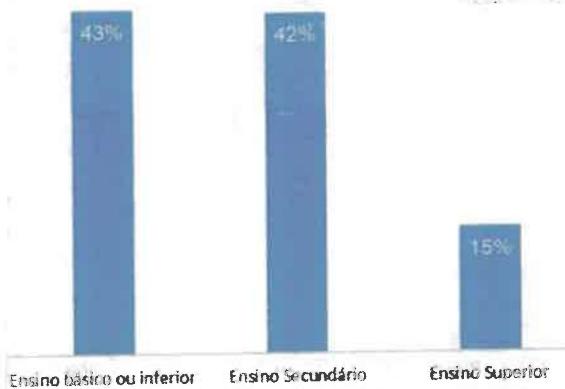
Atualmente existem três tipos de contrato: acordo de cedência, contrato a termo e contrato sem termo. O número de trabalhadores no final de dezembro de 2023, por tipo de contrato, encontrava-se assim repartido:

(Handwritten signature)
Gráfico 8 - Colaboradores por tipo de contrato de trabalho



As habilitações literárias dos colaboradores da APIN estão distribuídas da seguinte forma:

(Handwritten signature)
Gráfico 9 - Habilidades literárias



A formação profissional, enquanto instrumento de valorização das competências técnicas, sociais e de gestão dos colaboradores é um dos pilares de gestão de recursos humanos da APIN, encontrando-se consolidadas as rotinas de formação e desenvolvimento dos colaboradores.

Em 2023 foram desenvolvidas 31 ações de formação que gerou um volume total de formação de 2.049 horas.

A distribuição por tipo de formação é a seguinte:

(Assinatura) Quadro 8 - Horas de formação

Tipo de Formação	Nº Horas de Formação
Língua inglesa	500
Utilização de motosserras e motorroçadoras	424
CAM/CQM - certificado de aptidão de motorista de mercadorias	385
Indicadores 2022 + Formação SIC	114
Operação de veículos com braço hidráulico	96
Condução e manobração de empilhadores	80
Operação e manutenção de válvulas e ventosas	72
NAVIA (software de gestão operacional)	65
Secretariado e assessoria	50
Cuidados com o frio	41
Bootcamp fortinet NSE 4 - Fortios 7.0	40
Programa avançado de valorização de recursos e resíduos	32
Outros	150
Total	2 049

No ano 2023 a APIN registou 22 acidentes de trabalho, sendo que destas ocorrências 4 foram incidentes, ou seja, foram acidentes sem qualquer dano físico, apenas material.

Para promoção da saúde e segurança no trabalho a APIN assegura serviços de medicina no trabalho aos colaboradores. Durante o ano de 2023 realizaram-se 136 exames, distribuídos da seguinte forma: exames periódicos: 107; exames ocasionais: 6; exames de admissão: 23.



9 PROJETOS ESTRUTURANTES

No capítulo que se segue, identificamos os projetos estruturantes da APIN executados ou que se encontram em fase de implementação.

9.1 Abastecimentos de Água

• Eficiência Hídrica - redução de perdas de água

A APIN iniciou em abril de 2022 as obras do projeto da área da Eficiência Hídrica integrado no Plano Estratégico de Controlo de Perdas do Sistema de Abastecimento de Água.

Este investimento, de cerca de € 5,3 milhões (considerando a componente de revisão de preços), é transversal aos concelhos que integram a APIN e tem como objetivo primordial, controlar e reduzir perdas nos sistemas de distribuição e adução de água. Este projeto inclui a instalação de medidores de nível nos reservatórios e medidores de pressão nas Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC) instaladas nas redes de distribuição, bem como a substituição de condutas com perdas elevadas e o uso de software de telemetria (para a monitorização de perdas e fugas - NAVIA).



Está contemplada a introdução de equipamentos de controlo, medição e telegestão para a antecipação de fugas de água, permitindo deste modo, reduzir as perdas nos sistemas de distribuição, o que se traduz numa maior qualidade do serviço prestado aos municípios e num menor desperdício de água.

A obra terminou no final de novembro de 2023, encontrando-se em fase de resolução de alguns pontos que não se encontravam concluídos na vistoria realizada para efeitos de Receção Provisória da Obra.

À data 98% dos caudalímetros instalados nos pontos de monitorização estão a enviar dados, a fim de se fazer a análise dos mesmos para identificar locais com perdas elevadas.

A aposta na eficiência hídrica é uma necessidade urgente a nível global. Até chegar ao consumidor final, há uma grande quantidade de água que se perde, através de fissuras ou roturas que possam surgir durante o transporte.

9.2 Saneamento de Águas Residuais

Aquisição de duas viaturas de limpeza de fossas

Em setembro de 2021 a APIN submeteu a candidatura para aquisição de duas viaturas de limpeza de fossas com uma comparticipação comunitária de 85%, tendo em vista a renovação da frota existente mais antiga, bem como permitir aumentar a capacidade de resposta através de meios móveis próprios ao invés de subcontratar o serviço.

Neste sentido, a APIN adquiriu duas viaturas com capacidade de recolha e transporte de 3 m³ e 9 m³. As viaturas foram entregues a 21 de junho de 2023 (marca IVECO de 3 m³) e a 23 de outubro de 2023 (marca MAN de 9 m³).

Viatura IVECO 3 m³



Viatura MAN 9 m³



O valor da viatura IVECO foi de € 114,5 mil enquanto o valor da viatura MAN foi de € 269,9 mil (valores sem IVA).

Estas aquisições justificam-se pela necessidade do aumento da autonomia operacional da empresa face à atual dependência externa no que respeita aos serviços de limpeza e transporte de águas residuais urbanas recolhidas tanto em fossas particulares como coletivas, bem como a diminuição do tempo de resposta face às solicitações mitigando, desta forma, a possibilidade de ocorrência de transbordos e consequentes infiltrações.

9.3 Gestão de Resíduos Urbanos

Em relação aos projetos executados ou que se encontram em fase de implementação na APIN, no âmbito da gestão de resíduos, contribuindo para o cumprimento das metas nacionais e internacionais, destacam-se os seguintes:



● Recolha de resíduos porta-a-porta – Projeto piloto

No âmbito do projeto Recolha Porta-a-Porta, intitulado de “Valorização de Resíduos Urbanos”, cujo objetivo é a valorização de materiais recicláveis, como o papel/cartão, embalagens plásticas e de metal, bem como o vidro, o qual foi implementado na freguesia de Lavegadas, na zona industrial e estabelecimentos comerciais em Vila Nova de Poiares, no segundo semestre de 2022, foi dado a respetiva continuidade em 2023.

Foram contabilizados no total 171 toneladas de resíduos recicláveis, dos quais 99 toneladas de papel e cartão, 31 toneladas de embalagens plástica e metálicas e 41 toneladas de vidro, refletindo um aumento de cerca de 92% face aos quantitativos recolhidos em 2022 (89 toneladas).

Quanto ao número de aderentes ao projeto, importa referir que foi efetuado um novo levantamento *in loco*, assim, no final do ano de 2023 estavam registados 73 aderentes domésticos (mais 16 face ao final do ano de 2022) e 88 não domésticos, mantendo-se, deste modo o mesmo número de clientes não domésticos.

Este projeto resulta de um protocolo em colaboração com a APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental) de Vila Nova de Poiares, em que os utentes efetuam a recolha e a respetiva separação dos resíduos, os quais são colocados nos equipamentos disponíveis nas instalações da associação. De referir que os equipamentos são dois compactadores, um para a fileira do papel/cartão, outro para a fileira das embalagens e um *multibenne* para as embalagens de vidro. Todos os materiais são recolhidos pela Entidade ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A. (ERSUC), sendo posteriormente encaminhados para valorização.

A APIN irá continuar a colaborar na cedência de sacos plásticos para que os aderentes possam efetuar a separação correta dos resíduos valorizáveis nas suas habitações, estabelecimentos comerciais e empresas.



 Sistema de compostagem doméstica para reduzir lixo em aterros

Em novembro de 2022 iniciámos a implementação do projeto SIC APIN – Sistema Intermunicipal de Compostagem com o objetivo de sensibilizar e formar os municípios para a adoção de uma metodologia simples de valorização orgânica, minimizando a deposição de resíduos com valorização em contentores de resíduos indiferenciados, minimizando custos da aquisição de fertilizantes artificiais, contribuindo para uma economia sustentável. O projeto foi dividido em duas partes, a primeira direcionada para Escolas e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) da área de intervenção, tendo em conta os 116 compostores comunitários, e a segunda fase abrangendo os clientes domésticos, prevendo-se a entrega de 27.504 compostores.

Já no final de novembro de 2022, efetuámos as primeiras ações de sensibilização e formação, em Escolas e IPSS locais, com a respetiva entrega de compostores comunitários. Foram realizadas no total em 2022, 9 ações de sensibilização e formação e entregues 13 compostores comunitários, nos Municípios de Pedrógão Grande e Castanheira de Pera.

No decorrer de 2023 foi dada continuidade à implementação do projeto, tendo sido realizadas no total 73 ações de sensibilização e formação em Escolas e IPSS, e entregues 63 compostores.

Quadro 9 – Clientes Não Domésticos - Número de ações de sensibilização e formação

Ano	Município	Nº ações sensibilização e formação	N.º compostores (Escolas e IPSS)
2022	Castanheira de Pera	5	5
	Pedrógão Grande	4	8
	Total 2022	9	13
	Alvaiázere	11	11
	Ansião	16	15
	Castanheira de Pera	7	3
	Figueiró dos Vinhos	7	8
2023	Góis	6	5
	Lousã	2	2
	Pampilhosa da Serra	4	4
	Penela	9	4
	Vila Nova de Poiares	11	11
	Total 2023	73	63
	Total Geral	82	76

As ações foram dirigidas para alunos, professores e funcionários, mediante a disponibilidade de horário das respetivas instituições. Todas as ações foram articuladas com os respetivos municípios e as instituições aderentes ao projeto.

Considerando que no projeto estão previstas a entrega total de 116 compostores comunitários nos 11 municípios, até à presente data de elaboração deste Relatório, a primeira

fase do projeto SIC APIN encontra-se com 66% de execução. Importa referir que os dados incluem o município de Penacova, estando previstos para Penacova 21 compostores comunitários.



No início do segundo trimestre de 2023 iniciámos as ações de sensibilização e formação para os clientes domésticos, com a entrega imediata de compostores domésticos. Importa referir que o agendamento das ações foi efetuado sempre em colaboração com os Municípios e as respetivas Juntas de Freguesia, de forma enquadrar o projeto, criar proximidade, e simultaneamente solicitar apoio na divulgação das ações junto dos municíipes. As ações decorreram maioritariamente em sedes de Juntas de Freguesia, no entanto, os locais foram definidos considerando o conhecimento do meio envolvente, os eventos socioculturais previamente agendados, e não menos importante, a facilidade de mobilização em zonas rurais.

A tabela seguinte apresenta um resumo, do número de ações efetuadas por município e a totalidade de compostores entregues, nas respetivas ações de sensibilização e formação:



out *9*
2023 *A. L. M.*

Quadro 10 - Clientes Domésticos - Número de ações de sensibilização e formação

Município	N.º ações de sensibilização e formação realizadas	Total de compostores entregues
Alvaiázere	6	205
Ansião	10	347
Castanheira de Pera	2	103
Figueiró dos Vinhos	4	151
Góis	3	184
Lousã	2	30
Pampilhosa da Serra	9	168
Pedrógão Grande	4	122
Penela	5	145
Vila Nova de Poiares	12	412
Instalações da APIN	-	149
Total Geral	57	2016

De forma a agilizar a entrega de compostores aos clientes que queiram aderir ao projeto, os colaboradores internos da APIN foram capacitados para formar e esclarecer dúvidas sobre o *modus operandi* do processo de compostagem e desta forma entregar o compostor em algumas das instalações da APIN, designadamente, na loja de atendimento ao cliente em Penela, no centro operacional da Pampilhosa da Serra, no centro operacional da Lousã e no centro operacional de Figueiró dos Vinhos. Durante o ano de 2023 foram entregues no total 2.198 compostores domésticos.

Para uma análise mais precisa da taxa de execução do projeto SIC APIN, a tabela seguinte, apresenta a totalidade do número de compostores previstos na candidatura, face ao número de equipamentos entregues em 2023:

Quadro 11 - Taxa de execução da entrega dos compostores

Município	N.º compostores previstos em candidatura	N.º compostores domésticos entregues	Taxa de execução
Alvaiázere	2 861	238	8%
Ansião	4 209	408	10%
Castanheira de Pera	1 359	92	7%
Figueiró dos Vinhos	2 430	208	9%
Góis	2 585	221	9%
Lousã	599	19	3%
Pampilhosa da Serra	2 830	229	8%
Pedrógão Grande	1 828	141	8%
Penacova	4 175	12	0%
Penela	2 350	245	10%
Vila Nova de Poiares	2 278	385	17%
Total Geral	27 504	2 198	8%

Apesar do esforço, dedicação e empenho na implementação do projeto, em colaboração com as entidades locais, nomeadamente, os municípios e as Juntas de Freguesias e envolvendo para além dos recursos externos (Empresa SUMA – Serviços Urbanos e Maio Ambiente, S.A.), recursos internos da APIN do sector dos resíduos, bem como dos sectores comercial e da comunicação, houve necessidade de delinear uma nova estratégia para a entrega dos compostores nos municípios, a qual será implementada em colaboração com os municípios no início de 2024.



● Bio Resíduos - recolha seletiva de lixo orgânico no concelho da Lousã – Projeto Piloto

O objetivo da operação BIO-APIN consiste na recolha seletiva de biorresíduos com vista ao aumento da meta de preparação para reutilização e reciclagem, nomeadamente através da valorização do composto orgânico e produção de energia. A operação abrange um total de 9.147 alojamentos, representando 98% dos alojamentos existentes na área de intervenção (freguesia das Gândaras, União das freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio e União das freguesias de Lousã e Vilarinho) representando cerca de 15.419 habitantes. Neste projeto não está incluída a freguesia de Serpins (incluída no projeto SIC APIN). O projeto contempla a aquisição de 286 Ecoboxes, 9.067 baldes, 80 contentores de 140 litros, a aquisição de 2 viaturas pesadas de recolha de resíduos orgânicos, e ainda inclui ações de sensibilização e formação do público-alvo.

A APIN considerou duas fases distintas de implementação do projeto, tendo dado prioridade à entrega de contentores de 140 litros para os estabelecimentos de restauração e bebidas e hotelaria, capacitando simultaneamente os aderentes ao projeto. Assim, em novembro de 2023, registou-se no total 35 aderentes ao projeto, com a entrega no total de 48 contentores de 140 litros, para a recolha de biorresíduos. Importa ressalvar, que foram efetuadas na sua totalidade 57 visitas aos estabelecimentos, de acordo com a identificação de todos os estabelecimentos alvo, em colaboração com o município da Lousã, conforme quadro que se segue:

Quadro 12 - Número de visitas aos estabelecimentos

Lugar	Visita	N.º locais visitados
Casal de Ermio	Aderente	1
Foz de Arouce	Aderente	2
Freixo	Aderente	1
Levegadas	Aderente	1
Lousã	Aderente	25
Lousã	Recusa	16
Lousã	Sem Sucesso	1
Padrão	Aderente	3
Padrão	Recusa	2
Padrão	Sem Sucesso	1
Pegos	Recusa	1
Vilarinho	Aderente	1
Gândaras	Aderente	1
Gândaras	Recusa	1
Total Geral		57

A recolha de biorresíduos nas freguesias abrangentes do projeto iniciou-se em dezembro de 2023, com a entrega de contentores de 140 litros nos estabelecimentos aderentes.



Quanto à segunda fase do projeto, decorreu simultaneamente com a primeira fase, tendo como principal foco na fase de arranque, a divulgação do projeto e inscrições de potenciais aderentes de clientes domésticos, num dos maiores eventos do município da Lousã, a Feira do Mel e da Castanha, ainda no mês de novembro de 2023. Em dezembro de 2023 foi efetuada mais uma ação de sensibilização no Parque Municipal de Exposições da Lousã.

A tabela seguinte permite visualizar as ações efetuadas em 2023, assim como o número de aderentes ao projeto:

Município	Dia	Local	N.º aderentes	N.º cartões e baldes entregues
Lousã	17-11-2023			
	18-11-2023	Parque Municipal de Exposições da Lousã - Feira	96	-
	19-11-2023	do mel e da Castanha		
	09-12-2023		214	231
Loja de atendimento na Lousã			-	32
Total			310	263

No decorrer do mês de dezembro de 2023 foram instaladas 134 Ecoboxes em espaços públicos, de forma a abranger os clientes domésticos. Os locais selecionados de acordo com os requisitos necessários para a sua instalação, evitando possíveis anomalias nos equipamentos.

A taxa de execução do projeto em 2023 foi de 47% no número de Ecoboxes instaladas em espaço público, de 3% no número de baldes e cartões de acesso às Ecoboxes e de 60% de contentores de 140 litros entregues em estabelecimentos de restauração, bebidas e hotelaria.

No ano de 2024 será dada continuidade na implementação do projeto, estando previstas duas ações de capacitação do público-alvo, com entrega de baldes e cartões de acesso às Ecoboxes, nas três freguesias da Lousã.





Projeto de otimização de circuitos

A otimização de circuitos de recolha de resíduos sólidos urbanos na área de intervenção da APIN, com vista à redução de custos, nomeadamente, ao nível do consumo de combustíveis fósseis, decorre desde junho de 2022. Do total de circuitos semanais efetuados no início de atividade da APIN pelas equipas de recolha de resíduos, reduzimos de 87 para 75, com incidência nos municípios de Ansião, Figueiró dos Vinhos, Lousã, Penela e ainda circuitos efetuados maioritariamente no verão (Polo 2).

Considerou-se a necessidade de implementar duas fases distintas neste processo, mas que caminham “lado a lado”, designadamente:

- **Fase 1:** definição de novos circuitos considerando a proximidade e distribuição geográfica dos pontos de recolha de resíduos urbanos, e respetiva periodicidade, assim como, ajustar os tempos disponíveis ao horário das equipas.
- **Fase 2:** reduzir os pontos de recolha porta-a-porta, com a relocalização de contentores existentes nas proximidades ou através do reforço de contentores para aumentar a volumetria disponível.
- **Fase 3:** verificação de eventuais alterações de comportamentos de clientes e caso necessário, reforço da capacidade de armazenamento.

A relocalização de contentores ou o reforço dos mesmos para deposição de resíduos indiferenciados, através do aumento de volumetria é um processo que tem tido expansão na área de intervenção da APIN, e qual só é possível mediante a disponibilidade de contentores para substituição ou aumento de volumetria de alguns locais.

Importa referir que no último trimestre de 2023 todas as equipas afetas ao departamento de resíduos começaram a registar os dados diários de pesagens de resíduos, quilómetros efetuados, níveis de enchimento dos contentores, anomalias nos contentores ou outras situações que impedem a recolha normal dos resíduos, através da utilização de tablets. O software adquirido no âmbito do projeto BIO/APIN, designado de 360 Waste, permite uma análise de gestão de dados num todo, o que não era possível, até à data, pela dispersão de informação e falta de regtos. A ferramenta irá permitir de forma mais célere uma análise qualitativa e quantitativa dos circuitos, auxiliando no processo de otimização de circuitos, minimizando os custos associados.

A APIN tem como missão a disponibilização de um serviço de recolha de resíduos equitativo para todos os nossos clientes, mas também criar proximidade com os mesmos, mantendo um compromisso de melhoria continua dos processos.

10 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A atualização do cenário macroeconómico caracteriza-se pela elevada incerteza, associada à persistência do conflito militar que opõe a Rússia à Ucrânia, à debilidade das perspectivas económicas projetadas para os principais parceiros da economia portuguesa e por uma política monetária restritiva em resultado da subsistência de pressões inflacionistas.

A par da anómala subida dos preços das matérias-primas, da energia e dos materiais de construção, a falta de capacidade instalada e de mão de obra, são dos principais constrangimentos que sucedem em empresas do setor da construção e obras públicas, que assume especial criticidade na zona do Pinhal Interior.

No quadro que se segue, apresentam-se os dados macroeconómicos perspetivados para a economia portuguesa:

Quadro 13 - Cenário macroeconómico 2022-2024

	2022	2023 Projeção	2024 Projeção
PIB e componentes da despesa (taxa de crescimento real, %)			
PIB	6,8	2,1	1,2
Consumo privado	5,6	1,0	1,0
Consumo público	1,4	1,1	1,0
Formação bruta de capital fixo	3,0	0,9	2,4
Procura interna	4,4	0,7	1,4
Exportações	17,4	4,3	2,4
Importações	11,1	1,3	2,8
Evolução dos preços (taxa de crescimento %)			
Taxa de inflação (IHPC)	8,1	5,3	2,9
Bens energéticos	23,8	-8,8	3,5
Bens alimentares	11,4	9,2	4,4
Excluindo bens energéticos	6,7	6,6	2,9
Excluindo bens energéticos e alimentares	5,0	5,4	2,3
Evolução do mercado de trabalho (taxa de crescimento %)			
Emprego	1,5	0,8	0,1
Taxa de desemprego	6,1	6,5	7,1
Saldo das balanças (% do PIB)			
Balança corrente e de capital	-0,2	3,0	3,5
Balança de bens e serviços	-1,9	1,2	1,3

Fontes: Banco de Portugal e INE

A economia portuguesa estagnou nos trimestres recentes, e as perspectivas a curto prazo são incertas, predominando os riscos em baixa, o que reflete a fraqueza da procura externa, os efeitos cumulativos da inflação e a maior restitutividade da política monetária, que se transmitiu às condições de financiamento dos agentes económicos. A fraqueza da atividade reflete o impacto

da subida das taxas de juro e o abrandamento da procura externa, a par da dissipação do impulso associado à retoma pós-pandémica do turismo e à recuperação do choque sobre os termos de troca. As perspetivas são condicionadas pela incerteza dos novos focos de tensões geopolíticas e da situação política nacional. No entanto, subsistem fatores de resiliência no mercado de trabalho, no estímulo dos fundos europeus e na competitividade de alguns sectores-chave. A redução da inflação contribui, juntamente com a dinâmica do emprego e salários, para suportar o rendimento real das famílias.

Após crescer 2,1% em 2023, com uma evolução contida do crescimento em cadeira na segunda metade do ano, prevê-se que o PIB cresça 1,2% em 2024. Este crescimento do PIB assentará sobretudo na procura interna, num contexto em que se antecipa um menor dinamismo das exportações, particularmente de bens, fruto de uma conjuntura internacional mais adversa.

O Banco de Portugal projeta um crescimento da economia portuguesa para 2,1% em 2023 (6,8% em 2022), projetando-se um abrandamento para 1,2% em 2024. A economia portuguesa estagnou nos trimestres recentes e as perspetivas a curto prazo são incertas, predominando os riscos em baixa. A fraqueza da atividade reflete o impacto da subida das taxas de juro e o abrandamento da procura externa, a par da dissipação do impulso associado à retoma pós-pandémica do turismo e à recuperação do choque sobre os termos de troca. As perspetivas são condicionadas pela incerteza dos novos focos de tensões geopolíticas e da situação política nacional. No entanto, subsistem fatores de resiliência no mercado de trabalho, no estímulo dos fundos europeus e na competitividade de alguns sectores-chave. A redução da inflação contribui, juntamente com a dinâmica do emprego e salários, para suportar o rendimento real das famílias.

Estima-se que o consumo privado se mantenha equivalente em 2023 e 2024 (1,1%), prevendo-se que venha a crescer depois de forma moderada, num contexto de ganhos de rendimento disponível real e de aumento da taxa de poupança. Esta evolução reflete uma dinâmica positiva do mercado de trabalho, o aumento da produtividade e das remunerações, bem como o impacto de um conjunto de medidas de política.

Projeta-se uma desaceleração das exportações para 2,4% em 2024 (17,4% de 2022) e 4,3% de 2023 (projeção). As exportações de bens terão registado uma queda em 2023, acompanhando a fraqueza da procura dos principais parceiros comerciais. A componente de serviços deverá registrar taxas de variação mais moderadas em 2024, após o crescimento elevado em 2023, que refletiu ainda a recuperação pós-pandemia do turismo. Projetam-se ganhos adicionais de quota de mercado nas exportações em 2024, embora inferiores aos observados no passado recente. Os ganhos de quota nos últimos anos foram relativamente abrangentes, mas destaca-se o desempenho do turismo e de alguns setores de maior valor acrescentado. Por outro

lado, as importações terão uma aceleração, consistente com a evolução do conteúdo importado da procura final (mais 1,5 pp).

Relativamente à evolução nos preços, a inflação, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), desacelerou para 5,3% em 2023 e 2,9% em 2024. Este perfil de descida da inflação face a 2022 (8,1%) reflete o impacto acumulado do processo de normalização da política monetária e, em 2024, a contenção das pressões inflacionistas internas reforçada pelo desvanecimento de depressões com origem nos preços internacionais das matérias-primas energéticas, alimentares e industriais.

Num contexto de abrandamento económico, mantém-se a tendência de aumento da taxa de atividade e de emprego para níveis historicamente elevados, assumindo-se que as empresas absorvem parcialmente o choque da desaceleração económica ao invés de reduzir a mão-de-obra.

Os riscos em torno da projeção para a atividade são maioritariamente em baixa, sendo o balanço mais equilibrado para a inflação. O crescimento da atividade em Portugal poderá ser inferior ao projetado caso se materializem os riscos identificados de origem externa:

- 1) um agravamento das tensões geopolíticas, com impacto sobre os preços das matérias-primas e a confiança;
- 2) uma recuperação mais lenta do comércio mundial, num quadro de riscos de fragmentação geoeconómica ou de abrandamento da economia chinesa;
- 3) um impacto superior ao esperado do aperto das condições financeiras;
- 4) uma maior persistência da inflação, traduzindo-se em taxas de juro elevadas por um período mais prolongado.

Os riscos de origem interna estão associados a um cenário de incerteza na condução da política económica e a eventuais atrasos na execução dos fundos europeus. No caso da inflação, os riscos em alta associados a perturbações nos mercados energéticos são compensados pelos riscos em baixa para o crescimento económico com impacto negativo sobre os preços.

Nesta perspetiva, a APIN está determinada em acelerar e reforçar o posicionamento para o futuro, preparando-se para enfrentar e superar os desafios inerentes ao enquadramento macroeconómico atual.



*Ano anterior
Ano corrente
Ano anterior
Ano corrente*

11 ATIVIDADE DA EMPRESA

11.1 Atividade Comercial

A APIN atribuiu forte relevância à melhoria da qualidade dos serviços prestados, nomeadamente à consistência ao nível do processo de faturação, a um atendimento de qualidade, sempre com o propósito de ampliar e melhorar o serviço prestado ao cliente e a sua satisfação. Assim, em 2023 demos continuidade ao compromisso de eficiência suportado pelo desenvolvimento de uma cultura de melhoria contínua.

Apresentamos de seguida alguns indicadores da área comercial.

11.1.1 Clientes

O número de utilizadores associados aos vários serviços que a APIN gere, determina-se pelo número de contratos que se encontram em condições de faturar.

A APIN tinha, a 31 de dezembro de 2023, 60.934 clientes ativos, ou seja, em condições de faturar, dos quais cerca de 18% dizem respeito ao município da Lousã, como se pode observar no quadro que se segue:

Quadro 14 - Contratos ativos

Município	2023	2022	Peso (2023)	Variação
Almiazere	5 254	5 199	9%	1,1%
Ansião	7 940	7 905	13%	0,4%
Castanheira de Pera	2 532	2 509	4%	0,9%
Figueiró dos Vinhos	4 555	4 517	7%	0,8%
Góis	4 352	4 335	7%	0,4%
Lousã	10 833	10 729	18%	1,0%
Pampilhosa da Serra	4 803	4 780	8%	0,5%
Pedrógão Grande	3 407	3 398	6%	0,3%
Penacova	8 751	8 758	14%	-0,1%
Penela	3 853	3 819	6%	0,9%
Vila Nova de Poiares	4 654	4 589	8%	1,4%
Total	60 934	60 538	-	0,7%

Os clientes da APIN encontram-se caracterizados ao nível de tipo de utilização, da seguinte forma:

Quadro 15 - Contratos ativos por tipo de utilização

Tipo de Utilização	2023	2022	Peso (2023)	Varição
Doméstico	49 003	48 963	80,4%	0,1%
Familiar 5 pessoas	118	107	0,2%	10,3%
Familiar 6 pessoas	17	16	0,0%	6,3%
Familiar 7 pessoas	2	2	0,0%	0,0%
Familiar 8 pessoas	2	0	0,0%	0,0%
Familiar 9 pessoas	1	0	0,0%	0,0%
Social Doméstico	5 563	5 378	9,1%	3,4%
Não Doméstico	4 435	4 314	7,3%	2,8%
Estado	41	41	0,1%	0,0%
Instituições	597	598	1,0%	-0,2%
Municípios	976	952	1,6%	2,5%
Juntas de Freguesia	156	146	0,3%	6,8%
Caudalímetros	2	0	0,0%	0,0%
Rede de Incêncio Pública	21	21	0,0%	0,0%
Total	60 934	60 538	-	0,7%

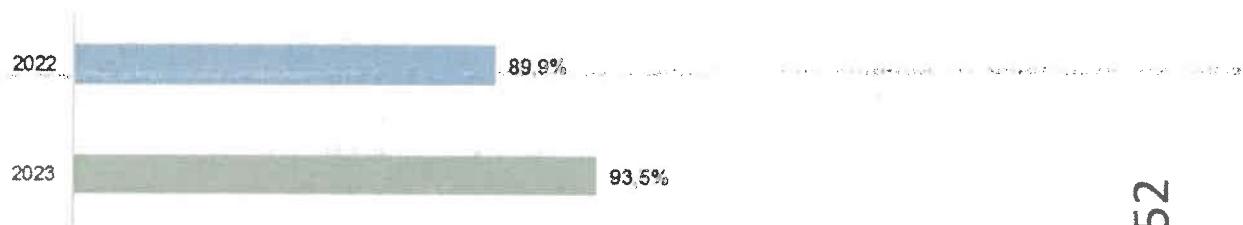
Os clientes domésticos representam cerca de 80% do total de clientes ativos - a 31 de dezembro de 2023. Os tarifários sociais atribuídos atingiram uma percentagem de 9,1%.

No decorrer de 2023 foram detetados vários contadores danificados intencionalmente que originaram a submedição de água faturada, bem como clientes com ligações ilícitas à rede de abastecimento.

11.1.2 Serviço de atendimento telefónico

Durante o ano de 2023 o número de chamadas recebidas, através da linha de apoio ao cliente foi de 35.830, o que significa uma média de 2.986 chamadas mensais. Verificou-se um aumento de 316 chamadas em média por mês, face ao ano de 2022. A taxa de sucesso no atendimento de chamadas à primeira tentativa foi de 93,5%.

Gráfico 10 - Taxa de sucesso de atendimento telefónico



As chamadas não atendidas justificam-se pela concentração de chamadas registadas em períodos específicos, devido a: 1) volume significativo de obras a decorrer em simultâneo, e; 2) falta de água devido a eventos de rotura na rede abastecimento de água.

*Ano anterior 2022
Ano corrente 2023*

11.1.3 Serviço de atendimento presencial

A APIN tem 8 balcões de atendimento presencial ao cliente, 2 em lojas localizadas na Lousã e em Penela, 2 localizados nas lojas do cidadão de Alvaiázere e Ansião e 4 postos de atendimento situados nos municípios de Figueiró dos Vinhos, Góis, Pedrógão Grande e Vila Nova de Poiares.

No ano de 2023 a loja da Lousã registou uma média de 30 clientes por dia, enquanto as lojas de Penela e de Ansião registaram ambas uma média de 12 clientes por dia.

11.1.4 Leituras

Ao longo de 2023 foram realizadas cerca de 633,8 mil leituras, das quais 96,0% foram realizadas pelos leitores. Os clientes comunicaram aproximadamente 13,5 mil leituras (2,1%), privilegiando serviço de comunicação de leituras disponibilizado no site da APIN (39,7%), seguido do contacto telefónico (34,9%) e pelo atendimento presencial nos balcões de atendimento da APIN (25,3%).

Quadro 16 – Número de leituras reais

Modo de leitura	2023	2022	Peso (2023)	Varição
Cliente	13 279	13 482	2,1%	-1,5%
Correiva	1 862	1 918	0,3%	-2,9%
Leitor	608 363	601 363	96,0%	1,2%
Serviço	10 247	10 455	1,6%	-2,0%
Total	633 751	627 218		1,0%

Considerando o potencial de leituras que foram previstas realizar em 2023 pelos leitores, verifica-se uma taxa de sucesso de 96,6%.

11.1.5 Balcão Digital e Envio Eletrónico de Fatura

No balcão digital é possível o cliente observar e interagir sobre os diferentes aspectos do seu contrato. Em 2023 verificou-se um crescente interesse por estes canais, suportado pela adesão à fatura eletrónica e pelo fornecimento de leituras, bem como, pela percepção dos consumos faturados, controlo de cobranças, entre outros.



Figura 6 - Balcão digital

Última Fatura



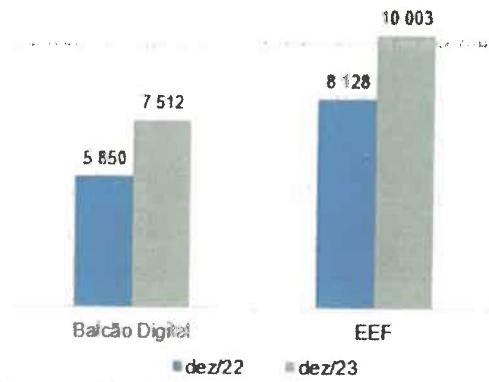
Consumos Faturados



No final de 2023, existiam 7.512 clientes ligados ao balcão digital, mais 1.662 face ao final ano anterior (5.850) que representa cerca de 12,3% do total de clientes.

Até 31 de dezembro de 2023 aderiram ao envio de faturas por email 10.003 clientes, mais 1.875 face ao final do ano anterior (8.128) representando cerca de 16,4% do total de utilizadores da APIN.

Gráfico 11 - Balcão Digital e EEF



11.1.6 Faturação e Cobrança

No decorrer de 2023, destacam-se na área da faturação os seguintes parâmetros:

- Melhoria da qualidade da informação registada no sistema de gestão de clientes;
- Otimização das zonas/áreas de leitura com vista à redução dos quilómetros percorridos pelas equipas de leitura, aumentando a eficiência do processo;
- Calendarização do mapa de faturação e leituras para o ano de 2023, respeitando um período mínimo (28 dias) e máximo (33 dias) entre faturas, mitigando o envio de duas faturas por mês.
- Desenvolvimento de ações para reduzir o número de clientes sem registo de leitura, nomeadamente com a entrega de boletins de aviso de leitura aos utilizadores, aos quais os leitores não têm acesso ao contador. Desta forma, é fomentado o envio de leituras através das linhas de comunicação disponibilizadas pela APIN.
- Sempre que se verificaram consumos de água excessivos para o perfil de consumo do cliente, foram entregues boletins de aviso a informar do consumo anómalo apresentado. Foram feitas também chamadas de aviso e explicação de procedimentos a adotar em caso de rotura em sistema predial, bem como envio de emails de alerta.

As atividades desenvolvidas em 2023 com vista a uma cobrança célebre e eficaz, foram as seguintes:

- Análise e acompanhamento de situações pendentes relacionadas com as dívidas de clientes;
- Instauração de processos de execução fiscal, que se refletiu numa maior eficiência na gestão da dívida vencida;
- Ênfase no contacto de proximidade com os clientes, no sentido de oferecer um serviço de melhor qualidade e evitar situações de descontentamento que possam

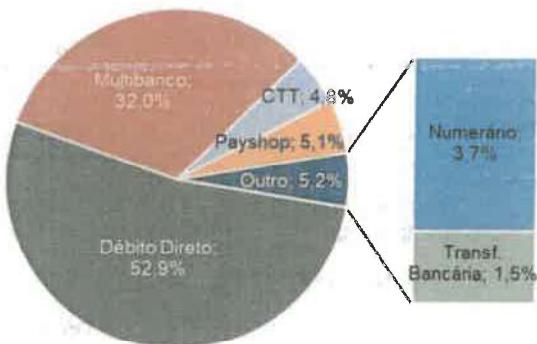
dar origem à não regularização da dívida (possibilidade de pagamento em prestações sempre que devidamente justificado);

- Continuidade do serviço de envio de SMS como alerta da data-limite de pagamento da fatura. Este serviço é gratuito para o cliente e só exige que este disponibilize um contacto de telemóvel à APIN. Este serviço prestado ao cliente tem o benefício de evitar o pagamento fora do prazo das faturas, e, por conseguinte, a possibilidade de corte do serviço de abastecimento de água;
- A APIN continua no decorrer do ano de 2023, a recorrer à prestação de serviço de uma empresa de cobrança extrajudicial para a recuperação da dívida com mais de 90 dias e que não cumpra os critérios internos para se avançar com o processo de execução. Foram ainda entregues para cobrança, a esta empresa, os títulos de ação executiva que a APIN detém e que não cumprem os critérios definidos internamente para se avançar para um processo de execução judicial.
- Envio de cartas de avisos de corte notificando o consumidor de uma possível interrupção de serviços. Ao longo do corrente ano foram enviados cerca de € 23 mil avisos de corte com notificação de interrupção de serviços onde a APIN obteve um retorno de pagamento de dívida no valor de € 622,5 mil.

11.1.7 Formas de Pagamento

Relativamente ao pagamento através dos vários canais de cobrança disponibilizados pela APIN, verifica-se que o débito direto foi o canal mais utilizado pelos utilizadores no ano de 2023 para pagamento das faturas (52,9%), seguido do pagamento por multibanco (32,0%) como se pode visualizar de seguida:

Gráfico 12 – Canais de cobrança



11.1.8 Serviços

No decorrer de 2023 o resultado da operação das equipas, sob a responsabilidade da Direção Comercial, poderá ser observado no quadro seguinte:

(Assinatura)
B. J.
D.
A. L. 2023

Quadro 17 – Número de serviços executados

Tipo de Serviço	2023
Avaria micro (nicho)	558
Colocação de contador	1 254
Contador suspeito	11
Leitura de contador	18
Retirada de contador	881
Substituição de contador	3 641
Verificação de contador	3 693
Fecho de Água	700
Restabelecimento de ligação	6
Verificações ou informações diversas	302
Total	11 064

Foram efetuados 11.064 serviços dos quais se destacam a verificação de contadores e a substituição de contadores com 3.693 e 3.641 serviços, respetivamente, que representam em conjunto cerca de 66% do total de serviços.

11.1.9 Reclamações

Durante o ano de 2023 foram registadas 275 reclamações, mais 20 face ao ano anterior (255), das quais 220 (80%), correspondem a reclamações efetuadas por email, tal como se apresenta de seguida:

Quadro 18 - Modo de efetuar a reclamação

Município	Email	Formulários	Carta	Livro de Reclamações Físico	Online	ERSAR	Total
Anaçázere	8	2	-	-	17	-	27
Ansião	22	1	-	2	1	-	26
Castanheira de Pera	17	1	1	1	-	2	22
Figueiró dos Vinhos	19	1	-	-	-	-	20
Góis	12	-	-	-	1	-	13
Lousã	57	1	2	7	-	4	71
Pampilhosa da Serra	10	-	-	-	-	-	10
Pedrógão Grande	12	-	-	1	-	1	14
Penacova	24	-	-	-	-	2	26
Penela	20	1	-	3	-	1	25
Vila Nova de Poiares	9	-	-	1	1	-	11
Sem identificação	10	-	-	-	-	-	10
Total	220	7	3	15	20	10	275

As reclamações mencionadas anteriormente estão caracterizadas da seguinte forma:

Quadro 19 - Tipo de reclamação

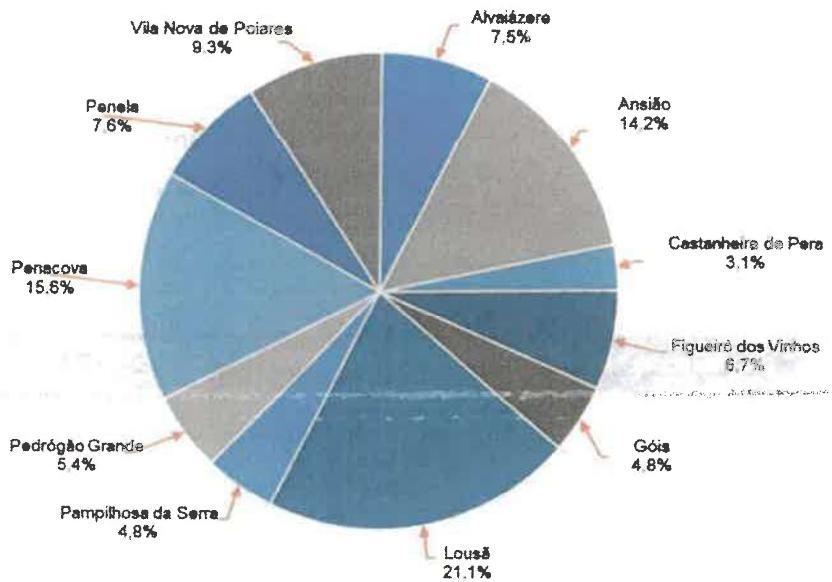
Tipo de Reclamação	Alvalade	Ansião	Gest. Pera	F. dos Vinhos	Góis	Lousã	Pampilhos da Serra	Pedrógão Grande	Penacova	Penela	V.N. Poiares	Sem Id.	Total
Atendimento	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	3
Contratação	2	1	-	1	1	2	-	-	-	1	1	-	9
Leituras, Faturação e Cobrança	8	16	18	9	7	34	5	5	20	13	4	5	144
Ligação e Saneamento	2	-	-	-	-	5	-	2	2	1	-	-	12
Disponibilidade	1	2	-	3	2	3	-	-	-	1	-	1	13
Qualidade da Água	1	-	-	1	-	1	1	2	-	-	-	-	7
Qualidade do Serviço	6	4	1	2	2	8	2	4	1	5	3	2	40
Resíduos Urbanos	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	8
Tarifário	-	2	-	-	1	4	-	-	2	2	1	2	14
Total	27	26	22	20	13	71	10	14	26	26	11	10	276

11.1.10 Volumes de água faturados

O volume de água faturado e contabilizado no ano de 2023 ascendeu a 4.190.677 m³ de água, o que reflete uma diminuição de 0,8% face a 2022. O município da Lousã apresenta o maior consumo de água faturado com 21,1%. Por outro lado, o município de Castanheira de Pera apresentou apenas 3,1% do total de consumo de água faturado. Foram fornecidos, mas não faturados, 845 m³ de água, referente a consumos em instalações próprias da APIN.

Abaixo, pode-se verificar, os volumes faturados de água por município e contabilizados em 2023.

Gráfico 13 - Volumes de água faturados

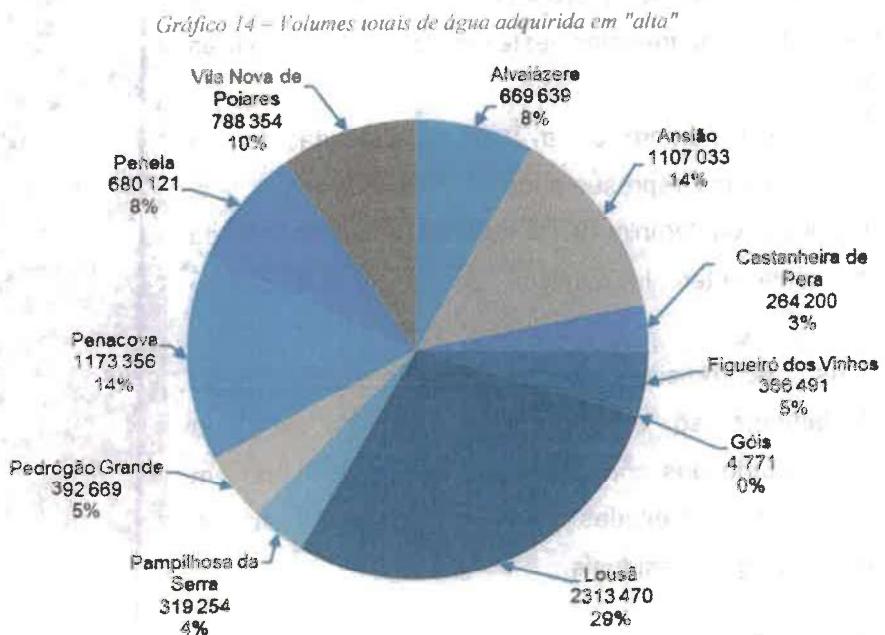


11.2 Abastecimento de Água

11.2.1 Volume aduzido à rede

No ano de 2023 foram aduzidos 9.446.097 m³ nos sistemas de abastecimento público de águas dos municípios geridos pela APIN (diminuição de 3,6% face a 2022 - 9.795.125 m³) dos quais 63,6% foram adquiridos à Águas do Centro Litoral, S.A., 21,3% à Águas do Vale do Tejo, S.A., 14,5% correspondem a captações próprias e 0,6% dizem respeito a aquisição de água em "alta" à empresa Águas do Planalto, S.A., e municípios de Arganil e Condeixa.

A distribuição de água aduzida à rede e os volumes totais por município encontram-se no seguinte gráfico:



O volume de água adquirido no município da Lousã representa cerca de 28,6% do volume total adquirido em "alta". O município da Lousã com 540.702 m³ e o município de Góis com 493.676 representam em conjunto cerca de 75,7% do total de captações de água (1.366.739 m³).

11.2.2 Balanço Hídrico

O resultado das tendências evidenciadas nos dois pontos anteriores, demonstram uma evolução positiva na eficiência hídrica, conforme se encontra espelhado no quadro abaixo onde se pode constatar uma redução da água não faturada superior à redução da água faturada:

(Assinatura) *R. J.*
Quadro 20 - Balanço Hídrico

Balanço Hídrico	2023	2022
Água - entrada no Sistema (m3)	9 446 097	9 795 125
Água - faturada (m3)	4 190 677	4 223 319
Água - não faturada (m3)	5 255 420	5 571 806

11.2.3 Avarias na rede (roturas)

No que respeita às avarias de rede e de ramal, foram rececionadas 2.867 ocorrências durante o ano de 2023, das quais 1.312 na rede e 1.555 em ramais. Observou-se um aumento de ocorrências na ordem dos 3,8% relativamente a 2022. A média de ocorrências neste período foi de 7,9 roturas por dia.

O maior número de avarias rececionadas foi no município de Lousã, representando 25,2% das avarias totais. Este município contempla 12,1% do total de km de rede do sistema, sendo o terceiro município com maior extensão de rede.

As ocorrências destas avarias deveram-se maioritariamente ao desgaste dos materiais e/ou ao deficiente estado das condutas e ramais assim como em resultado das empreitadas de ampliação da rede de drenagem de águas residuais.



11.2.4 Deteção de fugas

No âmbito da deteção de fugas, no que diz respeito às perdas de água que se manifestam através do aparecimento à superfície ou as "não visíveis" que são de mais difícil localização, a APIN tem uma equipa de quatro colaboradores para a deteção e localização de fugas, recorrendo a quatro geofones. Nestes últimos anos, a equipa passou por um período de formação e consolidação de conhecimentos sobre técnicas e metodologia de controlo, deteção e localização de fugas para a sua implementação no terreno. O trabalho pode ser solicitado por indícios de uma fuga em determinada zona, indo a equipa identificar o local exato, em vez de se proceder à

abertura de vala, ou decorrente de um planeamento prévio, fazendo o “varrimento” de zonas suspeitas de forma a encontrar possíveis pontos de fuga.



No âmbito da campanha de controlo ativo de perdas e apoio às equipas de reparação de roturas foram realizadas 1.151 ações de deteção de roturas durante o ano de 2023, das quais 664 de apoio às equipas de reparação de roturas, que corresponde a cerca de 40% do total de roturas.

11.2.5 Falhas no abastecimento

As falhas no abastecimento sucedem na sua grande maioria na sequência de ocorrências de roturas nas redes, procedendo os serviços técnicos da APIN à suspensão do abastecimento público para reparação e restabelecimento da qualidade da água. Efetua-se também a suspensão do abastecimento devido a intervenções programadas de ampliação e remodelação de redes, instalação de equipamento de medição e monitorização, higienização de reservatórios, sendo, nestes casos, transmitido aviso prévio aos moradores nas zonas afetadas.

No decorrer do ano de 2023 foram registadas 663 interrupções de fornecimento de água programadas e 1.922 não programadas. Verificou-se um aumento significativo de interrupções relativamente ao ano anterior (125 interrupções programadas e 835 não programadas) fruto da regularização dos registo operacionais (não programadas) e da instalação de equipamentos no âmbito da empreitada da Eficiência Hídrica (programadas).

As interrupções programadas foram objeto de comunicação através do site da APIN, com uma antecedência mínima de 48 horas, em conformidade com o previsto no n.º 5 do artigo 60.º

do DL 194/2009, de 20 de agosto, bem como nas redes sociais da APIN e também com a colocação de editais nas ruas onde se realizaram as interrupções de água.

Autorizo
Gráfico 15 – Duração das falhas no abastecimento (não programadas)



A duração média das falhas de água em 2023 foi de 1h26min.

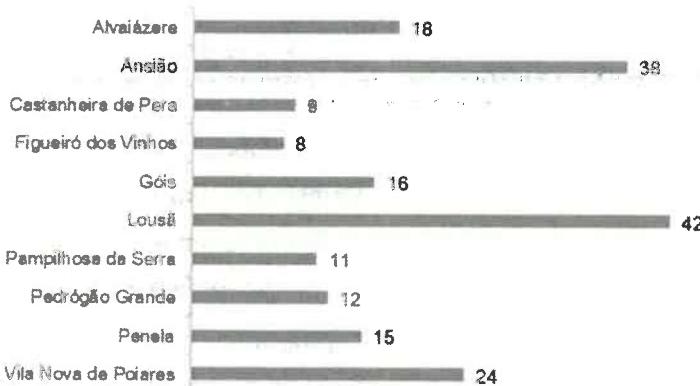
11.2.6 Qualidade da água

No âmbito do Plano de Controlo de Qualidade de Água, em 2023 foram efetuadas 1.210 análises da qualidade da água e verificados 11.781 parâmetros, dos quais 125 ultrapassaram os valores paramétricos definidos na legislação, o que evidencia um bom desempenho da empresa, com uma percentagem de cumprimento de 98,9%.

11.2.7 Ramais de abastecimento de água

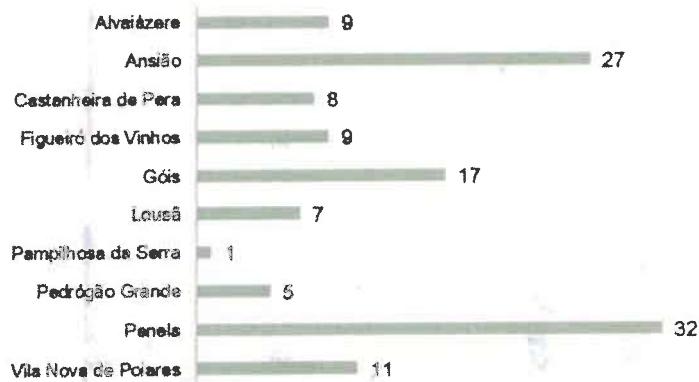
No ano de 2023 foram executados pelos serviços de exploração 193 novos ramais de abastecimento de água, uma média de 16 ramais por mês, dos quais 42 no município da Lousã e 38 no município de Ansião. Face ao ano de 2022 foram executados menos 14 ramais.

Autorizo
Gráfico 16 – Novos ramais de abastecimento de água



Resultante do estado e condições dos ramais existentes, no ano de 2023 foram remodelados 126 ramais de abastecimento de água, menos 36 do que em 2022, dos quais 32 no município de Penela e 27 no município de Ansião.

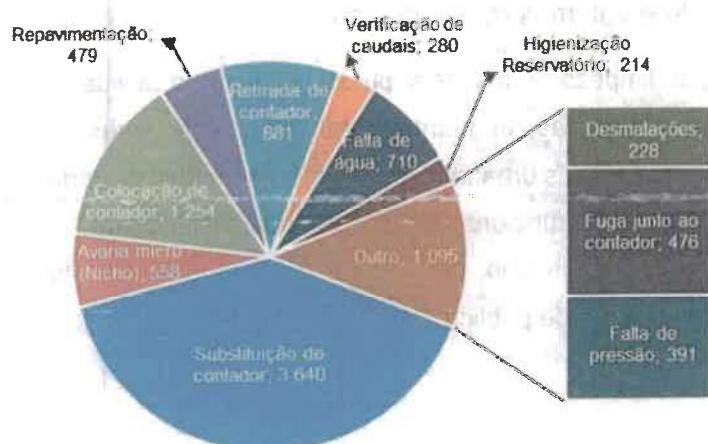
(Assinatura)
Gráfico 17 – Remodelação de ramais de abastecimento de água



11.2.8 Operação e manutenção de redes de abastecimento

Para além dos trabalhos de reparação de roturas e execução de ramais, destacam-se as seguintes ações realizadas em 2023 nas redes de abastecimento, no âmbito de ocorrências e serviços programadas.

(Assinatura)
Gráfico 18 – Serviços programadas nas redes de abastecimento de água

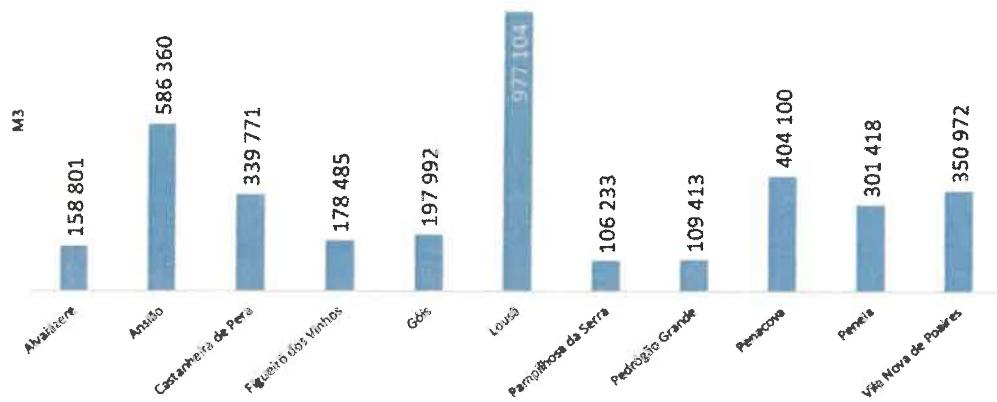


11.3 Saneamento de Águas Residuais

11.3.1 Volumes recolhidos nas redes de saneamento

Nas operações de saneamento de águas residuais foram recolhidos e enviados para tratamento 4.451.578 m³ de efluentes (aumento de 3,7% face a 2022) dos quais 63,3% à Águas do Centro Litoral, S.A., 20,1% à Águas do Vale do Tejo, S.A. e 16,6% para ETAR próprias.

Gráfico 19 - Efluente entregue em "alta"



O volume recolhido no município da Lousã representa cerca de 26,3% do volume total recolhido em "alta" nas redes de saneamento.

O município da Lousã, com 473.713 m³ representa cerca de 63,9% do total de volume recolhido nas ETAR próprias (740.929 m³).

11.3.2 Quantidade e volumes recolhidos em fossas

O serviço de limpeza de fossas sépticas inclui-se na atividade de saneamento de águas residuais. As fossas sépticas, enquanto instalações particulares, individuais ou coletivas de disposição de águas residuais urbanas, estão largamente disseminadas pela área de intervenção da APIN. O seu adequado funcionamento, nomeadamente quanto ao destino final das lamas, deve ser devidamente acautelado, na medida em que pode constituir um problema ambiental relevante ou mesmo de saúde pública.



Durante o ano de 2023 foram executadas um total de 4.982 limpezas de fossa e foram recolhidos 47.100 m³ de lamas. Verificou-se um aumento de 721 limpezas de fossa face ao ano anterior.

Quadro 21 - Limpeza de fossas realizadas e respetivos volumes

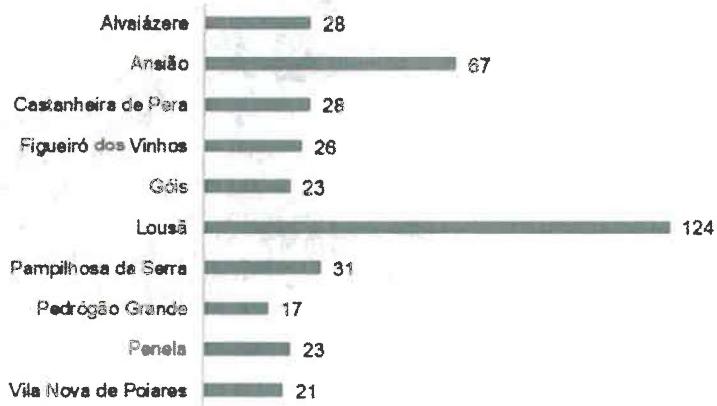
Município	N.º de limpezas de fossas	Volumes recolhidos (m ³)
Alvalázere	216	2 629
Ansião	471	5 407
Castanheira de Pera	535	5 109
Figueiró dos Vinhos	1 059	9 203
Góis	176	965
Lousã	599	5 948
Pampilhosa da Serra	120	684
Pedrógão Grande	225	1 379
Penacova	719	8 121
Penela	324	2 992
Vila Nova de Poiares	538	4 664
Total	4 982	47 100

O elevado número de serviços efetuados no município de Figueiró dos Vinhos deve-se essencialmente à baixa cobertura de rede de saneamento deste município.

11.3.3 Intervenções de desobstrução

As equipas de exploração procederam no ano de 2023 a 388 intervenções de desobstrução da rede de drenagem de águas residuais, das quais 124 no município da Lousã (32%), sendo a média de ocorrências de 1,1 obstruções/dia. Observou-se uma diminuição de 37 intervenções relativamente a 2022.

Gráfico 20 - Desobstruções na rede de saneamento



A ocorrências de obstruções deveram-se na sua maioria ao mau estado dos coletores e caixas de visita, nomeadamente em redes unitárias com coletores em grés, normalmente associadas a entrada de areias e afluências indevidas. Para além deste tipo de episódios, temos ainda a considerar a afluência de caudais associados a eventos pluviométricos causando sobrecarga hidráulica no sistema com várias consequências nefastas, como sejam, descargas sem tratamento adequado. Deste modo, é recomendado o encaminhamento para um sistema separativo, articulando-se com as intervenções dos Municípios.

11.3.4 Operação e manutenção de ETAR

Atualmente a APIN tem sob sua gestão 32 ETAR como se pode visualizar de seguida:



Quadro 22 - ETAR sob gestão da APIN

Município	Quantidade de ETAR	Volumes tratados (m³)
Alvaiázere	-	-
Ansião	-	-
Castanheira de Pera	3	110 624
Figueiró dos Vinhos	-	-
Góis	4	91 090
Lousã	4	473 713
Pampilhosa da Serra	20	50 307
Pedrógão Grande	-	-
Penela	-	-
Vila Nova de Poiares	1	3 293
Total	32	729 027

No ano de 2023, foram recolhidos mais de 700 mil m³ de águas residuais nas ETAR próprias. As ETAR instaladas nos Municípios de Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Penela são geridas pelas Entidades em "alta".

11.3.5 Ramais de Saneamento

Durante o ano de 2023 foram executados 57 novos ramais de ligação de águas residuais. Comparativamente aos 78 ramais executados no ano de 2022, verifica-se, no global das zonas operacionais, uma diminuição de cerca de 27%.



11.4 Gestão de Resíduos Urbanos

O Departamento de Resíduos Urbanos tem como principais objetivos a gestão diária dos recursos humanos e meios técnicos disponíveis, assim como, promover e implementar medidas

que minimizem a deposição de resíduos em aterro sanitário, em prol da saúde dos municípios e de um ambiente mais sustentável.

A nível operacional o departamento de resíduos terminou o ano de 2023 com 56 operacionais de recolha de resíduos urbanos (motoristas e ajudantes), 3 Encarregados de Resíduos e 1 Responsável de Resíduos.

A APIN dispõe de cerca 9.939 contentores com capacidade de 5.895 m³, sendo responsável pela recolha dos resíduos urbanos indiferenciados.



No âmbito da substituição de contentores ou aumento da capacidade de volumetria num local, foram efetuados trabalhos de arranjos exteriores para uma maior higienização dos contentores e minimizar o impacte visual.



Durante o ano de 2023 foram efetuadas 9.356 lavagens, que traduz um aumento de 570 lavagens face ao ano de 2022. No quadro que se segue, apresenta-se o detalhe do parque de contentores:

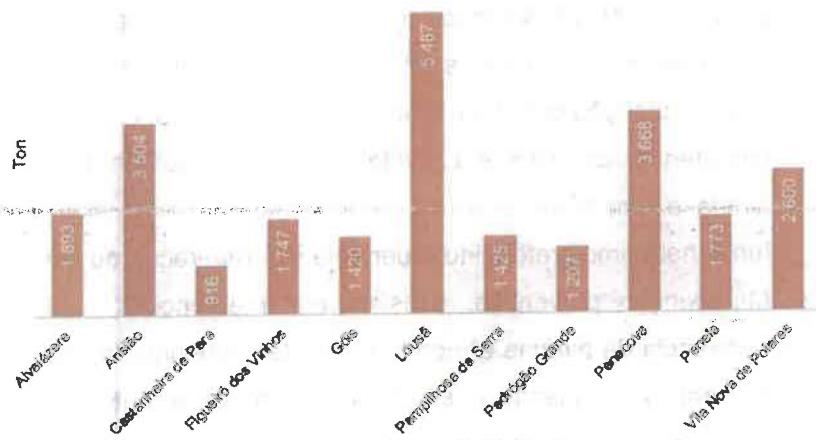


Quadro 23 - Parque de contentores

Polo	Município	Contentores (nº)	Litros						Enterrados		Capacidade instalada (m³)
			120	240	360	500	770	1100	800	5000	
Polo Lousã	Lousã	1 844	305	421	354	24	701	39	0	0	660
1 VN Polares	VN Polares	1 021	280	91	272	0	302	76	0	0	470
P. Serra	P. Serra	925	97	186	24	0	606	12	0	0	545
Polo Góis	Góis	715	18	33	171	0	471	22	0	0	459
2 C. Pera	C. Pera	474	129	5	0	0	171	169	0	0	334
P. Grande	P. Grande	771	197	11	1	174	342	44	2	0	427
Penela	Penela	649	7	6	111	0	473	52	0	0	464
Polo F. Vinhos	F. Vinhos	746	156	6	0	0	504	80	0	0	496
3 Alvaiázere	Alvaiázere	1 184	451	2	10	0	547	168	6	0	669
Ansião	Ansião	1 610	150	10	0	0	1 424	19	0	7	1 173
Total Polo 1		2 865	585	512	626	24	1 003	115	0	0	1 329
Total Polo 2		2 885	441	235	196	174	1 590	247	2	0	1 764
Total Polo 3		4 189	764	24	121	0	2 948	319	6	7	2 802
Total		9 939	1 790	771	943	198	5 541	681	8	7	5 895

No decorrer do ano de 2023 foram recolhidas 25.640 toneladas de resíduos indiferenciados nos municípios da área de intervenção da APIN, os quais foram entregues nas Estações de Transferência da ERSUC, situadas em Góis e Ansião, o que representa uma diminuição de 0,8% face a 2022 (25.851 toneladas). O Município da Lousã, com 5.487 toneladas recolhidas, representa cerca de 21,4%, do total dos resíduos indiferenciados entregues em 2023, como se pode verificar de seguida:

Gráfico 21 - Recolha de resíduos indiferenciados



Os resíduos urbanos indiferenciados são posteriormente encaminhados pela empresa responsável pelo tratamento de resíduos, designadamente o Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos do Litoral Centro, situado em Coimbra,

que visa garantir a valorização desses resíduos da forma mais sustentável nas suas diversas áreas de atuação.

O tratamento e a recolha seletiva dos resíduos urbanos produzidos nos onze municípios são assegurados pela ERSUC.

11.5 Manutenção

A área da manutenção da APIN tem à sua responsabilidade a manutenção das infraestruturas de abastecimento de água, a manutenção das infraestruturas de saneamento e a manutenção da frota de viaturas da APIN, nomeadamente viaturas de apoio à exploração, viaturas de recolha de resíduos, viaturas de limpeza de fossas e máquinas.

As 1.108 infraestruturas que fazem parte do sistema de abastecimento de água da responsabilidade da APIN estão distribuídas por diferentes tipologias: captações; estações de tratamento de água; reservatórios; estações elevatórias; caixas com instrumentação de medição e monitorização, ventosas; válvulas reguladoras de pressão; caixas de perda de carga.

Relativamente ao saneamento, as cerca de 90 infraestruturas distribuem-se pelas seguintes tipologias: ETAR e estações elevatórias. Acrescem a estas infraestruturas mais 36 novas estações elevatórias de saneamento que estão na fase final de execução.

No que respeita ao parque de viaturas da APIN, as 128 viaturas que atualmente compõem o parque auto distribuem-se pelos seguintes tipos: ligeiras de passageiros; ligeiras de mercadorias; pesadas de mercadorias; viaturas de resíduos urbanos, máquinas de escavação, atrelados, motas e veículos elétricos.

O objetivo da área da manutenção da APIN é contribuir de forma efetiva e decisiva para assegurar uma melhoria continua da qualidade de serviço prestada à população dos municípios que constituem a APIN. Neste processo a estreita colaboração e interação com a operação é fundamental. Para se assegurar estes objetivos a APIN atua em três vetores fundamentais, nomeadamente: manutenção corretiva; manutenção preventiva, e melhorias e reabilitações.

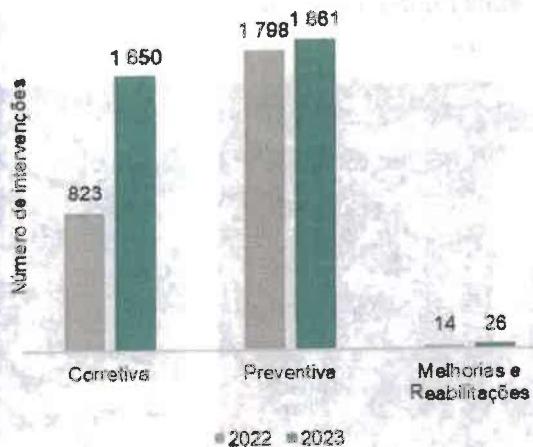
- ✓ Manutenção corretiva: é a atividade técnica executada depois da ocorrência de uma avaria e tem como objetivo restaurar o ativo para uma condição em que pode funcionar como pretendido, quer pela sua reparação ou por substituição.
- ✓ Manutenção preventiva: consiste em intervenções realizadas para prevenir a ocorrência de avarias e monitorizar o desempenho das operações. A manutenção preventiva é planeada e realizada independentemente da condição operacional do ativo no momento, com o objetivo de evitar avarias e minimizar as consequências de colapsos.



- ✓ **Melhorias e Reabilitações:** Em sistemas de abastecimento de água antigos e em deficiente estado de conservação, a manutenção de melhoria e a reabilitação traduz-se em intervenções essenciais para garantir o funcionamento adequado, eficiente e sustentável, além de prolongar a vida útil das infraestruturas. Estas ações incluem: atualização tecnológica, melhoria de qualidade de tratamento, redução de perdas, adequação das capacidades às solicitações.

O trabalho realizado no ano de 2023 nas infraestruturas resume-se de seguida:

Gráfico 22 – Manutenção corretiva e preventiva



Apresenta-se de seguida alguns exemplos de intervenções de melhorias e reabilitações de infraestruturas que ocorreram durante o ano de 2023:

1) Estação elevatória de abastecimento de água na zona industrial - Góis

Antes



Depois



2) Reservatório da Corga – Vila Nova de Poiares

Antes



Depois



3) Reservatório de Fetais Fundeiros – Penela

Antes



Depois



4) Reservatório e estação elevatória de abastecimento água de Aljazeda – Ansião

Antes



Depois

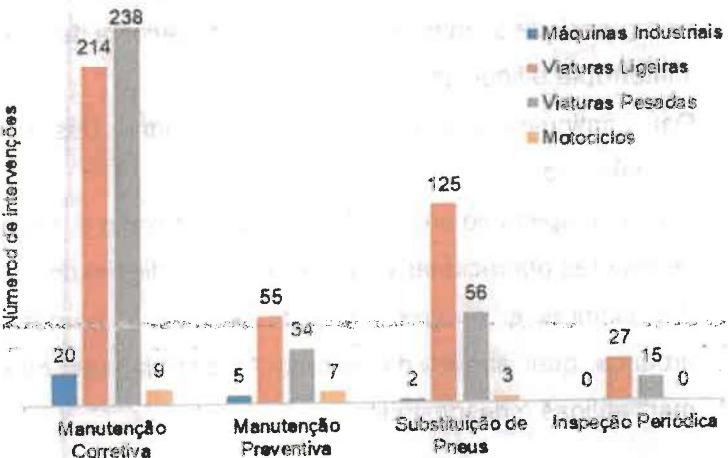


Para todo este leque de infraestruturas a APIN disponibilizou no final do ano de 2023, uma ferramenta informática de apoio à gestão da manutenção, a plataforma "NAVIA", suporte essencial para se conseguir gerir, avaliar, programar e otimizar o trabalho realizado.

No que respeita ao abastecimento de água e ao saneamento de águas residuais, todas as intervenções efetuadas foram realizadas por meios próprios, recorrendo apenas a prestadores de serviços para a reparação de equipamentos de bombagem.

Relativamente ao parque de viaturas da APIN, apresenta-se de seguida o número de intervenções por tipo de viatura e por tipos de intervenção:

Gráfico 23 – Número de intervenções nas viaturas



Durante o ano de 2023 foram efetuadas um total de 810 intervenções em viaturas, mais 141 intervenções em relação ao ano de 2022, das quais, 27 em máquinas industriais, 421 em viaturas ligeiras, 343 em viaturas pesadas e 19 em motociclos.

A figura do gestor de frota está dedicada essencialmente à organização da manutenção das viaturas ligeiras, à gestão de combustíveis e gestão de todos os processos administrativos e documental associados ao parque de viaturas.

Relativamente ao parque de viaturas pesadas, com os meios humanos reduzidos ao mínimo - 1 mecânico especialista - a manutenção auto *in source* apenas consegue responder às avarias das viaturas de resíduos urbanos com necessidade de desempanagem em estrada. Com esforço e planeamento, procuramos também efetuar a todas as viaturas pesadas, de forma sistemática e periódica, revisões gerais programadas assim como, em simultâneo, a manutenção condicionada detalhada a toda a viatura (chassis e superestrutura) a fim de detetar e corrigir anomalias "escondidas", evitando assim avarias maiores que, além de custos elevados, podem trazer tempos de paragem prolongados, algo muito importante e a ter em conta nas viaturas de recolha de resíduos urbanos, sobretudo para um parque de viaturas reduzido para as necessidades e com idade avançada. Sempre que não é possível responder às necessidades através dos meios internos, recorre-se, através de procedimentos específicos para a manutenção auto, a prestadores de serviços externos.

Como perspetiva a curto prazo pretende-se:

- ✓ A consolidação da implementação da plataforma "NAVIA" de modo a dar continuidade ao trabalho que se tem vindo a realizar, melhorando a organização, eficiência e eficácia do mesmo.
- ✓ Estando finalizadas as obras de eficiência hídrica, importantes para alcançar o objetivo de controlo e redução de perdas, surge um desafio extra, que é o de assegurar que os mais de 400 pontos de recolha de informação o façam de forma ininterrupta e fidedigna.
- ✓ Dar continuidade a reabilitação e melhoria das infraestruturas de água e saneamento.
- ✓ No que respeita ao parque de viaturas, o desafio é, além de manter todo o parque de viaturas operacional, criar melhores condições de trabalho para a manutenção das viaturas e, progressivamente, renovar o parque de viaturas de resíduos urbanos, quer através da reabilitação das viaturas, quer substituindo as viaturas mais antigas e desgastadas.

11.6 Central de Gestão de Operações

A Central de Gestão de Operações realiza em permanência a ligação entre os elementos necessários para uma prestação de serviços eficaz e eficiente. As ocorrências podem chegar

através dos clientes, entidades, colaboradores ou por alarmística dos meios em utilização (telegestão ou telemetria).

A Central de Gestão de Operações faz o atendimento da linha de roturas e avarias da APIN, fazendo a ponte entre as ocorrências, comunicadas por clientes ou colegas da manutenção, com as equipas no terreno, 24 horas por dia, mantendo todas as partes interessadas informadas quanto ao decorrer dos trabalhos. No decorrer do ano de 2023 registaram-se 3.288 ocorrências comunicadas por clientes, das quais 2.841 correspondem a contactos para serviços de abastecimento de água que reúne cerca de 86% do total de ocorrências, como pode ser visualizado nos quadros que se seguem:

Quadro 24 - Ocorrências comunicadas por clientes

Serviços	Jan 23	Fev 23	Mar 23	Abr 23	Mai 23	Jun 23	Jul 23	Ago 23	Set 23	Out 23	Nov 23	Dez 23	Total	% anual
Água	180	187	212	204	293	270	319	411	280	208	165	112	2 841	86%
Saneamento	28	30	32	18	20	18	26	25	25	31	14	25	292	9%
Resíduos	1	3	3	2	3	2	4	4	4	2	5	0	33	1%
Diversos	8	0	32	22	6	7	6	5	10	11	5	10	122	4%
Total	217	220	279	246	322	297	355	445	319	252	189	147	3 288	100%

Quadro 25 - Tipificação dos serviços de água

Tipificação dos Serviços de Água	Jan 23	Fev 23	Mar 23	Abr 23	Mai 23	Jun 23	Jul 23	Ago 23	Set 23	Out 23	Nov 23	Dez 23	Total	% anual
Rotura	56	60	79	89	137	110	165	183	121	93	69	48	1 210	43%
Sem água	47	39	36	29	47	69	62	107	56	39	27	23	581	20%
Verificação de Contador	25	48	47	39	35	47	37	57	37	35	47	24	478	17%
Falta de Pressão	34	27	27	30	42	29	33	30	38	20	12	13	335	12%
Qualidade da água	5	5	11	4	8	2	7	20	9	5	5	1	82	3%
Situações Diversas	7	5	8	4	11	5	9	6	8	12	3	2	80	3%
Fuga Boca de Incêndio	6	3	4	9	13	8	6	8	11	4	2	1	75	3%
Total	180	187	212	204	293	270	319	411	280	208	165	112	2 841	100%

No início de 2023 realizou-se a manutenção do sistema de telegestão existente no Centro Operacional da Lousã, que já se encontrava em funcionamento há 20 anos, revendo todos os equipamentos instalados e atualizando o software de forma a refletir a realidade existente atualmente.

No ano de 2023 procedeu-se, igualmente, à operacionalização do software NAVIA, permitindo uma melhor organização dos serviços, transmissão às equipes no terreno, registo dos trabalhos efetuados e recolha de dados para reporte. Esta implementação contribuiu significativamente para a diminuição do uso de papel e do tempo despendido por todos os elementos intervenientes, resultando numa resposta mais rápida e com resultados mais consistentes.



Com o decorrer das obras do projeto da área da Eficiência Hídrica, transversais à APIN, foram instalados ao longo do ano equipamentos para a medição de nível nos reservatórios, de pressão nas redes e de caudal, que permitem, com apoio dos softwares existentes, a análise detalhada dos eventos no sistema de adução e distribuição. Esta monitorização é o contributo basilar para o controlo de perdas, permitindo a identificação precoce de roturas e reconhecimento de zonas críticas.

11.7 Investimento - Obras executadas ou em execução

O investimento realizado pela APIN abrange a execução física e financeira do Plano Investimentos (PPI) e de Outros Investimentos.

No âmbito da execução de investimentos que são objeto de financiamento comunitário ao abrigo das candidaturas ao POSEUR, o montante global de investimento ascendeu a cerca de € 39,6 milhões:

Alvaiázere

- POSEUR-03-2012-FC-00001139 – empreitada de extensão do sistema de águas residuais de Alvaiázere (€ 103,2 mil).





- POSEUR-03-2012-FC-001141 – empreitada de extensão dos sistemas de águas residuais de Barroso (€ 1 milhão).



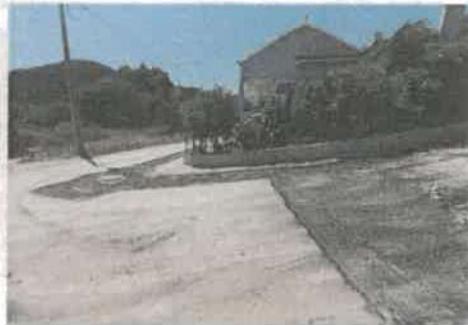
Ansião

- POSEUR-03-2012-FC-001135 – execução de rede de drenagem de água residuais domésticas nos seguintes locais (€ 4,4 milhões):

- 1) Santiago da Guarda;
- 2) Alvorge.



- POSEUR-03-2012-FC-00001371 – empreitada de ampliação do sistema de saneamento de águas residuais no concelho de Ansião - sistema de Chão de Couce – 3.ª fase (€ 355,2 mil).



2
Ansião

Castanheira de Pera

- POSEUR-03-2012-FC-001332 – Beneficiação do sistema de saneamento de águas residuais (ligação à ETAR de Castanheira de Pera) nos seguintes locais: Corga; Pera; Bolo; Torgal e Palheira (€ 461,1 mil).



Figueiró dos Vinhos

- POSEUR-03-2012-FC-00001149 - Fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais – Ligação à ETAR de Tábuas (€ 3,8 milhões).
 - Extensão do sistema de águas residuais de Vale de Tábuas;
 - empreitada do sistema de águas residuais domésticas da freguesia de Aguda.





- Iniciou em 2023 - POSEUR-03-2012-FC-001174 – Fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais – Ligação à ETAR de Vila de Figueiró dos Vinhos (€ 5,6 milhões). Empreitadas do sistema de águas residuais domésticas nos seguintes locais:

- 1) Castanheira de Figueiró;
- 2) Colmeal e Lavandeira;
- 3) Ribeira de S. Pedro, Douro e Porto Douro;
- 4) Valada, Serrada e Portelão;
- 5) Santarém e outras povoações.



Lousã

- POSEUR-03-2012-FC-001276 – Fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais – Ligação à ETAR de Lousã/Póvoa (€ 420,3 mil) - **concluída em 2022.**
 - 1) execução do sistema de drenagem águas residuais e da rede de abastecimento de água da Ponte Velha;
 - 2) execução do sistema de drenagem águas residuais da Póvoa;
 - 3) execução do sistema de drenagem águas residuais e do sistema de drenagem de águas pluviais da Rua Padre Manuel Peixoto e da Rua Padre Joaquim José dos Santos.
- POSEUR-03-2012-FC-001265 – execução da rede de abastecimento de água do lugar de Casal de S. Miguel (€ 45,8 mil) – **concluída em 2022.**
- POSEUR-03-2012-FC-001335 – execução do sistema de drenagem águas residuais e do sistema de drenagem de águas pluviais no lugar das Fontainhas, junto à ETAR das Fontainhas (€ 190,9 mil) – **concluída em 2022, sem apoio comunitário.**
- POSEUR-03-2012-FC-001264 - Fecho de Sistemas de Abastecimento de Água em Baixa – Subsistema de Abastecimento de Serpins (€ 441,1 mil).
Conduta de adução ao sistema de abastecimento de água de Serpins (ligação da conduta adutora ao reservatório do aeródromo, proveniente do ponto de entrega do reservatório da Lousã, até à Estação de Tratamento de Água dos Campos).



- POSEUR-03-2012-FC-001270 - Melhoria da qualidade de água fornecida – Subsistema de Abastecimento de Candal. Projeto da Estação de Tratamento de Água da aldeia serrana de Candal (€ 86,3 mil).



- POSEUR-03-2012-FC-001271 - Melhoria da qualidade de água fornecida – Subsistema de Abastecimento de Talasnal. Projeto da Estação de Tratamento de Água da aldeia serrana de Talasnal (€ 90,5 mil).



- POSEUR-03-2012-FC-001272 - Fecho de Sistemas de Abastecimento de Água em Baixa – Subsistema de Abastecimento de Vale Nogueira nos seguintes locais (€ 284,8 mil):

- 1) Vale Pereira da Serra;
- 2) Vale de Nogueira.





- POSEUR-03-2012-FC-001273 - Melhoria da qualidade de água fornecida – Subsistema de Abastecimento de Cerdeira. Projeto da Estação de Tratamento de Água da aldeia serrana de Cerdeira (€ 84 mil).



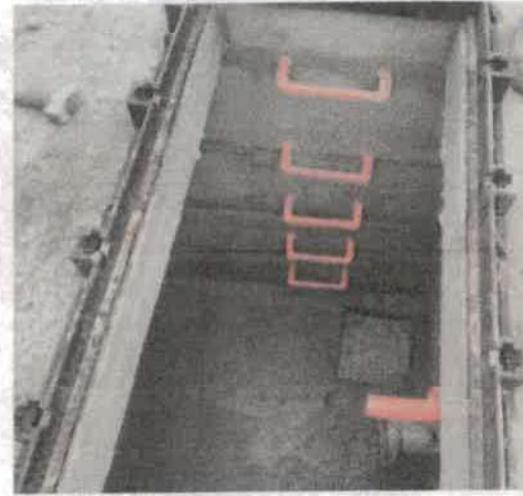
- POSEUR-03-2012-FC-001275 - Melhoria da qualidade de água fornecida – Subsistema de Abastecimento de Casal Novo/Chiqueiro. Projeto da Estação de Tratamento de Água da aldeia serrana de Casal Novo (€ 95,9 mil).



Arquivo J. F. Velt



- Iniciou em 2023 - POSEUR-03-2012-FC-001277 - Fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais – Ligação à ETAR de Semide/Poisão. Execução dos sistemas de saneamento de águas residuais e de abastecimento de água nos seguintes locais: Ceira dos Vales; Vales e Corte Velha (€ 118,6 mil).



Pedrógão Grande

- POSEUR-03-2021-001224 – Projeto de execução de saneamento de águas residuais de ligação à ETAR de Derreada (€ 206,5 mil) – **concluída em 2022.**
- POSEUR-03-2021-001220 – execução do sistema de saneamento de águas residuais nos seguintes locais (€ 2 milhões):
 - 1) Pedrógão Grande e São Mateus;
 - 2) Vale de Barco e Vale de Góis.





- POSEUR-03-2021-001221 – execução do sistema de saneamento de águas residuais de Facaia (€ 680 mil).



- POSEUR-03-2021-001222 – projeto de execução do sistema de saneamento de águas residuais nos seguintes locais: Pinheiro Bordalo; Altardo; Graça; Casal dos Ferreiros e Casal da Francisca (€ 671,3 mil).





- POSEUR-03-2021-001225 – execução do sistema de saneamento de águas residuais nos seguintes locais: Tojeira; Valongo e Senhor dos Afilhos (€ 825,1 mil).



Penela

- POSEUR-03-2012-FC-001086 - Despoluição integrada da Bacia do Dueça – Execução de redes de saneamento de águas residuais – ligação à ETAR Quinta de Cima. Empreitada de execução de rede pública de drenagem de águas residuais nos seguintes locais (€ 7,1 milhões):
 - 1) Fase 1 (Fernarias, Taliscas, Torre de Chão de Pereiro e Carvalhais);
 - 2) Fase 2 (Serrada da Freixiosa, Freixiosa, Dueça, Carregã, São Simão, Casais do Cabra, Santo António e Pastor);
 - 3) Fase 3 (Vale do Infesto, Infesto, Senhora da Glória, Ponte de Espinhal, Vale de Espinhal e Silveirinha);

- set*
- Cóns. Ambiente*
- R. Asunção*
- 4) Fase 5 (Póvoa, Chão de Ourique, Galega);
 - 5) Sub-bacia 1, 2 e 3 (Estrada de Viavai, Viavai e Casal Novo) – concluída em 2022;
 - 6) Sub-bacia 5, 6, 6A e 7 (Ribeirinho, Gagos, São Paulo e Câneve);
 - 7) Sub-bacia 8 e 10 (Câneve e Louriceira) – concluída em 2022;
 - 8) Sub-bacia 9 - Fase 1 (Freixial, Vendas Figueiras e Comareiros);
 - 9) Sub-bacia 9 - Fase 2 (Freixial, Vendas Figueiras e Comareiros e ZI Louriceira).



Vila Nova de Poiares

- POSEUR-03-2012-FC-001218 - Substituição e construção dos coletores da rede de saneamento e rede de abastecimento de água nos seguintes locais: Cabecinhos; Vila Chã; Vale De Vaíde; São Miguel e Vendinha (€ 883,4).



- POSEUR-03-2012-FC-001219 - Fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais – Ligação à ETAR de Ribeira do Moinho (€ 1,1 milhões).

Empreitada do sistema de águas residuais domésticas nos seguintes locais:

- 1) São Miguel;
- 2) Vendinha.



- POSEUR-03-2012-FC-001338 - Renovação dos Sistemas de Drenagem de Águas Residuais – Subsistema de Saneamento de Ribeira do Moinho. Substituição e construção dos coletores da rede de saneamento e rede de abastecimento de água nos seguintes locais: Cabecinhos; Vila Chã; Vale de Valde; São Miguel e Vendinha (€ 445,6 mil).



Importa salientar que relativamente às obras referidas anteriormente, ainda existem condicionamentos relacionados com as ligações às infraestruturas das entidades em "alta", bem

como as ligações de energia elétrica da responsabilidade da E-Redes, que geram alguns atrasos nos processos.

11.8 Planeamento e Projeto

Durante o ano de 2023 deram entrada 310 processos para análise técnica das condições de ligação, dos quais 258 deram entrada via municípios e 52 chegaram diretamente dos clientes. Foram requeridos 25 pedidos de informação cadastral nomeadamente pressão e caudal de abastecimento.

11.9 Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Cadastro

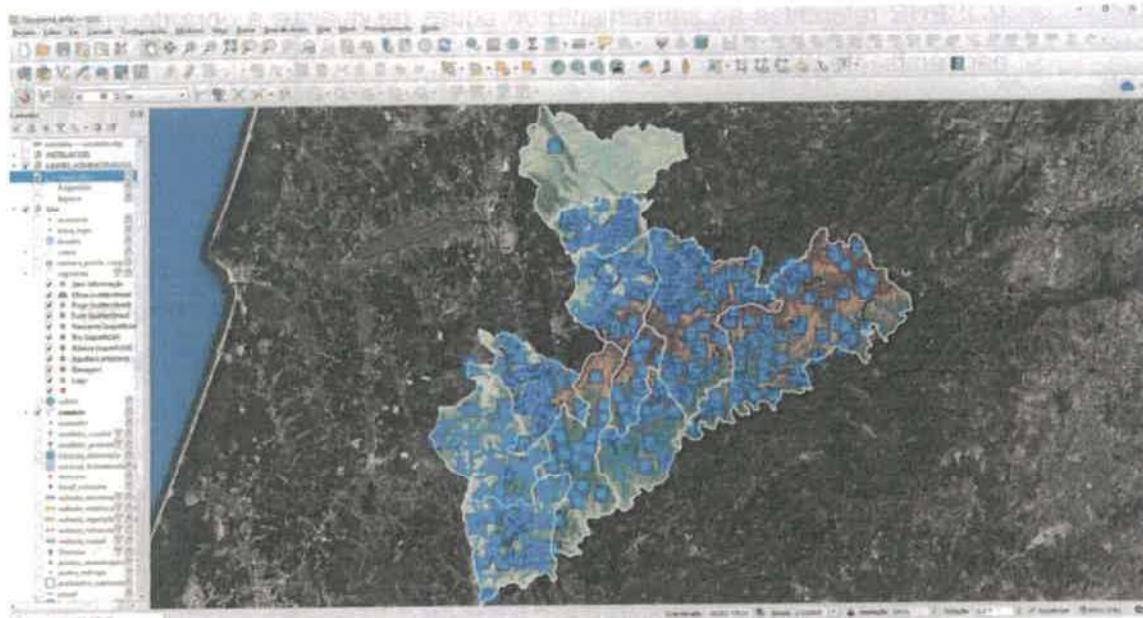
Os sistemas de informação geográfica são importantes ferramentas de análise e apoio nas tomadas de decisão. Uma das características mais valorizada do SIG é a sua forte componente de interoperabilidade e versatilidade bidirecional, fazendo dele um poderoso aliado em todos os setores da estrutura organizacional da empresa.

A informação alfanumérica e geométrica das infraestruturas existentes nas estruturas de dados são a principal fonte de toda esta capacidade analítica. Como tal, tem um papel fundamental na qualidade dos *reports* apresentados. Assim, apresentar uma informação com elevado grau de rigor e confiança é uma das principais preocupações do SIG e cadastro.

Deste modo, o SIG irá apostar numa melhoria continua da qualidade da sua informação geográfica e cadastral das infraestruturas existentes, através da validação da informação existente para as diferentes áreas de atuação, bem como no investimento de novos levantamentos cadastrais projetados para os diversos municípios que fazem parte da sua área de atuação.

Por outro lado, o SIG enquanto ferramenta chave para a gestão das operações de toda a empresa, justifica o esforço que tem sido efetuado no desenvolvimento de soluções e aplicações tecnológicas “*user friendly*” que integrem toda a informação e que facilitem a recolha de nova informação bem como a atualização e visualização de dados nas diversas áreas de atuação de empresa, como é o caso do visualizador de informação geográfica interno Geoportal.

O SIG apoia os diversos departamentos internos na construção de mapas temáticos e saídas gráficas.



As atividades desenvolvidas, no decorrer do ano de 2023, foram as seguintes:

- Atualização e melhoria da informação geográfica e cadastral existente;
- Elaboração de plantas cadastrais para os vários departamentos e polos operacionais, bem como para entidades e requerentes externos;
- Construção de mapas temáticos e específicos de apoio à tomada de decisão para os vários departamentos organizacionais;
- Apoiar os vários departamentos, através da preparação de diversa informação em diversos formatos de dados, e para diferentes objetivos (dados analíticos);
- Desenvolver aplicações temáticas de apoio ao levantamento de informação geográfica e cadastral no terreno;
- Continuação da elaboração do modelo de dados para o saneamento de águas residuais;
- Atualização cadastral das infraestruturas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais do município da Pampilhosa da Serra;
- Continuação da atualização do cadastro de infraestruturas de abastecimento de água do município de Ansião;
- Validação e incorporação de informação geográfica e cadastral das infraestruturas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais dos municípios de Castanheira de Pera e de Figueiró dos Vinhos;
- Desenvolver e apoiar o departamento de resíduos sólidos urbanos com a construção de aplicações que auxiliem a recolha de dados no campo;

- Validação, importação e conversão de telas finais provenientes das candidaturas POSEUR referentes ao saneamento de águas residuais e à obra de eficiência hídrica, para ambiente SIG;
- Continuação do desenvolvimento da interoperabilidade entre os vários sistemas de informação existentes (SIG – Navia e SIG – Aquamatrix).

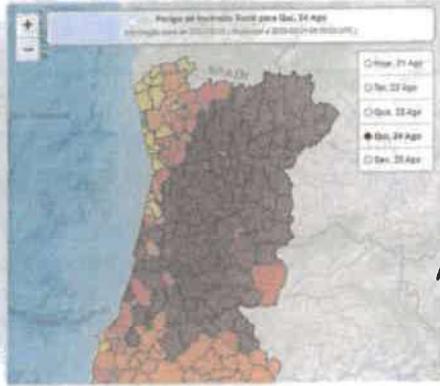
11.10 Segurança e Saúde no Trabalho

No ano de 2023, continuou-se a investir na higiene e segurança da empresa, solidificando as medidas de minimização e prevenção no âmbito das tarefas realizadas, de modo a eliminar ou reduzir a exposição aos perigos e riscos associados.

Durante o ano de 2023, foram desenvolvidas diversas atividades, destacando-se as seguintes:

- Reforço e reposição de equipamentos de proteção individual e fardamento;
- Reavaliação da identificação de perigos e avaliação dos riscos para a segurança dos trabalhadores, com a subsequente definição de medidas de controlo;
- Adaptação dos equipamentos de proteção individual e coletiva e necessidades adicionais dos mesmos;
- Reforço da aquisição de equipamentos de proteção coletiva e sinalização vertical temporária ao nível das atividades junto às vias de comunicação;
- Revisão das Fichas de Procedimento de Segurança para diversas atividades da APIN identificadas como sendo de risco;
- Acompanhamento de trabalhos no âmbito da Segurança e Higiene no Trabalho nas empreitadas do POSEUR;
- Controlo, ao nível da segurança, dos prestadores de serviço que desenvolvem atividade sobre alçada da APIN de modo a garantir o cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança;
- Continuação da caracterização dos ativos em termos das necessidades de segurança: guardas, acessos, linhas de vida, entre outros;
- Sensibilização contínua dos fornecedores no sentido da sua consciencialização e do seu comprometimento para o cumprimento das regras de segurança impostas pela legislação aplicável;
- Foram realizadas várias ações de sensibilização de segurança no trabalho, nomeadamente: 1) acolhimento e início de funções, incluindo riscos associados e respetivas medidas preventivas na utilização de equipamentos de proteção individual; 2)

controlo e prevenção de substâncias psicoativas; 3) registo de acidentes e incidentes de trabalho; 4) obrigatoriedade de utilização de fardamento e EPI's; 5) Utilização de semi-máscaras de proteção e; 6) Trabalhos em valas.



11.11 Comunicação e Imagem

O Departamento da Comunicação e Imagem tem como objetivo estratégico o reforço da notoriedade da Empresa junto de todos os *stakeholders*, fortalecendo o bom relacionamento entre estes bem como com os órgãos de comunicação social, e agir como o porta-voz da Empresa, com especial enfoque no que se refere ao envolvimento da Empresa com a comunidade servida pelos serviços prestados pela Empresa, concebendo, acompanhando e participando nas diversas ações e iniciativas promovidas dentro e fora da região.

Os momentos de maior comunicação e divulgação, no ano de 2023, estão associados aos projetos na área dos resíduos, designadamente ao lançamento do programa SIC APIN – e BIO APIN. No âmbito destes dois projetos, divulgou-se amplamente informação nas redes sociais, no site da empresa e através da comunicação social conteúdos relativos às ações desenvolvidas pela empresa.

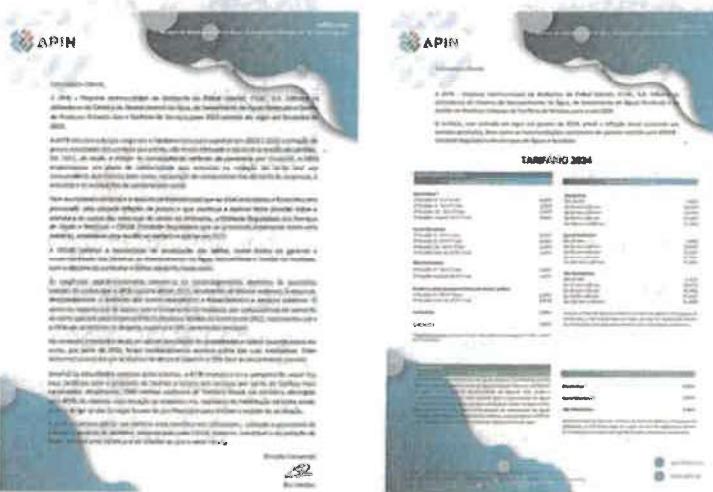
No que diz respeito à visibilidade externa e à notoriedade da empresa, as relações e a comunicação com os clientes e com a comunicação social local e regional estabilizou, havendo sinais de melhoria constante. Apresenta-se de seguida algumas iniciativas desenvolvidas em 2023 pela APIN:

- Ilustração em reservatório junto ao apoio pedonal (passadiços) para a Senhora da Piedade, com o objetivo de sensibilizar crianças e jovens para a temática da saúde e bem-estar de forma a apelar à importância do consumo de água, em detrimento de outras substâncias nocivas. A atividade contou com a participação de crianças, jovens e idosos.

Esta atividade foi desenvolvida em parceria com o CLDS 4GLousã e a Câmara Municipal da Lousã.



- Encarte informativo com divulgação do novo tarifário.



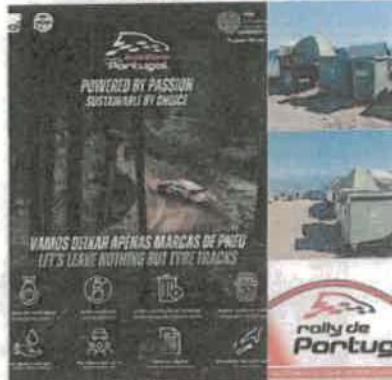
- No âmbito das diversas empreitadas que tiveram em curso em 2023, foram avisados, atempadamente, os municípios e concelhos, de perturbações no fornecimento de água e na circulação rodoviária através da divulgação nas redes de mapas com a devida sinalética.
- Dia Mundial da Água com diversos contactos com a comunicação social.
- Divulgação da operação de manutenção e de higienização de reservatórios de água e de perturbações de abastecimento associadas às intervenções na rede.
- Divulgação junto das Juntas de Freguesia, Municípios e outras Entidades para informar de cortes no abastecimento de água. Partilha de informação na página de Facebook das interrupções programadas no âmbito do investimento da Eficiência Hídrica.
- Divulgação de reforço do número de contentores em Góis e na Lousã no âmbito do Rally de Portugal.

2

Arquivo

Introdução • Rally de Portugal: Acelerar o Bem
Acelerar o bem é uma nova vertente da estratégia de exploração de mercados, em que os
após-serviços são considerados uma oportunidade de valorização da marca e da sua competitividade.
Além disso, no âmbito do Clube da APIN, promovemos a organização da competição Rali de
Portugal, no qual é possível apoiar a nível da estruturação da sustentabilidade das 5 etapas do RPA
Sustainability Ambiente & Sociedade - Zonas.

Rally de Portugal: Programa Inovador para a Inovação e Desenvolvimento Sustentável



- Sessões de Ação de Sensibilização e Formação nas Juntas de Freguesia, IPSS, Estabelecimento de ensino relativo ao projeto da Compostagem.



- Apresentação do ciclo urbano da água aos alunos do 6.º ano, da Escola Básica n.º 2 da Lousã - "Trajeto da água até à torneira de casa".



- Apresentação dos investimentos em Figueiró dos Vinhos com um investimento de € 6,7 milhões relativo à execução de redes de drenagem de águas residuais, permitindo o aumento da taxa de cobertura de saneamento de 28% para 55% no concelho.



- Divulgação Operações POSEUR - Foram colocados painéis outdoor e mensagens em suporte digital nos diversos concelhos para divulgação das operações financiadas pelo POSEUR. O objetivo é divulgar as obras e a sua importância para as comunidades e cumprir com as orientações do Conselho Diretivo do POSEUR no sentido de tornar públicos os financiamentos.



- Campanha da Compostagem – inserido print no verso da fatura da APIN e pedido de colaboração de divulgação do projeto nos suportes de comunicação físicos e digitais dos municípios.
- Lançamento do Projeto Recolha Seletiva de Biorresíduos no município da Lousã. Programa – “Os Biorresíduos dão força à sua terra”.

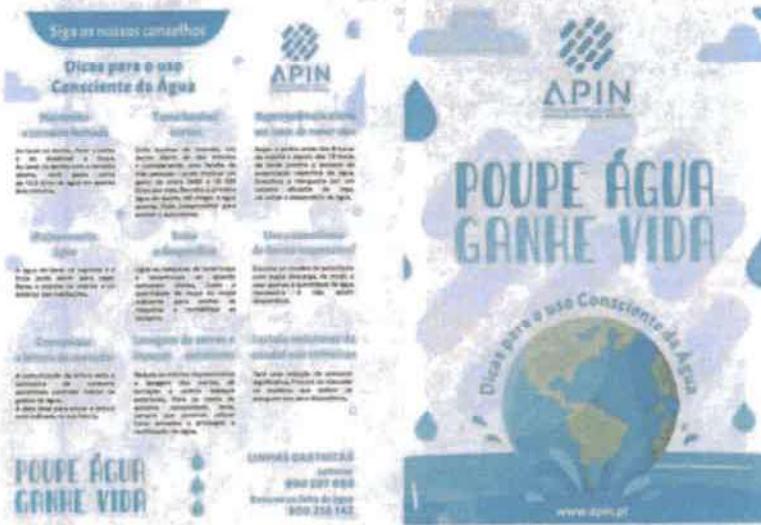


Lousã com projeto pioneiro de recolha de biorresíduos

TERESA, 06 JUNHO 2023



- Campanha de sensibilização – “Poupe água, ganhe vida” - Primeira fase – distribuição de folheto nas Aldeias Serranas e nos pontos de atendimento APIN.



- Divulgação e entrega de Certificados na Semana Europeia da Prevenção de Resíduos - a APIN distinguiu estabelecimentos de ensino, com entrega do Certificado de Boas Práticas de valorização de resíduos orgânicos, no âmbito da adesão ao projeto Compostagem.

Joel



- Lançamento da Operação - Recolha Seletiva de Biorresíduos na Lousã.



- Sítio Institucional - O site permite realizar um conjunto de operações através do Balcão Digital com economia de tempo, conforto e comodidade para os clientes e utilizadores. A plataforma divulga toda a atividade da APIN através das notícias e os alertas para situações imprevistas (roturas, avarias e outros imprevistos que provoquem falhas ou constrangimentos no abastecimento).



11.12 Sistemas de Informação

● Cibersegurança

A APIN está obrigada a cumprir com a alínea a) do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei 65/2021, de 30 de julho, que estabelece o regime jurídico de cibersegurança. Assim, e de acordo com o plano de segurança aprovado a 4 de outubro de 2022, a APIN estabeleceu alguns procedimentos para mitigar o risco de ataques para não comprometer a confidencialidade, integridade e disponibilidade da empresa.

A introdução do MDR em novembro de 2023 (*Management Detection and Response*) permitiu à empresa assegurar um RTO (*Recovery Time Operation*) muito baixo, possibilitando a continuidade de negócio sem que os sectores sejam afetados.

A aquisição de Datacenter em novembro de 2023 foi um investimento necessário devido à quantidade de dados que são gerados diariamente, que incrementou um alto nível de segurança e recuperação de dados. Hoje, os dados da APIN são armazenados duas vezes por dia em produção, ou seja, sem necessidade de os utilizadores estarem sem produzir.

Estando a realizar-se o relatório para o CNCS (Centro Nacional de Cibersegurança), admitimos hoje que houve uma grande evolução na cibersegurança, que nos permite estar em conformidade com o Regime Jurídico do Ciberespaço, ou seja, cumprindo com o Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho - Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço em Portugal.

● NAVIA

Em 2020 a APIN adquiriu o software operacional NAVIA que permite uma gestão eficiente da atividade da empresa. A dificuldade de compilar a informação de cadastro transitada dos municípios originou alterações ao cronograma de implementação inicialmente previsto.

Durante o ano de 2023, depois de finalizada a caracterização das infraestruturas da APIN, procedeu-se à elaboração das intervenções baseada em sintomas, causas e trabalhos que servem de suporte aos operadores.

Após a integração bem-sucedida, nas equipas de operação, manutenção e qualidade, avançou-se para o módulo de perdas, juntamente com a evolução do projeto da Eficiência Hídrica, que nos permite agora ter uma visão sobre o consumo e ciclo urbano da água.

A análise hoje é realizada em 440 Zonas de Medição e Controlo (ZMC's) com os recursos tecnológicos implementados, permitindo maior rapidez na tomada de decisão e intervenção. O NAVIA com base nos dados enviados pelos dataloggers, analisa histórico de consumos, mínimos diários, consumos diários, consumos mínimos noturnos e consumos mínimos noturnos de referência.



11.13 Responsabilidade Social

Ao nível da responsabilidade social, a APIN, na sequência da função social dos municípios que a constituem, fez constar no seu tarifário duas hipóteses de tarifário diferenciado.

Como tal, os utilizadores domésticos podem usufruir de tarifários especiais, quer sejam de menor rendimento (tarifário social) quer sejam famílias numerosas.

De acordo com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, são elegíveis para beneficiar da tarifa social as pessoas singulares com contrato de fornecimento de serviços de águas e que se encontrem em situação de carência económica. Os municípios aderentes solicitam e obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), que para este efeito consulta os serviços competentes da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social.



12 ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA

Nos subcapítulos que se seguem, apresenta-se o detalhe da estrutura de rendimentos, gastos, bem como a situação patrimonial no final de dezembro de 2023.

12.1 Estrutura de Rendimentos

A estrutura de rendimentos da APIN foi de € 15,8 milhões, conforme quadro abaixo:

Quadro 26 - Rendimentos e ganhos

Rendimentos e Ganhos	2023	2022
Vendas	4 450 373	4 278 883
Prestação de serviços	11 051 153	8 827 355
Subsídios à exploração	8 664	1 556 310
Outros rendimentos e ganhos	316 318	237 352
Total	15 826 508	14 899 900
Valores em euros		Fonte Própria

O volume de negócios perfaz um montante de € 15,5 milhões, repartido pelas atividades de abastecimento de água (52,3%), saneamento de águas residuais (22,5%) e gestão de resíduos (25,2%).

12.2 Estrutura de Gastos

A estrutura de gastos da APIN foi de € 19 milhões, conforme quadro abaixo:

Quadro 27 - Gastos e perdas

Gastos e Perdas	2023	2022
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	4 619 073	4 785 892
Fornecimentos e serviços externos	7 974 211	7 150 695
Gastos com o pessoal	4 494 037	4 021 002
Gastos de depreciação e de amortização	998 983	718 719
Perdas por imparidade	331 959	87 627
Perdas por reduções de justo valor	0	0
Provisões do período	0	0
Outros gastos e perdas	119 039	120 578
Gastos de perdas de financiamento	475 701	144 524
Total	19 013 003	17 029 037
Valores em euros		Fonte Própria

Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), no montante de € 8 milhões, representaram cerca de 41,9% dos gastos operacionais. A rubrica de CMVMC's diz respeito ao custo com a aquisição de água em "alta". Por sua vez, o custo com o tratamento de efluentes e a gestão de resíduos em "alta", estão considerados em subcontratos, refletindo 51,3% do total contabilizado em FSE.

Os gastos com o pessoal traduzem um total de 207 colaboradores no final de dezembro de 2023, tendo-se verificado um aumento de 4 colaboradores face ao final de dezembro de 2022.

12.3 Resultado

O Resultado líquido do período de 2023 é de - € 2,5 milhões.

Quadro 28 - Resultados

Resultados	2023	2022
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	-1 711 812	-1 265 893
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	-2 710 794	-1 984 613
Resultado antes de impostos	-3 186 495	-2 129 137
Imposto sobre o rendimento do período	-9 777	-9 177
Imposto diferido	652 970	440 708
Resultado líquido do período	-2 543 302	-1 697 606
Valores em euros		Fonte Própria

12.4 Capital Próprio

O Capital Próprio da APIN no final de 2023 foi de € 16,76 milhões, dos quais € 16,78 milhões dizem respeito à contabilização de candidaturas ao POSEUR, reconhecido na rubrica Outros devedores e credores em contrapartida da rubrica de Subsídios atribuídos e da rubrica Ajustamento em subsídios, representando o saldo da rubrica Ajustamentos em subsídios o valor de impostos estimados no valor de € 4,4 milhões.

A rubrica de Resultados Transitados (após a aplicação de resultados de 2022) foi incrementada no valor de € 2,1 milhões referente à compensação financeira a cargo dos sócios. Foi considerada também nesta rubrica a correção de IVA de anos anteriores, bem como a correção de excesso de estimativa de gastos com os serviços em alta no montante global de € 131,4 mil.

Quadro 29 - Capital próprio

Capital Próprio	2023	2022	Δ Valor	Δ %
Capital realizado	1 100 000	1 100 000	0	0,0%
Reservas legais	10 863	10 863	0	0,0%
Resultados transitados	1 416 223	853 190	563 034	66,0%
Outras variações no capital próprio	16 774 837	16 839 314	-64 478	-0,4%
Resultado líquido do período	-2 543 302	-1 697 606	-845 696	49,8%
Total do Capital Próprio	16 758 621	17 105 761	-347 140	-2,0%

Valores em euros

Fonte Própria

12.5 Principais Rácios Financeiros

No quadro que se segue apresenta-se os principais indicadores financeiros relativos aos anos de 2023 e 2022:

Quadro 30 - Indicadores da posição financeira

Indicadores da Posição Financeira	Fórmulas	2023	2022
Debt to Equity (x)	Dívida Financeira Líquida / Património Líquido	8,38	2,89
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes (€)	Resultado Operacional	-2 710 794	-1 984 613
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes and Depreciation (€)	Resultado Operacional + Amortizações + Impairmentes	-1 379 853	-1 178 266
Autonomia Financeira	Capital Próprio / Ativo	0,31	0,44
Solvabilidade	Capital Próprio / Passivo	0,46	0,77
Rentabilidade dos Capitais Próprios	Resultado Líquido / Capital Próprio	n.a.	n.a.

Fonte Própria

O *Debt to Equity* apresenta um nível de endividamento de 8,38x, superior face ao ano anterior (2,89x). Os resultados operacionais apresentam o valor de - € 2,7 milhões. Por seu lado, o *EBITDA* apresenta um valor de cerca de - € 1,4 milhões, refletindo uma margem *EBITDA* de - 8,9%.

A autonomia financeira da empresa em 2023 ascende a 0,31, enquanto o rácio de solvabilidade evidencia uma estrutura de capitais de 0,46 que apresenta uma diminuição face ao ano anterior (0,77).

A deterioração dos rácios financeiros está associada à necessidade de alavancagem no final de 2023 tendo em vista o pagamento integral das obras financiadas pelo POSEUR.

12.6 Gestão de Riscos

A APIN encontra-se sujeita a uma variedade de riscos: risco de liquidez, risco de mercado e risco de catástrofe.

Para o desenvolvimento da sua atividade, a gestão dos mesmos é essencialmente controlada pela Administração e decorre do acompanhamento sistemático das principais operações da empresa e respetivos fluxos financeiros, e ainda pelo conhecimento que detém do mercado e do setor de atividade em que se insere.

As decisões tomadas pela Administração assentam em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas geram apenas riscos regularmente suportáveis pela empresa.

12.7 Ações Próprias

Tal como se verificou no quadro do capital próprio, a organização não detém quotas próprias nem efetuou aquisições ou alienações de ações próprias no decurso do exercício.

12.8 Negócio entre a Sociedade e os Seus Administradores

Dando cumprimento ao artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, não existiram negócios entre a sociedade e os seus administradores no período de 2023.

12.9 Sucursais

A sociedade não detém sucursais em território nacional nem fora do território nacional.

12.10 Situação Fiscal e Contributiva

À data de encerramento das contas, a empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal e à Segurança Social.



Con / Ano / 2023 / 2024
Relatório de Gestão e Contas 2023

13 PERSPECTIVAS FUTURAS

Após a conclusão dos investimentos com apoio comunitário, o desempenho funcional da empresa foi melhorado, o que permitirá obter desta forma ganhos significativos do ponto de vista operacional e económico.

O ano de 2024 antecede o novo quinquénio tarifário vinculativo, perspetivando-se a atualização do Contato de Gestão delegada o qual integrará a proposta para o Plano Plurianual de Investimentos para 2025-2029 conjuntamente com a Trajetória Tarifária para o mesmo período, o Estudo de Viabilidade Económica e Financeira e o Plano de Financiamento da APIN para o novo ciclo.

Relativamente ao processo de saída do município de Penacova a APIN mantém o compromisso inalterado de salvaguardar o cumprimento das obrigações legais, na defesa do serviço público prestado e dos interesses das populações.

Enunciam-se de seguida as principais iniciativas estratégicas a desenvolver pela APIN durante o ano de 2024:

- a) Redução de Perdas - a APIN assegurará a continuidade da implementação de estratégias de controlo de perdas de água, por forma a assegurar uma redução de água não faturada. Ao nível da gestão de perdas reais propõe-se implementar mais ZMC's, reforçar a atividade de pesquisa ativa de fugas e continuar com a redução e estabilização de pressões nas redes de distribuição de água. Ao nível da gestão de perdas aparentes propõe-se intensificar a pesquisa de atos ilícitos e continuar com a renovação do parque de contadores.
- b) Infiltrações e Afluências Indevidas – a APIN assegurará a continuidade da implementação das estratégias definidas para o controlo das infiltrações e afluências indevidas, por um lado, melhorar a eficácia e a eficiência do funcionamento hidráulico dos sistemas de drenagem e, por outro, reduzir o risco de inundações e extravasamentos de águas residuais. Entre as principais medidas propõe-se implementar zonas de monitorização de caudais em bacias de drenagem urbanas, intensificar a deteção de afluências indevidas de caudais pluviais aos sistemas de saneamento de águas residuais e reabilitar e substituir as infraestruturas (caixas de visita e coletores) desagregadas ou tecnicamente deficientes nos sistemas de drenagem.

- c) Reabilitação de Condutas e Ramais - pretende-se assegurar a continuidade das intervenções de substituição de condutas e ramais de modo a garantir a sustentabilidade do sistema de abastecimento de água e adequados níveis de serviço. Para 2024, propõe-se substituir/reabilitar os componentes mais críticos e cuja condição física e desempenho estejam manifestamente deficientes.
- d) Segurança da Áqua para Consumo Humano – a APIN pretende obter uma melhoria continua dos processos que permitam aumentar a eficiência da gestão dos sistemas de controlo da qualidade da água.
- e) Reforçar-se-ão as ações de fiscalização, tanto no que respeita a consumos ilícitos, como no que se refere ao cumprimento da obrigação de ligação dos alojamentos às redes públicas de água e saneamento.
- f) Proceder a uma dinamização da economia circular através da promoção da reciclagem multimaterial e valorização orgânica de resíduos urbanos.
- g) Continuidade da implementação da renovação, lavagem e higienização do parque de contentores.

A administração da APIN está comprometida com um modelo de gestão que assegure as melhores condições de trabalho e uma adequada remuneração.

14 IMPOSTO DIFERIDO SOBRE O RENDIMENTO

Nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro n.º 25 do SNC, o reporte de imposto decorrente do prejuízo fiscal é reconhecido como um ativo do período em que ocorre quando “é provável que o benefício fluirá para a entidade” nos períodos seguintes.

Considerando as perspetivas futuras de revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira, perspetivar-se-á a sustentabilidade da operação e a realização de lucro tributável por forma a recuperar o valor de ativos por impostos diferidos.



15 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação da APIN pautou-se pelo respeito da Lei, pelos municípios seus acionistas, pelos utilizadores do serviço, pelos fornecedores e demais prestadores de serviços.

O rigor, a exigência, a transparência, a ética e um forte sentido de serviço público continuarão a estar no centro da atividade da APIN, tendo em conta o interesse dos utilizadores dos sistemas públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.

O Conselho de Administração da APIN deseja deste modo expressar o seu agradecimento a todos os que contribuíram com o seu trabalho durante o ano de 2023, bem como, a todos os que desempenharam um papel fundamental neste quarto ano de atividade, agradecendo também, particularmente:

- Aos municípios que constituem o Sistema, pelo empenho e colaboração;
- A todos os clientes particulares e empresariais que através da exigência fomentam uma melhoria contínua;
- Aos fornecedores, pelo esforço evidenciado na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- Com especial apreço, a todos os trabalhadores da empresa, pela dedicação, competência e profissionalismo no exercício das suas funções, em prol de um serviço público de referência.

16 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do disposto do artigo 30.º dos Estatutos da APIN e nos artigos 31.º a 33.º, na alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º, no artigo 295.º e nos n.ºs 1, alínea b) e 2 do artigo 376.º todos do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido negativo do período de 2023, no valor de - € 2.543.302,19 seja transferido para resultados transitados.

17 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A CARGO DOS SÓCIOS (Artigo 40.º, n.ºs 2 e 8 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto)

Perante o resultado negativo do período, o Conselho de Administração propõe a aplicação do mecanismo legal de reposição do equilíbrio previsto no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, sendo que, «... no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar

negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa».

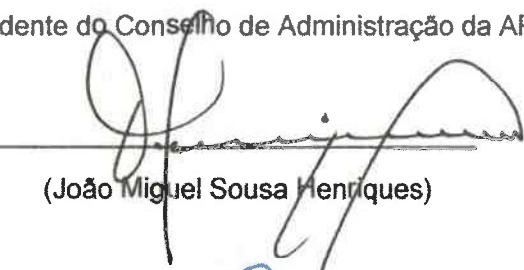
Neste sentido, importa salientar que, de acordo com os n.ºs 3 e 4 do mesmo artigo, os sócios terão de proceder à transferência financeira no mês seguinte à apreciação das contas, nos termos e nos prazos da lei comercial.

18 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Tal como referido no ponto 6 - Principais Acontecimentos, o processo iniciado pelo município de Penacova que decorria em tribunal Arbitral, foi objeto de Sentença Arbitral proferida em 23 de novembro de 2023, nos termos da qual foi decidido declarar a validade do Contrato de Gestão Delegada. A sentença transitou em julgado em janeiro de 2024, encontrando-se a APIN a efetuar o apuramento do valor final a reclamar junto do município de Penacova.

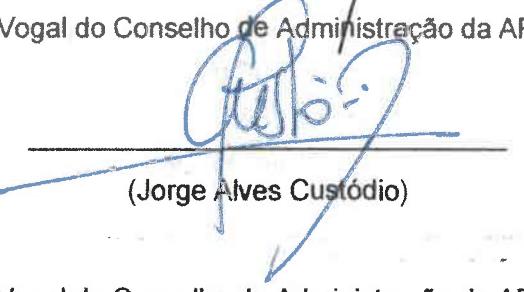
Penela, 19 de março de 2024

O Presidente do Conselho de Administração da APIN,



(João Miguel Sousa Henriques)

O Vogal do Conselho de Administração da APIN,



(Jorge Alves Custódio)

O Vogal do Conselho de Administração da APIN,



(Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes)



Conselho de Contabilidade

Auditores Oficiais
Auditores Fiscais
Auditores InternosRelatório de Gestão e Contas 2023

P. Arlindo

19 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

19.1 BALANÇO

APIN - Emp. Interm. Amb. Pinhal Interior,EIM SA

Contribuinte: 515515507

BALANÇO EM 31 dezembro 2023

Moeda: EURO

Rúbrica	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	9	40.778.158,37	14.395.266,96
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Ativos intangíveis	8	239.840,24	211.712,77
Ativos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		39.424,77	34.675,96
Outros investimentos financeiros		1.550,00	1.550,00
Créditos a receber	24	1.470.812,78	817.842,79
Ativos por impostos diferidos	24	42.827.786,16	15.461.048,48
Ativo corrente			
Inventários	20	22,28	
Ativos biológicos			
Clientes	14,23	1.509.969,80	1.807.284,89
Estado e outros entes públicos	25	9.177,67	
Capital subscrito e não realizado			
Outros créditos a receber	24	6.775.846,38	17.681.975,38
Diferimentos		549.988,32	538.299,39
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	5	2.014.151,21	3.795.196,02
		10.856.953,84	23.822.761,68
Total do ativo		53.386.739,80	39.283.810,16
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital Subscrito		1.100.000,00	1.100.000,00
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais		10.863,28	10.863,28
Outras reservas			
Resultados transladados		1.416.223,38	853.189,83
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio		16.774.838,77	16.839.314,46
Dividendos antecipados			
Resultado líquido do período		-2.543.302,19	-1.697.606,08
Total do capital próprio		16.758.821,24	17.105.761,48
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos Obrigatórios	11,12	9.314.167,30	3.830.146,59
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar	24	12.214.018,66	8.833.669,46
		21.528.185,96	12.663.818,07
Passivo corrente			
Fornecedores	24	3.643.967,38	3.954.890,75
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	25	687.972,79	481.101,28
Financiamentos Obrigatórios	11,12	5.093.549,72	176,87
Outras dívidas a pagar	24	5.673.490,37	5.068.888,67
Diferimentos		952,34	9.375,03
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
Total do passivo		15.099.932,60	9.514.232,60
Total do capital próprio e do passivo		38.628.118,58	22.178.048,67
		53.386.739,80	39.283.810,16

Órgão de Gestão: _____

Contabilidade Certificada n.º:

OC 65558

19.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Rúbrica	Notas	31/12/2023	31/12/2022
APIN - Emp. Interm. Amb. Pinhal Interior,EIM SA			Contribuinte: 515515507
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 dezembro 2023			Moeda: EURO
Vendas e serviços prestados	22	15 501 526,06	13 106 238,38
Subsídios à exploração	32	8 663,99	1 556 309,51
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	-4 619 073,47	-4 785 891,00
Fornecimentos e serviços externos	27	-7 974 210,94	-7 150 695,05
Gastos com o pessoal	28	-4 494 037,17	-4 021 001,90
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	-331 959,00	-87 627,00
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos	29	316 318,42	237 352,01
Outros gastos	30	-119 039,44	-120 577,56
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	31	-998 982,91	-718 719,49
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	26	-475 700,63	-144 524,33
Resultado antes de impostos			
Imposto sobre o rendimento do período		-3 186 494,99	-2 129 137,03
Imposto sobre o rendimento do período		643 192,80	431 530,95
Resultado líquido do período		-2 543 302,19	-1 697 606,08

Orgão de Gestão _____

Contabilista Certificado: _____

cc 65586

19.3 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

APIN - Emp. Interm. Amb. Pinhal Interior,EIM SA

Contribuinte: 51551550?

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES EM 31 dezembro 2023

Moeda: EURO

Rúbrica	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Vendas e serviços prestados	22	15 501 526,06	13 105 238,38
Custo das Vendas e dos Serviços Prestados	20,27	-9 525 622,16	-9 163 352,58
Resultado Bruto		5 975 903,90	3 942 885,80
Outros Rendimentos	29,32	324 982,41	1 793 661,52
Gastos de Distribuição			
Gastos Administrativos		-3 067 662,25	-2 773 234,07
Gastos de Investigação e Desenvolvimento			
Outros Gastos		-5 944 018,52	-4 947 925,95
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e Impostos)		-2 710 794,65	-1 984 812,70
Gastos de Financiamento (Líquidos)	28	-475 700,53	-144 524,33
Resultado antes de Impostos		-3 186 494,99	-2 129 137,03
Imposto sobre o rendimento do período		643 192,80	431 530,95
Resultado Líquido do período		-2 543 302,19	-1 697 606,08

Gráfico de Gestão:

Contabilista Certificado n.º

CC 65558

19.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Entidade: APIN - Emp. Interm. Amb. Pinhal Interior, EIM SA

Contribuinte: 515515507

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - PERÍODO FIMADO EM 31 dezembro 2023

Moeda: EURO

Rúbrica	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		16 582 834,18	14 318 887,92
Pagamentos a fornecedores		-14 158 078,45	-14 138 822,79
Pagamentos ao pessoal		-3 973 828,80	-3 802 992,31
Caixa gerado pelas operações		-1 549 973,07	-3 622 827,18
Pagamento/recabimento do imposto sobre o rendimento		-8 176,55	67 214,93
Outros recebimentos/pagamentos		32 369,18	1 543 318,72
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-1 526 780,44	-2 012 393,63
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-24 899 699,78	-5 822 528,37
Ativos intangíveis		-69 267,24	-146 302,91
Investimentos financeiros		-63,33	-20,25
Outros ativos			-90,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		308 462,07	2 182,05
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		1 122,91	
Outros ativos			
Subsidios ao investimento		12 473 236,78	6 189 054,51
Juros e rendimentos similares			
Dividendos		-12 186 168,59	584 295,03
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		10 599 016,93	3 826 326,48
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações		1 830 206,21	
Outras operações de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-21 621,30	-1 003,03
Juros e gastos similares		-475 700,53	-144 524,33
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		11 931 961,22	3 680 789,13
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		+1 781 047,81	1 772 700,62
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no inicio do período		3 795 199,02	2 022 406,39
Caixa e seus equivalentes no final do período		2 014 151,81	3 795 199,02
Caixa e seus equivalentes no final do período - BALANÇETE		2 014 151,81	3 795 199,02

Órgão de Gestão:

Data: 18/03/2024

Hora: 09:45:53

Contabilista Certificado n.º

cc 65558

19.5 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - 2023

Contribuinte 515515507

APIN - Emp. Interm. Amb. Pinhal Interior, EIM SA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO PÉRIODO EM 31 dezembro 2023

Rúbrica	Variação	Capital Realizado	Ações (Quotas) Próprias	Reservados Legais	Outras Reservas	Recebimentos das Outras Unidades Verticais	Ajustamentos dos Outros Capitalizadores	Excedentes de Revalorização	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PÉRIODO DE 2023										
Alterações no capital social		\$ 100 000,00				\$ 03.326			- 1.697.606,0	\$ 667.447,03
ALTERAÇÕES NO PÉRIODO										
Revisão da Apuração do SIC										
Alterações de Políticas Contabilísticas										
Diferenças de Conversão de Demonstrações Financeiras										
Realização do Encerramento de Resultado										
Excedente de Revalorização										
Ajustamentos por Impostos Eliminados										
Outras Alterações não referentes ao Capital Próprio										
RESULTADO LÍQUIDO										
RESULTADO INTERNA										
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PÉRIODO										
Retorno ao Detentor do Capital										
Reembolso das Ações de Emissão										
Dividendos										
Fornecida para cobertura de dívida										
Outras Operações										
POSIÇÃO NO FIM DO PÉRIODO DE 2023										
		1.100.000,0				1.416.223,3	16.774.836,	- 2.543.360,1	16.758.621,24	

Conselho de Administração

Orçamento de Gestão

19.6 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - 2022

APIN - Emp. Interm. Amb. Pinhal Interior, E.M. SA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO PERÍODO EM 31 December 2022

Contribuinte 515515207

Moeda: EUR

Resumo	Variação	Capital Realizado	Acções (Quinhão) Próprias	Instrumentos de Capital Próprio	Prémio de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Translatados	Ajustamentos das Variações das Taxas de Páteo	Incidentes Relacionados	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO MÉDIO DO PERÍODO DE 2022		1.100.000,00				10.863,28		487.265,61			-2.160.133,7	-561.511,90
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Prémio Adicional do SMC											-4.437.528,0	-4.437.528,00
Alterações de Políticas Contabilísticas											2.160.133,79	2.3.803.894,51
Diferenças de Conversão de Demonstrações Financeiras											2.160.133,79	2.160.133,79
Realização do Exercício de Revolturação											-1.093.606,0	-1.093.606,00
Variância de Revalorização											462.332,71	462.332,71
Aplicações por Importes Diferentes											17.467.750,19	17.467.750,19
Outras Alterações reconhecidas no Capital Próprio												
RESULTADO LÍQUIDO												
RESULTADO INTEGRAL												
COMBINAÇÕES COM OUTRAS TABELAS DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de Capital												
Realizações de Prémio de Emissão												
Dividendos												
Exercícios baseada cobertura de perdas												
Outras Operações												
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2022											1.000.000,0	1.000.000,0
											10.863,28	10.863,28
											551.169,43	551.169,43
											1.087.606,5	1.087.606,5
											17.467.750,19	17.467.750,19

Contabilista Certificado n.º

Orçado de Serviços

Oey

D.F.

Paulo
P.
A. Lameiras

20 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

- 1.1 Designação da entidade: APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S. A.
- 1.2 Morada: Zona Industrial de Penela, Lote 15, 3230-347 Penela
anterior
- 1.3 Número de identificação fiscal: 515 515 507
- 1.4 Natureza da atividade: Exploração e gestão do Sistema Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, o qual agrupa os sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento, de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos municípios de Alvalázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares, no respetivo território.
Arquivado
- 1.5 Conservatória: Registo comercial e predial de Penela
- 1.6 Capital Social: 1.100.000 €
- 1.7 Período das demonstrações financeiras: Período findo em 31 de dezembro de 2023

NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

- 2.2 Derrogação das disposições do SNC e efeitos nas demonstrações financeiras

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

- 2.3 Comparação com o ano anterior

As demonstrações financeiras são comparáveis com o ano anterior.

NOTA 3 - ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, não há efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009).

NOTA 4 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

4.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M. S.A. são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente valorizados pelo seu custo.

O custo do ativo fixo tangível além do preço de compra, inclui os direitos de importação e impostos não reembolsáveis, custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, e exclui descontos comerciais e abatimentos.



Ora am Tom J. P. vet 2. R. A. 1. 2. 3.

É adotado o modelo do custo na mensuração subsequente à mensuração inicial, os ativos fixos tangíveis são valorizados pelo custo, menos depreciação acumulada e perdas por imparidade.

Os bens com vida útil limitada são depreciados em função da sua utilização, e assim que estejam concluídos ou em estado de uso. Dado que os terrenos têm vida ilimitada não são depreciados.

A quantia depreciável do ativo fixo tangível é imputada pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a legislação aplicável.

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor, como segue:

Rúbricas	Vida Útil - Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	8 a 40
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos tangíveis	3 a 8

As despesas, com reparação e manutenção destes ativos, são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

São efetuados testes de imparidade sempre que existem indicadores que possam apontar para os mesmos.

A quantia escriturada do bem é despreconhecida no momento da alienação ou quando não se espere futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Sendo, o ganho ou perda decorrente incluído nos resultados.

4.3. Propriedades de investimento

A entidade não detém propriedades de investimento.

4.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.

Rúbricas	Vida Util - Anos
Projetos de desenvolvimento	3
Outros ativos intangíveis	3 a 10

4.5. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas, nas quais a Empresa detenha influência ou controlo significativos (geralmente com participação superior a 20% do capital social), são mensurados pelo método da equivalência patrimonial.

Os restantes investimentos financeiros são mensurados pelo método do custo.

4.6. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria até ao montante de 50.000,00 e 21% sobre o excedente. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação se baseia no plano de negócios da Empresa.

4.7. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o FIFO (*First In First Out*) como método de custeio habitual, ou em alternativamente o método do custo específico. É registada

uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

4.8. Ativos biológicos

A entidade não detém ativos biológicos.

4.9. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

4.10. Ativos financeiros detidos para negociação

A entidade não detém ativos financeiros detidos para negociação.

4.11. Ativos não correntes detidos para venda

De igual modo, a entidade não detém de investimentos disponíveis para venda.

4.12. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

4.13. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente



imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

4.14. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

4.16. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

4.17. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

4.18. Rérito e regime do acréscimo

O rérito comprehende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rérito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rérito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rérito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

4.19. Reconhecimento do rérito em contratos de construção

A entidade não detém situações de contratos de construção.



4.20. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investimento estão registados em balanço na rubrica "Capital Próprios" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4.21. Custos dos Empréstimos obtidos

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

NOTA 5 - FLUXOS DE CAIXA

5.1 - Os valores apresentados em caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

5.2 - A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

MEIOS LÍQUIDOS FINANCEIROS	2023	2022
Caixa	1 825	3 316
Depósitos à Ordem	2 012 327	3 791 883
Outros depósitos bancários	-	-
Outros Instrumentos financeiros	-	-
Total	2 014 151	3 795 199

NOTA 6 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS

- 6.1 As demonstrações financeiras são comparáveis com as apresentadas no comparativo.
- 6.2 As políticas contabilísticas são consistentes entre os vários períodos apresentados.
- 6.3 Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas nos vários períodos apresentados.
- 6.4 Não foram identificados erros materiais de períodos anteriores nas demonstrações financeiras.

NOTA 7 - PARTES RELACIONADAS

Na data de reporte financeiro a Empresa era participada pelas seguintes Entidades:

- O município de Alvaiázere com o NIF 506 605 949 detém 8,98% do capital social, no valor nominal de € 98.780 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Ansião com o NIF 506 605 930 detém 13,73% do capital social, no valor nominal de € 151.030 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Castanheira de Pera com o NIF 506 731 324 detém 4,26% do capital social, no valor nominal de € 46.860 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Figueiró dos Vinhos com o NIF 506 546 381 detém 5,82% do capital social, no valor nominal de € 64.020 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Góis com o NIF 506 613 399 detém 7,20% do capital social, no valor nominal de € 79.200 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Lousã com o NIF 501 121 528 detém 18,39% do capital social, no valor nominal de € 202.290 - Início da participação: 29 de julho de 2019.

- O município da Pampilhosa da Serra com o NIF 506 811 883 detém 7,90% do capital social, no valor nominal de € 86.900 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Pedrógão Grande com o NIF 507 011 937 detém 5,54% do capital social, no valor nominal de € 60.940 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Penacova com o NIF 506 657 957 detém 14,04% do capital social, no valor nominal de € 154.440 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Penela com o NIF 506 778 037 detém 6,77% do capital social, no valor nominal de € 74.470 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Vila Nova de Poiares com o NIF 505 371 600 detém 7,37% do capital social, no valor nominal de € 81.070 - Início da participação: 29 de julho de 2019.

Os saldos com Entidades relacionadas apresentam os seguintes montantes:

SALDOS COM PARTES RELACIONADAS	Ativo		Passivo	
	2023	2022	2023	2022
Clientes - Sócios				
Avalázere	8 874	14 363	-	-
Ansião	14 956	40 729	-	-
Castanheira de Pera	4 127	-	-	-
Figueiró dos Vinhos	64 418	57 736	-	-
Góis	28 825	27 096	-	-
Lousã *	167 855	29 452	-	-
Pampilhosa da Serra	6 394	5 711	-	-
Pedrógão Grande	201	13 130	-	-
Penacova	151 518	103 228	-	-
Penela	387	15 767	-	-
Vila Nova de Poiares	4 853	930	-	-
Outros Devedores (Refaturação)				
Lousã	58 587	-	-	-
Penela	768 803	619 785	-	-
Fornecedores - Sócios				
Avalázere	-	-	-	-
Ansião	-	-	-	-
Castanheira de Pera	-	-	23 433	23 433
Figueiró dos Vinhos	-	-	1 913	-
Góis	-	-	14 730	108 985
Lousã	-	-	1 744	1 744
Pampilhosa da Serra	-	-	98 182	96 550
Pedrógão Grande	-	-	122 908	-
Penacova	-	-	-	-
Penela	-	-	2 435	-
Vila Nova de Poiares	-	-	57 773	57 773
Total	1 277 599	927 927	323 119	288 485

* o valor de € 167.855 não reflete o valor pago pelo município da Lousã no final do ano (€ 95.180,90) uma vez que a APIN apenas recebeu a 2 de janeiro de 2024.

NOTA 8 - ATIVOS INTANGÍVEIS

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

O método de amortização usado é o das quotas constantes.

As seguintes tabelas evidenciam a movimentação nos ativos intangíveis de 2023 e 2022:

ATIVOS INTANGÍVEIS	31 de dezembro de 2023				
	Saldo em 01/01/23	Aquisições Amort.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/12/23
Goodwill	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	278 377	21 225	-	-	299 602
Programas de computador	-	-	-	-	-
Propriedade industrial	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis e em curso	143 153	152 690	-	-	295 843
Total do ativo bruto	421 530	173 915	-	-	595 445
Amortizações acumuladas	(209 817)	(145 787)	-	-	(355 605)
Outros ativos intangíveis e em curso	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	211 713	28 127	-	-	239 840
ATIVOS INTANGÍVEIS	31 de dezembro de 2022				
	Saldo em 01/01/22	Aquisições Amort.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/12/22
Goodwill	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	243 901	34 476	-	-	278 377
Programas de computador	-	-	-	-	-
Propriedade industrial	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis e em curso	120 257	22 897	-	-	143 153
Total do ativo bruto	364 158	57 373	-	-	421 531
Amortizações acumuladas	(84 554)	(125 263)	-	-	(209 817)
Outros ativos intangíveis e em curso	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	279 604	(67 891)	-	-	211 713

NOTA 9 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2023 e 2022:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2023				
	Saldo em 1/jan/23	Aquisições Deprec.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/dez/23
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	108 051	339	-	-	108 390
Equipamento básico	1 065 370	2 471 015	-	-	3 536 385
Equipamento de transporte	2 328 679	977 161	(200)	-	3 305 640
Equipamento administrativo	203 745	79 354	-	-	283 098
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	26 612	1 281 574	-	-	1 308 186
Investimentos em curso	11 642 867	22 424 592	-	-	34 067 460
Total do ativo bruto	15 375 324	27 234 035	(200)	-	42 609 159
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(27 156)	(9 782)	-	-	(36 938)
Equipamento básico	(141 853)	(182 237)	-	-	(324 090)
Equipamento de transporte	(720 881)	(503 273)	113	-	(1 224 042)
Equipamento administrativo	(83 264)	(48 173)	-	-	(131 437)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	(6 904)	(109 590)	-	-	(116 494)
Total de depreciações acumuladas	(980 057)	(853 056)	113	-	(1 833 001)
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	14 395 267	26 380 979	(87)	-	40 776 158

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2022				
	Saldo em 1/jan/22	Aquisições Deprec.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/dez/22
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	108 051	-	-	-	108 051
Equipamento básico	366 060	699 310	-	-	1 065 370
Equipamento de transporte	2 112 914	216 065	(300)	-	2 328 979
Equipamento administrativo	138 828	64 917	-	-	203 745
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	19 902	6 711	-	-	26 612
Investimentos em curso	1 050 093	10 592 474	-	-	11 642 567
Total do ativo bruto	3 795 848	11 579 477	(300)	-	15 375 324
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(17 554)	(9 602)	-	-	(27 156)
Equipamento básico	(48 627)	(93 226)	-	-	(141 853)
Equipamento de transporte	(276 203)	(444 822)	144	-	(720 881)
Equipamento administrativo	(41 777)	(41 487)	-	-	(83 264)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	(2 584)	(4 319)	-	-	(6 904)
Total de depreciações acumuladas	(386 745)	(593 456)	144	-	(980 057)
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	3 409 102	10 986 021	(156)	-	14 395 267

NOTA 10 - ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES DESCONTINUADAS

Não aplicável.

NOTA 11 - LOCAÇÕES

Quando aplicável os saldos pendentes de locações são os que se apresentam de seguida:

LOCAÇÕES	2023		2022	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Locações financeiras	8 322	4 073	16 320	177
Total	8 322	4 073	16 320	177

NOTA 12 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o saldo da rubrica "financiamentos obtidos" está discriminado como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	2023		2022	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	9 305 845	5 089 477	3 813 827	-
Descobertos bancários	-	-	-	-
Locações financeiras	8 322	4 073	16 320	177
Outros empréstimos	-	-	-	-
Total	9 314 167	5 093 550	3 830 147	177

Relativamente à rubrica de empréstimos bancários cerca de € 136,6 mil dizem respeito ao financiamento da Linha BEI PT 2020 – Autarquias e € 14,3 milhões ao financiamento de banca comercial.

NOTA 13 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Não aplicável.

NOTA 14 - IMPARIDADE DE ATIVOS

14.1 Imparidade de Inventários

Não aplicável.

14.2 Imparidade de Dívidas a Receber

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos gastos relativo a Imparidade de Dívidas a Receber dos períodos de 2023 e 2022.

IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER	2023	2022
Imparidade acumulada no início do período	715 280	627 653
Perdas do exercício	331 959	87 627
Reversões do exercício	-	-
Imparidade acumulada no fim do período	1 047 239	715 280

A Empresa constituiu imparidades para clientes com dívidas vencidas superiores a 30 dias de antiguidades, excluindo as classes de consumo: 1) municípios; 2) Juntas de Freguesia e 3) Estado.

NOTA 15 - INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Não aplicável.

NOTA 16 - CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

A. Lino
Não aplicável.

NOTA 17 - INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO

Não aplicável.

NOTA 18 - EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

Não aplicável.

NOTA 19 - AGRICULTURA

Não aplicável.

NOTA 20 - INVENTÁRIOS

O consumo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas, assim como, a discriminação do inventário apresentado pela gerência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, é descrito na seguinte tabela:

INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	2023	2022
Inventário inicial de Mercadorias, Mat. Consumidas e At. Biológicos Consumo	-	-
Compras	4 619 096	4 785 892
Reclassificação e regularização		
Custo das mercadorias vendidas, matérias e ativos biológicos consumidos	(4 619 073)	(4 785 892)
Inventário final de Mercadorias, Mat. Consumidas e At. Biológicos Consum.	-	-
Imparidade acumulada de Merc., Mat. Consumidas e At. Biológicos Consum.	-	-
Sub-total:	22	-
Produtos acabados e intermédios	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
Ativos biológicos de produção	-	-
Imparidade acumulada de produtos e At. Biológicos de produção	-	-
Sub-total:	-	-
Total de inventários e de ativos biológicos	22	-

APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior

Variação nos Inventários da Produção

Não aplicável.

Xun. Com. P. J. A. Alves

Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, períodos de 2023 e 2022:

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	2023	2022
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4 619 073	4 785 892
Ativos biológicos (consumíveis)	-	-
Total	4 619 073	4 785 892

Nesta rubrica encontra-se registada sobretudo a compra de água em "alta" adquirida à Águas do Centro Litoral, S.A. e à Águas do Vale do Tejo, S.A. e em menor escala à Águas do Planalto, S.A., ao município de Arganil e ao município de Condeixa.

NOTA 21 - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não aplicável.

NOTA 22 - RÉDITO

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Vendas e Prestação de Serviços dos períodos de 2023 e 2022.

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Naturezas	2023	2022
Vendas de Mercadorias	4 450 373	4 278 883
Vendas de Produtos Acabados	-	-
Prestação de Serviços	11 051 153	8 827 355
Total	15 501 526	13 106 238

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Mercados	2023	2022
Nacional	15 501 526	13 106 238
União Europeia	-	-
Paises Terceiros	-	-
Total:	15 501 526	13 106 238

O aumento verificado em 2023 face a 2022 deve-se essencialmente à aplicação do tarifário para 2023. O valor apurado no final de 2023 incorpora cerca de € 541,2 mil relativo ao acréscimo de rendimentos de vendas e prestações de serviços.

NOTA 23 - CLIENTES

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2023 e 2022 apresenta o seguinte detalhe:

CLIENTES	2023	2022
Clientes conta corrente	1 509 697	1 807 285
Clientes títulos a receber	-	-
Clientes factoring e outros	-	-
Clientes cobrança duvidosa	1 047 239	715 280
Clientes perda por imparidade acumuladas	(1 047 239)	(715 280)
Total	1 509 697	1 807 285
Adiantamentos de Clientes	-	-

NOTA 24 - FORNECEDORES E OUTROS DEVEDORES E CREDORES

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2023 e 2022 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	2023	2022
Fornecedores gerais	2 917 872	2 479 609
Fornecedores de investimentos	726 095	1 475 282
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores confirming e outros	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Fornecedores perdas por imparidade acumuladas	-	-
Total	3 643 967	3 954 891

A rubrica de Fornecedores encontra-se influenciada pelo valor em dívida aos fornecedores ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, S.A. (€ 949,7 mil), Águas do Vale do Tejo, S.A. (€ 691,9 mil) e Águas do Centro Litoral (€ 450,1 mil), que representam em conjunto cerca de 57,4% do total da dívida a fornecedores a 31 de dezembro de 2023.

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E DÍVIDAS A PAGAR	2023	2022
ARECEBER		
Fornecedores - Devedores	16 597	11 608
Ativos por impostos diferidos	1 470 813	817 843
Devedores de fornecedores de investimentos	1 844	31 451
Devedores por acréscimos de rendimentos	541 164	431 675
Outros devedores	6 217 591	17 208 794
APAGAR		
Credores por acréscimos de gastos	(2 019 470)	(1 697 297)
Outros credores	(15 866 039)	(12 205 061)
Total	(9 639 500)	4 599 013

O reporte de imposto decorrente do prejuízo fiscal é reconhecido como um ativo do período em que ocorre. Neste sentido, foi apurado o valor de € 653 mil relativo a Ativos por Impostos Diferidos, sendo o valor acumulado desta rubrica de € 1,5 milhões.

A rubrica de Outros devedores inclui subsídios para investimentos no âmbito de projetos POSEUR no montante de € 1,6 milhões e € 383,1 mil do Fundo Ambiental, € 2,6 milhões relativo ao registo da TRH (Taxa de Recursos Hídricos) e da TGR (Taxa de Gestão de Resíduos), € 827,4 mil referente a valores refaturados aos municípios no âmbito de obras cuja responsabilidade é dos próprios municípios, uma vez que a sua finalidade não se enquadra nas atividades delegadas na APIN, bem como € 653,6 mil relativo à cobertura de prejuízos dos resultados líquidos negativos dos anos de 2021 e 2022 alocados inicialmente ao município de Penacova, mas que por via da Sentença Arbitral serão reclamados aos restantes acionistas na proporção da percentagem do capital social.

As referidas obras (refaturadas aos municípios) foram incluídas nos projetos de execução, cuja elaboração foi da responsabilidade dos municípios, e cuja construção veio mais tarde a ser delegada pelos mesmos na APIN, sendo os municípios os únicos beneficiários das referidas obras. Estes investimentos consubstanciam maioritariamente: 1) intervenções em redes pluviais; 2) pavimentações para além da largura da vala necessária à execução de redes de água/saneamento e; 3) outros investimentos da responsabilidade do município, como por exemplo: arranjos urbanísticos, muros, entre outros, configurando assim obras excluídas do âmbito das funções delegadas na APIN. À data de 31 de dezembro de 2023 a APIN tinha já executado as obras desta natureza que foram refaturadas aos municípios correspondentes pelo mesmo exato valor do custo da obra. O valor refaturado aos municípios é contabilizado na rubrica de Outros Devedores. A 31 de dezembro de 2023 encontra-se refaturado, sendo que ainda se encontram trabalhos por refacturar, e não liquidado por parte dos municípios (saldo em aberto) o valor de € 768.803,28, correspondente ao Município de Penela e o valor de € 58.586,93 ao município da Lousã.

A rubrica de Credores por acréscimo de gastos inclui o valor de € 1,1 milhões referente aos gastos que a APIN tenderá a suportar com a operação no município de Penacova, tendo por base o valor da componente fixa do protocolo estabelecido em janeiro de 2020 entre a APIN e os onze Municípios.

A rubrica Outros credores inclui o valor de € 8,8 milhões, referente a acordos de pagamento com a Águas do Centro Litoral, S.A. e a Águas do Vale do Tejo, S.A. a contabilização do saldo de impostos diferidos associados ao reconhecimento dos subsídios ao investimento no valor de € 4,4 milhões, bem como o valor de € 2,6 milhões referente ao registo da TRH e da TGR.

NOTA 25 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	2023	2022
Ativo	9 177	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	9 177	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social / CGA	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
Passivo	(687 972)	(481 101)
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	(18 954)	(9 177)
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	(20 535)	(23 487)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(561 666)	(367 473)
Segurança social / CGA	(85 223)	(78 050)
Outros impostos e taxas	(1 594)	(2 915)
Total	(687 972)	(481 101)

NOTA 26 - RESULTADOS FINANCEIROS

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos "resultados financeiros" dos períodos de 2023 e 2022:

RESULTADOS FINANCEIROS	2023	2022
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados	475 701	144 524
Juros suportados	475 701	144 524
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamentos	-	-
Resultados financeiros	475 701	144 524

APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior

NOTA 27 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2023	2022
Subcontratos	4 906 549	4 377 461
Serviços especializados	1 244 847	1 093 414
Trabalhos especializados	476 318	394 375
Publicidade e propaganda	1 595	1 682
Conservação e reparação	723 577	675 162
Outros	43 358	22 195
Materiais	45 539	53 846
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	19 708	25 109
Livros e documentação técnica	432	549
Material de escritório	7 936	12 023
Outros	17 463	16 166
Energia e fluidos	968 524	904 762
Eletricidade	404 923	267 226
Combustíveis	561 262	625 754
Outros	3 339	11 781
Deslocações, estadas e transportes	2 841	2 518
Outros	2 841	2 518
Serviços diversos	804 911	718 694
Rendas e alugueres	125 189	125 950
Comunicação	359 118	351 135
Seguros	129 805	111 214
Contencioso e notariado	380	-
Limpeza, higiene e conforto	167 690	114 654
Outros serviços	22 729	15 741
Total	7 974 211	7 150 695

A rubrica de subcontratos representa cerca de 61,5% do total de gastos com fornecimentos e serviços externos. Esta rubrica inclui sobretudo o custo do tratamento de efluentes em "Alta" e o custo com a gestão dos resíduos em "Alta", ao qual apresenta um aumento 12,1% face a 2022, que se deve essencialmente ao aumento do custo unitário com a recolha de resíduos para € 61,58 por tonelada (€ 44,54 por tonelada em 2022).

A rubrica de trabalhos especializados apresenta um aumento de 20,8%, devido essencialmente ao aumento do custo com o controlo da qualidade (mais € 38,4 mil), com a cobrança (mais € 26,6 mil) e com assessoria jurídica (mais € 10,3 mil)

Relativamente à rubrica de conservação e reparação verifica-se um aumento de 7,2% face a 2022, que se deve, essencialmente, aos gastos com reparação de viaturas.

O valor contabilizado na rubrica de eletricidade apresenta um aumento de 51,5% que se deve ao aumento do custo unitário. Por contrapartida o valor da rubrica de combustíveis apresenta uma diminuição de 10,3% em resultado de uma redução no custo unitário.

De referir que a Empresa teve custos com a lavagem e desinfeção de contentores no ano de 2023 no valor de aproximadamente € 116,9 mil (€ 93,3 mil em 2022), registado na rubrica de Limpeza, higiene e conforto.

NOTA 28 - GASTOS COM PESSOAL

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos valores relativo a Gastos com Pessoal dos períodos de 2023 e 2022:

GASTOS COM PESSOAL	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	3 580 550	3 167 789
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	783 513	698 825
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	62 664	70 209
Gastos de ação social	-	-
Outros gastos com o pessoal	67 310	84 180
Total	4 494 037	4 021 002

Na rubrica de Outros gastos com o pessoal foram registados € 34,9 mil respeitantes a gastos com fardamento, € 2,7 mil referente a gastos com Higiene e Segurança no Trabalho e € 8 mil relativo a gastos com formação, que correspondem, em conjunto, a 67,7% do total de gastos desta rubrica.

No período de 2023, a Empresa remunerou em média 207 colaboradores (202 em 2022).

NOTA 29 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Outros Rendimentos e Ganhos dos períodos de 2023 e 2022:



OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2023	2022
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	5	1 400
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	2	8
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Imputação de subsídios para investimentos	249 253	121 489
Outros rendimentos	67 059	114 454
Total	316 318	237 352

No valor registado em 2023 na rubrica de Outros Rendimentos, estão contabilizados o envio de cartas de 2.º aviso aos clientes para pagamento de faturas em atraso, incumprimentos contratuais, bem como indemnizações de seguros.

NOTA 30 - OUTROS GASTOS E PERDAS

A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rubrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

OUTROS GASTOS E PERDAS	2023	2022
Impostos	92 663	40 791
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	0
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	43	96
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	87	246
Correções relativas a períodos anteriores	5 130	68 678
Quotizações	530	530
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	-	-
Outros gastos e perdas não especificados	20 585	10 236
Total	119 039	120 578

NOTA 31 - GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos gastos relativo a Gastos / Reversões de depreciação e amortização dos períodos de 2023 e 2022:

GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	2023	2022
Propriedades de investimento		
Ativos fixos tangíveis	853 196	593 456
Ativos intangíveis	145 787	125 263
Reversões		
Total	998 983	718 719

O aumento verificado em 2023 face a 2022, reflete a maior quantidade de investimentos efetuados pela Empresa no decorrer do ano de 2023, nomeadamente na renovação e expansão das redes de drenagem de águas residuais.

NOTA 32 - SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Subsídios à Exploração dos períodos de 2023 e 2022:

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	2023	2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos	8 664	1 556 310
Subsídios de outras entidades	-	-
Total	8 664	1 556 310

Durante o ano de 2022, a Empresa recebeu dois subsídios à exploração decorrente do Fundo Ambiental, atribuído pelo Governo, no montante de € 750 mil cada. O valor de 2023 diz respeito, na sua totalidade, a comparticipações do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

NOTA 33 – HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

No ano de 2023, os honorários totais faturados pelos Revisor Oficial de Contas (sem IVA) ascenderam a € 7.800,00 e referem-se na íntegra ao serviço de revisão legal das contas.

NOTA 34 - EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não aplicável.

NOTA 35 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não aplicável.

NOTA 36 - MATERIAS AMBIENTAIS

Não aplicável.

NOTA 37 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Não aplicável.

NOTA 38 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Não aplicável.

NOTA 39 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Não aplicável.

NOTA 40 – GARANTIAS PRESTADAS

A relação das garantias bancárias prestadas a terceiros em 31 de dezembro de 2023 era a seguinte:

Data	Prestada por:	Montante	N.º Garantia	Beneficiário	Natureza
28/12/2021	Caixa de Crédito Agrícola	1 912 843 €	72007104041	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	Linha BEI PT 2020 – Autarquias (POSEUR-03-2012-FC-001086 - Despoluição integrada da Bacia do Dueça - Penela)
14/09/2022	Millennium BCP	179 440 €	1252321300	Infraestruturas de Portugal, S.A.	Boa execução (cumprimento de obrigações emergentes de alvará de licença de obra)
04/05/2023	Millennium BCP	72 576 €	125-02-2348700	Infraestruturas de Portugal, S.A.	Boa execução (cumprimento de obrigações emergentes de alvará de licença de obra)
30/08/2023	Millennium BCP	1 000 €	125-02-2365156	Infraestruturas de Portugal, S.A.	Boa execução (cumprimento de obrigações emergentes de alvará de licença de obra)

NOTA 41 - EVENTOS SUBSEQUENTES

O processo iniciado pelo município de Penacova que decorria em tribunal Arbitral, foi objeto de Sentença Arbitral proferida em 23 de novembro de 2023, nos termos da qual foi decidido declarar a validade do Contrato de Gestão Delegada. A sentença transitou em julgado em janeiro de 2024, encontrando-se a APIN a efetuar o apuramento do valor final a reclamar junto do município de Penacova.

NOTA 42 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

O Conselho de Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2023, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2023.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.





pedrógão grande
município



B. J

Ca

J

an cor

J

Achim

XII. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO

Exmo. Sr.:

António José Ferreira Lopes
Presidente da Câmara
Municipal de Pedrógão Grande
Largo da Devesa, nº 14
3271-909 Pedrógão Grande

ASSUNTO: Parecer e CLC Contas Consolidadas

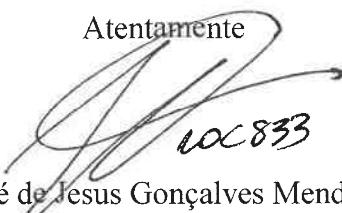
Entroncamento, 2024.06.20

Exmo. Senhor Presidente:

Para os devidos efeitos junto anexo Parecer e Certificação Legal das Contas Consolidadas do Município referentes ao ano de 2023

Apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

Atentamente



José de Jesus Gonçalves Mendes

UNP
FBI
OAG
FBI
N 2810612024

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

(Contas Consolidadas)

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação do Órgão Deliberativo do Município de Pedrógão Grande o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do **Município de Pedrógão Grande**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
 2. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas do Município, emitimos a respetiva Certificação Legal de Contas que para todos os efeitos, aqui se dá como integralmente reproduzida.
 3. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhámos a elaboração das contas consolidadas, tendo recebido dos Serviços Administrativos todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.

PARECER DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4. Em face do exposto, não tendo tomado conhecimento de violação da lei somos de parecer que:

 - Que a consolidação de contas 2023, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está em condições de ser aprovada pela Assembleia Municipal.

Finalmente, os Revisores Oficiais de Contas desejam agradecer ao órgão Executivo e aos Serviços do Município toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Entroncamento, 20 de junho de 2024

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda.,
representada por

representada por

J. B. ROC 833

José de Jesus Gonçalves Mendes
(ROC n.º 833; CMVM n.º 20160459)

CMLG
2023/2024
Arborescência

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Pedrógão Grande**, (o Grupo) que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 39 670 milhares de euros e um total de fundos próprios de 32 718 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1 041 milhares de euros), a demonstração de resultados por natureza consolidada, a demonstração das alterações no património líquido consolidada, a demonstração de fluxos de caixa consolidados, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Pedrógão Grande** em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes do Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração da consolidação de contas 2023 nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras

consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 9 560 milhares de euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de repositões de 7 699 milhares de euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

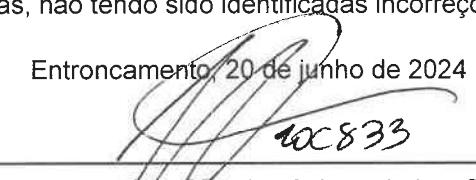
O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre a consolidação de contas 2023

Em nossa opinião, a consolidação de contas 2023 foi preparada de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Entroncamento, 20 de junho de 2024



ROC 833

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda

Representada por José de Jesus Gonçalves Mendes

(ROC nº 833; CMVM n.º 20160459)